

CONTAS NACIONAIS

número 41

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS

2011



Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadiah João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais
Roberto Luís Olinto Ramos

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 41

**Produto Interno Bruto dos
Municípios
2011**

Rio de Janeiro
2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 **Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às tabelas de recursos e usos, contas econômicas integradas, contas regionais do Brasil, produto interno bruto dos municípios e matriz de insumo-produto.

ISBN 978-85-240-4306-2 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4305-5 (meio impresso)

© IBGE. 2013

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Alberto Guedes da Fontoura Neto

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Análise dos resultados

Síntese dos resultados nacional e regional

Produto Interno Bruto dos Municípios

Análise da concentração do PIB

Curva de Lorenz e índice de Gini

Distribuição de frequência acumulada da renda

Relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores

Participação dos cinco maiores PIBs por
Unidade da Federação

Concentração econômica das capitais em relação ao
País e à Unidade da Federação

Movimentos mais expressivos entre os municípios

PIB per capita

Valor adicionado bruto dos principais setores
de atividade econômica

Valor adicionado bruto da Agropecuária

Valor adicionado bruto da Indústria

Valor adicionado bruto dos Serviços

Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Tabelas de resultados

1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

2 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

3 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Indústria e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

5 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

6 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

Referências

Anexos

1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

2 - Índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2011

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta, nesta publicação, os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios para o ano de 2011.

Os resultados municipais – completamente integrados com as séries do Sistema de Contas Nacionais¹ e das Contas Regionais do Brasil – estão disponíveis no portal do IBGE na Internet e no CD-ROM que acompanha esta publicação. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, o PIB e o PIB *per capita*. Apesar de estar inserido no setor de Serviços, divulga-se, também, o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social em separado, devido à relevância desse segmento na economia municipal. A análise dos resultados, ilustrada por meio de tabelas, quadros, gráficos e cartogramas, destaca alguns aspectos econômicos de abrangência tanto nacional, como regional e municipal.

¹ Em 2011, os resultados nacionais foram os obtidos com a soma dos resultados divulgados pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Cabe esclarecer aos usuários que o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais encontra-se igualmente integrado ao Sistema de Contas Nacionais, porém com nível de detalhamento mais restrito.

A publicação inclui, ainda, anexos contendo informações de natureza metodológica e o índice de Gini por atividade econômica, bem como um glossário com os termos e conceitos relevantes para a compreensão dos resultados.

A metodologia de cálculo do PIB dos Municípios encontra-se descrita, de forma detalhada, na Série Relatórios Metodológicos².

Marcia Maria Melo Quintslr
Diretora de Pesquisas

² Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUTO interno bruto dos municípios. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 58 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.

Introdução

O Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios é desenvolvido desde o ano de 2000, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Nesse projeto, coube ao IBGE a tarefa de coordenar as discussões metodológicas, treinar as equipes técnicas e acompanhar os trabalhos, seguindo os princípios fundamentais das estatísticas oficiais, e, aos organismos estaduais, o cálculo do PIB dos Municípios. Como ocorreu no ano anterior, os resultados para o Estado de São Paulo foram elaborados com a colaboração técnica e institucional da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, que enviou ao IBGE a base de dados solicitada.

O PIB dos Municípios, calculado sob metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação, é integrado, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais do Brasil. Dessa maneira, seus resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados nacional e regional.

O cálculo do PIB dos Municípios baseia-se na distribuição, pelos municípios, do valor adicionado bruto, a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelas Contas Regionais do Brasil. Não se estima o valor adicionado bruto a preços constantes por município.

O trabalho fundamenta-se na identificação de variáveis que permitam distribuir o valor adicionado bruto das 20 atividades econômicas³

³ Consideram-se as seguintes atividades econômicas: Agricultura; Pecuária; Silvicultura e exploração florestal; Pesca; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; Construção civil; Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Atividades imobiliárias e aluguéis; Serviços prestados às empresas; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Educação mercantil; Saúde mercantil; Serviços prestados às famílias e associativos; e Serviços domésticos.

de cada Unidade da Federação, pelos respectivos municípios. O nível de desagregação necessário ao cálculo do PIB dos Municípios requer maior abertura das mencionadas atividades, chegando-se, especialmente na Agropecuária, no nível de produto.

A divulgação da série do PIB dos Municípios adota uma política de revisão dos resultados do ano anterior como requisito fundamental para o aprimoramento da qualidade da informação.

Esta publicação apresenta um conjunto de variáveis: o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços, o PIB e o PIB *per capita*, que, além de estabelecer relações macroeconômicas, possibilita traçar, para cada município, seus perfis econômico e setorial. Além das informações anteriormente mencionadas, destaca-se, também, o valor adicionado bruto corrente da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, incluído no setor de Serviços, devido à importância desta atividade na economia brasileira. Os dados de Brasília que constam desta publicação são os publicados nas Contas Regionais do Brasil para o Distrito Federal.

A publicação está estruturada em duas partes. Na primeira, é analisado o PIB, o PIB *per capita* e o valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica, destacando-se a concentração da renda gerada nos municípios e os principais movimentos ocorridos em relação ao ano anterior. Na segunda, é apresentado um conjunto de oito tabelas com as principais informações sobre a economia municipal brasileira.

Análise dos resultados

Síntese dos resultados nacional e regional⁴

Em 2011, o Produto Interno Bruto - PIB, a preços de mercado, cresceu, em relação ao ano anterior, nominalmente, 9,9%; e, em termos reais, 2,7%. Em valores correntes, o resultado alcançado foi de R\$ 4 143,0 bilhões (INDICADORES IBGE, 2013, p. 31, tab. 8). A expansão real do PIB foi resultado do crescimento de 2,5% do valor adicionado bruto⁵ a preços básicos e do aumento de 4,3% nos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.

A Tabela 1, a seguir, ilustra o desempenho da economia brasileira no ano de 2011, por grandes grupos de atividade econômica⁶.

O crescimento nominal do valor adicionado bruto da Agropecuária no ano de 2011, 12,5%, refletiu principalmente a elevação dos preços. Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2011⁷, o valor

⁴ Resumo da análise realizada com os resultados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais e das Contas Regionais do Brasil, para o ano de 2011.

⁵ O valor adicionado bruto é sempre calculado a preços básicos (exclui qualquer imposto e qualquer custo de transporte faturado separadamente e inclui qualquer subsídio sobre o produto).

⁶ Consideram-se os seguintes grandes grupos de atividade econômica: Agropecuária (Agricultura, silvicultura e exploração florestal; e Pecuária e pesca); Indústria (Indústria extrativa; Indústrias de transformação; Construção civil; e Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana); Serviços (Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços prestados às empresas; Atividades imobiliárias e aluguéis; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Saúde e educação mercantis; e Serviços domésticos).

⁷ Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Culturas temporárias e permanentes 2011. Rio de Janeiro, v. 38, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez, 2013.

bruto da produção agrícola alcançou R\$ 195,6 bilhões em 2011, um crescimento de 27,1% em relação ao ano anterior. A valorização dos produtos agrícolas vem acontecendo desde 2010 e foi impulsionada pelo aumento da demanda e pela redução da oferta, tanto no mercado interno como no externo. Entre os produtos que mais tiveram incremento no valor de produção, destacaram-se o milho (46,4%), o café (40,1%), apesar da redução na produção devido à alternância de anos de alta e baixa produtividade, a cana-de-açúcar (38,6%) e a soja (34,9%). O aumento do valor de produção do algodão herbáceo (76,2%) foi devido, principalmente, ao aumento da produção (71,9%).

Tabela 1 - Valor adicionado bruto a preços correntes e variação em volume, preço e valor, segundo a atividade econômica - Brasil - 2010-2011

Atividade econômica	Valor adicionado bruto a preços correntes de 2010 (1 000 000 R\$)	Variação (%)			Valor adicionado bruto a preços correntes de 2011 (1 000 000 R\$)	Participação (%)	
		Volume	Preço	Valor		2010	2011
Total	3 227 181	2,5	6,8	9,4	3 530 871	100,0	100,0
Agropecuária	171 177	3,9	8,3	12,5	192 653	5,3	5,5
Indústria	905 852	1,6	5,7	7,3	972 156	28,1	27,5
Extrativa Mineral	95 886	3,2	45,5	50,1	143 924	3,0	4,1
Transformação	523 616	0,1	(-) 1,7	(-) 1,6	515 441	16,2	14,6
Construção	182 477	3,6	7,9	11,8	204 067	5,7	5,8
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	103 873	3,8	0,8	4,7	108 724	3,2	3,1
Serviços	2 150 151	2,7	7,1	10,0	2 366 062	66,6	67,0
Comércio	404 007	3,4	6,9	10,5	446 606	12,5	12,6
Transporte, armazenagem e correio	161 936	2,8	8,8	11,8	180 997	5,0	5,1
Serviços de informação	103 977	4,9	(-) 1,3	3,5	107 589	3,2	3,0
Intermediação financeira e seguros	242 410	3,9	4,3	8,3	262 482	7,5	7,4
Outros Serviços	462 221	2,3	8,6	11,1	513 445	14,3	14,5
Serviços imobiliários e aluguel	252 823	1,4	8,5	10,1	278 402	7,8	7,9
APU, educação pública e saúde pública	522 777	2,3	7,8	10,3	576 541	16,2	16,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A Indústria apresentou, tanto em volume quanto nos preços, variação abaixo da média do valor adicionado bruto total das atividades, registrando perda de participação no valor adicionado bruto do País, ao passar de 28,1% para 27,5%. Esse fato foi o reflexo do fraco desempenho da indústria de transformação, tanto em volume (0,1%) como em preços (-1,7%). Em 2010, a Indústria extrativa gerava 3,0% do valor adicionado bruto total e, em 2011, passou a gerar 4,1%. A expressiva variação positiva ocorreu em função da variação dos preços, 45,5%, no entanto, em termos reais, ocorreu variação de 3,2%.

O setor de Serviços cresceu, em termos nominais, 10,0% e apresentou crescimento real de 2,7%, o mesmo crescimento da economia. Este segmento passou a representar 67,0% do valor adicionado bruto total em 2011 e foi beneficiado pelo aumento da massa salarial e pelo desemprego baixo, que estimularam a demanda. Apenas dois subsetores apresentaram suave queda na participação: Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; e Serviços de informação⁸.

⁸ Para informações complementares, consultar: CONTAS nacionais trimestrais. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.

Os resultados nacionais refletiram o desempenho da economia regional (CONTAS..., 2013b, p. 21-22, tab. 2-3). Um resumo desses resultados encontra-se na Tabela 2.

Tabela 2 - Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil, segundo as Unidades da Federação - 2010-2011

Unidades da Federação	Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil (%)											
	Agropecuária			Indústria			Serviços			Valor adicionado bruto		
	2010	2011	Diferença absoluta	2010	2011	Diferença absoluta	2010	2011	Diferença absoluta	2010	2011	Diferença absoluta
Brasil	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..
Rondônia	2,6	2,6	(-) 0,0	0,3	0,5	0,1	0,6	0,6	0,0	0,6	0,7	0,1
Acre	0,9	0,7	(-) 0,1	0,1	0,1	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Amazonas	1,8	1,9	0,1	2,4	2,3	(-) 0,1	1,2	1,2	0,0	1,5	1,5	(-) 0,0
Roraima	0,2	0,2	(-) 0,0	0,1	0,1	(-) 0,0	0,2	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0
Pará	2,7	2,5	(-) 0,2	3,2	3,5	0,3	1,7	1,8	0,0	2,2	2,3	0,1
Amapá	0,1	0,1	(-) 0,0	0,1	0,1	(-) 0,0	0,3	0,3	0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Tocantins	1,7	1,5	(-) 0,2	0,4	0,4	(-) 0,1	0,4	0,4	0,0	0,5	0,5	(-) 0,0
Maranhão	4,1	4,2	0,2	0,7	0,8	0,1	1,3	1,3	0,0	1,3	1,3	0,1
Piauí	0,7	0,8	0,1	0,4	0,4	0,0	0,7	0,7	0,0	0,6	0,6	0,0
Ceará	1,7	1,9	0,2	1,8	1,8	(-) 0,0	2,3	2,4	0,1	2,1	2,2	0,1
Rio Grande do Norte	0,7	0,6	(-) 0,1	0,7	0,8	0,1	1,0	1,0	(-) 0,0	0,9	0,9	0,0
Paraíba	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	(-) 0,0	1,0	1,0	0,0	0,9	0,9	0,0
Pernambuco	2,1	1,6	(-) 0,6	2,0	2,2	0,2	2,8	2,7	(-) 0,1	2,5	2,5	(-) 0,0
Alagoas	0,9	0,8	(-) 0,0	0,5	0,7	0,2	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	0,0
Sergipe	0,6	0,4	(-) 0,1	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	0,0
Bahia	5,7	5,4	(-) 0,3	4,5	3,8	(-) 0,8	3,9	3,9	(-) 0,0	4,2	4,0	(-) 0,2
Minas Gerais	15,2	16,1	0,9	11,4	11,5	0,0	8,3	8,3	0,0	9,5	9,6	0,1
Espírito Santo	2,5	2,5	0,1	2,7	3,1	0,4	1,8	1,8	0,0	2,1	2,2	0,1
Rio de Janeiro	0,8	0,9	0,0	10,7	12,3	1,7	11,5	11,6	0,1	10,7	11,2	0,5
São Paulo	11,3	12,1	0,8	33,3	31,3	(-) 2,0	33,3	33,0	(-) 0,3	32,1	31,4	(-) 0,7
Paraná	9,3	9,2	(-) 0,1	5,7	5,7	0,1	5,6	5,5	(-) 0,1	5,8	5,8	(-) 0,0
Santa Catarina	5,1	4,5	(-) 0,7	4,9	5,2	0,3	3,6	3,6	(-) 0,0	4,0	4,1	0,0
Rio Grande do Sul	11,1	10,9	(-) 0,3	7,1	6,3	(-) 0,8	6,3	6,2	(-) 0,2	6,8	6,4	(-) 0,3
Mato Grosso do Sul	3,4	3,1	(-) 0,3	0,9	1,0	0,1	1,1	1,1	0,0	1,2	1,2	0,0
Mato Grosso	6,9	8,0	1,2	1,2	1,2	0,0	1,4	1,6	0,1	1,6	1,8	0,2
Goiás	7,0	6,3	(-) 0,7	2,5	2,7	0,2	2,3	2,5	0,1	2,6	2,7	0,1
Distrito Federal	0,2	0,3	0,1	1,0	0,9	(-) 0,0	5,8	5,7	(-) 0,1	4,1	4,1	(-) 0,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

As maiores variações positivas na distribuição estadual do valor adicionado bruto da Agropecuária ocorreram em Mato Grosso (1,2 ponto percentual), Minas Gerais (0,9 ponto percentual) e São Paulo (0,8 ponto percentual). Segundo a PAM 2011, no Estado de Mato Grosso, houve crescimento da produção e valorização da soja, do milho e do algodão herbáceo. Em Minas Gerais, a valorização de produtos, como o café, o milho e o feijão, aliada à expansão da cana-de-açúcar e do algodão herbáceo, aumentou o valor total da produção. O Estado de São Paulo é o maior produtor nacional de culturas que possuem elevado valor de produção, como a cana-de-açúcar e a laranja.

Em relação ao ano anterior, o estado com maior variação positiva na atividade Indústria foi o Rio de Janeiro (1,7 ponto percentual) cujo segmento responsável foi o da Extrativa mineral. Os segmentos da Indústria de transformação e da Construção civil foram os responsáveis pela perda de participação na geração do valor adicionado bruto industrial dos Estados da Bahia (0,8 ponto percentual) e do Rio Grande do Sul (0,8 ponto percentual) enquanto que o Estado de São Paulo (2,0 pontos percentuais) perdeu participação nos segmentos da Indústria de transformação e da Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana do País.

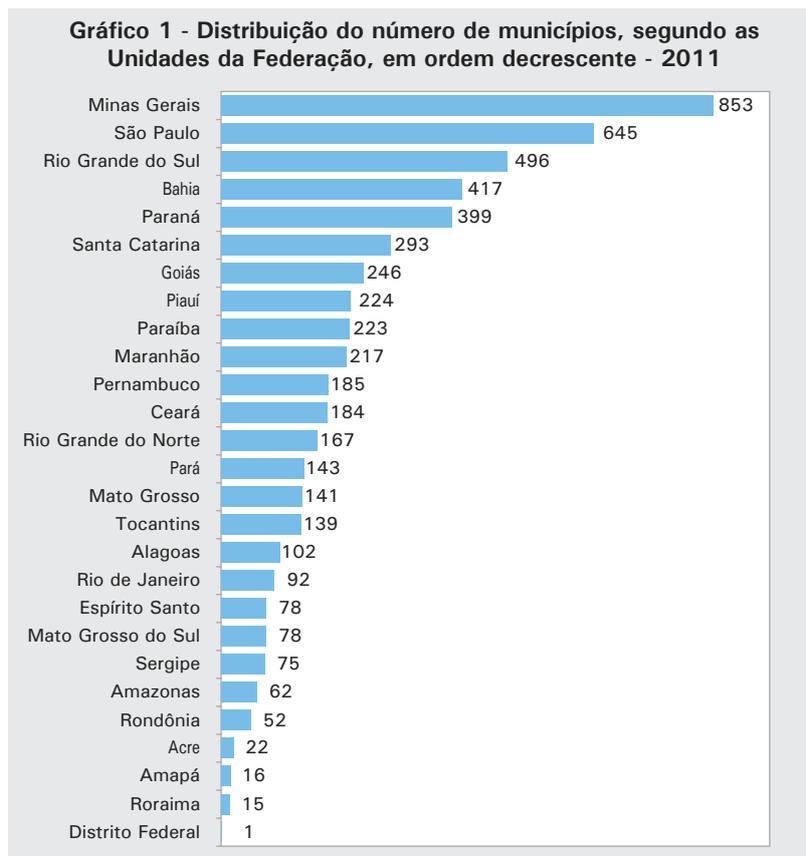
De modo geral, os estados brasileiros mantiveram o peso no setor de Serviços. Suaves movimentos negativos foram verificados nos Estados de São Paulo (0,3 ponto percentual) e Rio Grande do Sul (0,2 ponto percentual). São Paulo perdeu participação nos segmentos Transporte, armazenagem e correio, e Serviços de informação, e o Rio Grande do Sul, no segmento Comércio e serviços de manutenção e reparação e Serviços de alojamento e alimentação⁹.

Produto Interno Bruto dos Municípios

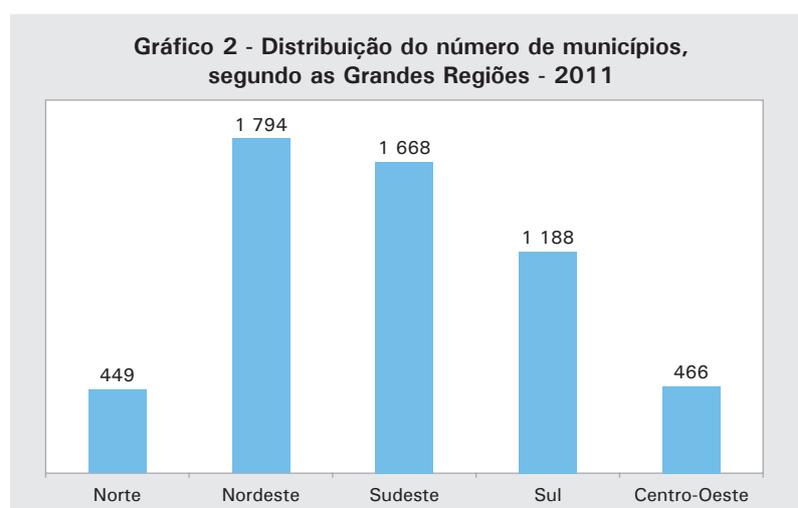
A malha municipal brasileira, em 2011, dividia a extensão territorial administrativamente em 5 565 municípios, que apresentavam uma grande diversidade de recursos naturais, variações climáticas e situações econômica, social e política contrastantes. Os Gráficos 1 e 2 apresentam a distribuição dos municípios no País por Unidades da Federação e por Grandes Regiões, respectivamente.

Os resultados apresentados a seguir seguem duas linhas de análise em relação ao PIB do País: a primeira avalia essencialmente a concentração, e a segunda, os movimentos dos municípios.

⁹ Para informações complementares, consultar: CONTAS regionais do Brasil 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. 54 p. (Contas nacionais, n. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.



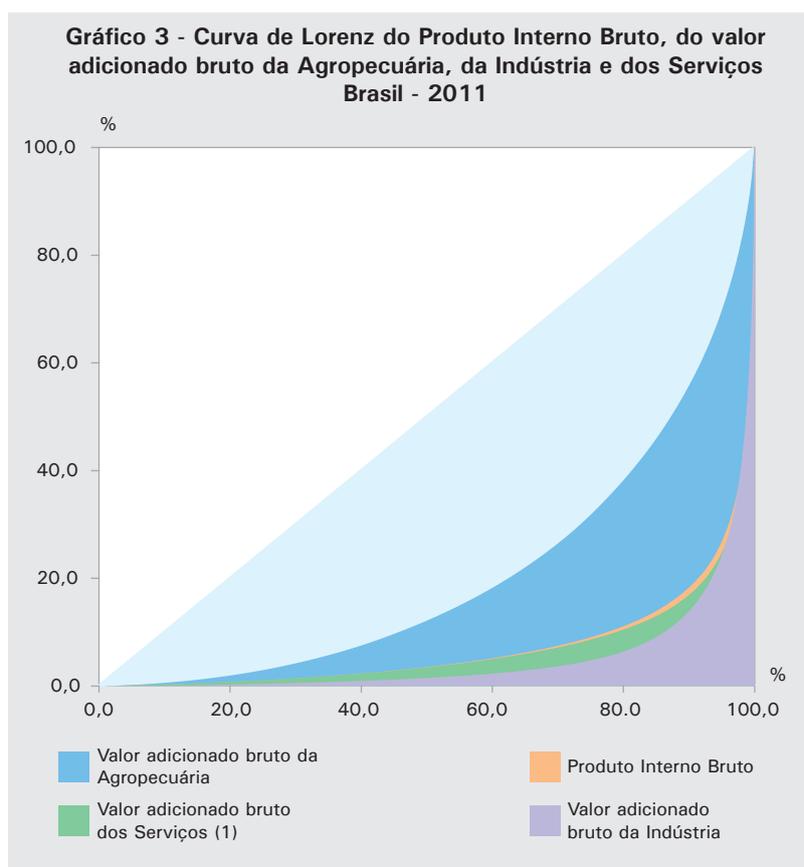
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Análise da concentração do PIB

As informações do PIB dos Municípios permitem avaliar, entre outros aspectos, a concentração econômica no País. Em sequência, serão apresentados alguns resultados cujo propósito é mensurar a desigualdade ou concentração da renda gerada nos municípios brasileiros, quais sejam: a curva de Lorenz, o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada da renda, a relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores, a participação dos cinco maiores PIBs municipais por Unidade da Federação e a concentração econômica das capitais em relação ao País e à Unidade da Federação.

Curva de Lorenz e índice de Gini¹⁰

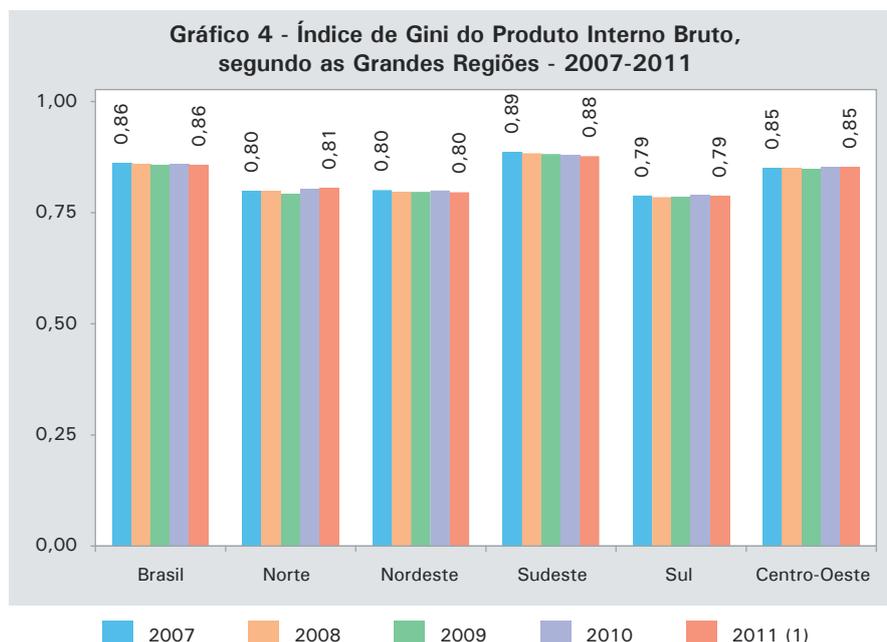
As curvas de Lorenz para o PIB e para o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços evidenciam a desigualdade da economia nacional e estão representadas no Gráfico 3.



¹⁰ O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus. Para maiores detalhes, ver Glossário, ao final da publicação.

O índice de Gini para o PIB, no ano de 2011, foi de 0,86, enquanto para o valor adicionado bruto da Agropecuária, Indústria e Serviços foi de 0,59, 0,90 e 0,86, respectivamente. Estes coeficientes mantiveram-se praticamente inalterados desde 2004. No que diz respeito à concentração, a Agropecuária foi a atividade econômica que apresentou o menor grau, na medida em que sua curva de Lorenz situou-se acima das demais. O inverso ocorreu com as atividades de Serviços e Indústria, cujas curvas situaram-se abaixo daquela da Agropecuária, evidenciando grande concentração. Como os Serviços pesavam aproximadamente $\frac{2}{3}$ do valor adicionado bruto total (em 2011, a Agropecuária registrou R\$ 192 653 milhões; a Indústria, R\$ 972 156 milhões; e os Serviços, R\$ 2 366 062 milhões), a curva de Lorenz do PIB estava bem próxima da curva desta atividade. A atividade industrial, representada pela curva mais à direita, denota grande concentração. Consta no Anexo 2 o índice de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, para o ano de 2011.

Em 2011, apenas os Estados do Amazonas e de São Paulo apresentaram índice de Gini superior ao nacional, 0,88 e 0,87, respectivamente. Os menores indicadores, entre 0,60 e 0,70, foram observados nos Estados do Acre, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Gráfico 4 apresenta o índice de Gini para o PIB considerando o período de 2007 a 2011, segundo as Grandes Regiões. Verifica-se a maior concentração das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. O Estado de São Paulo e o Distrito Federal influenciaram esses altos indicadores.

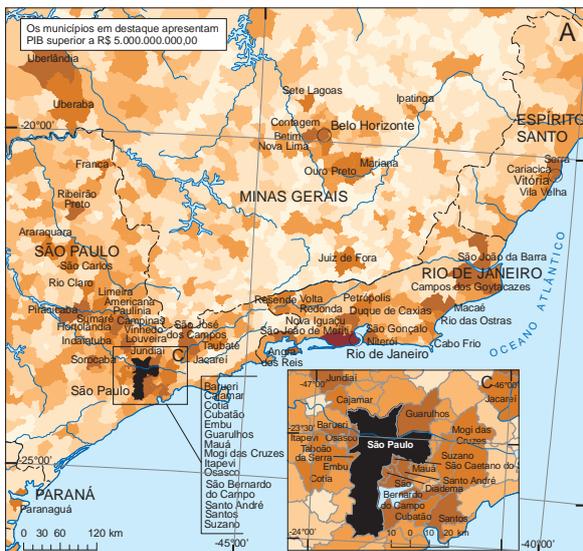
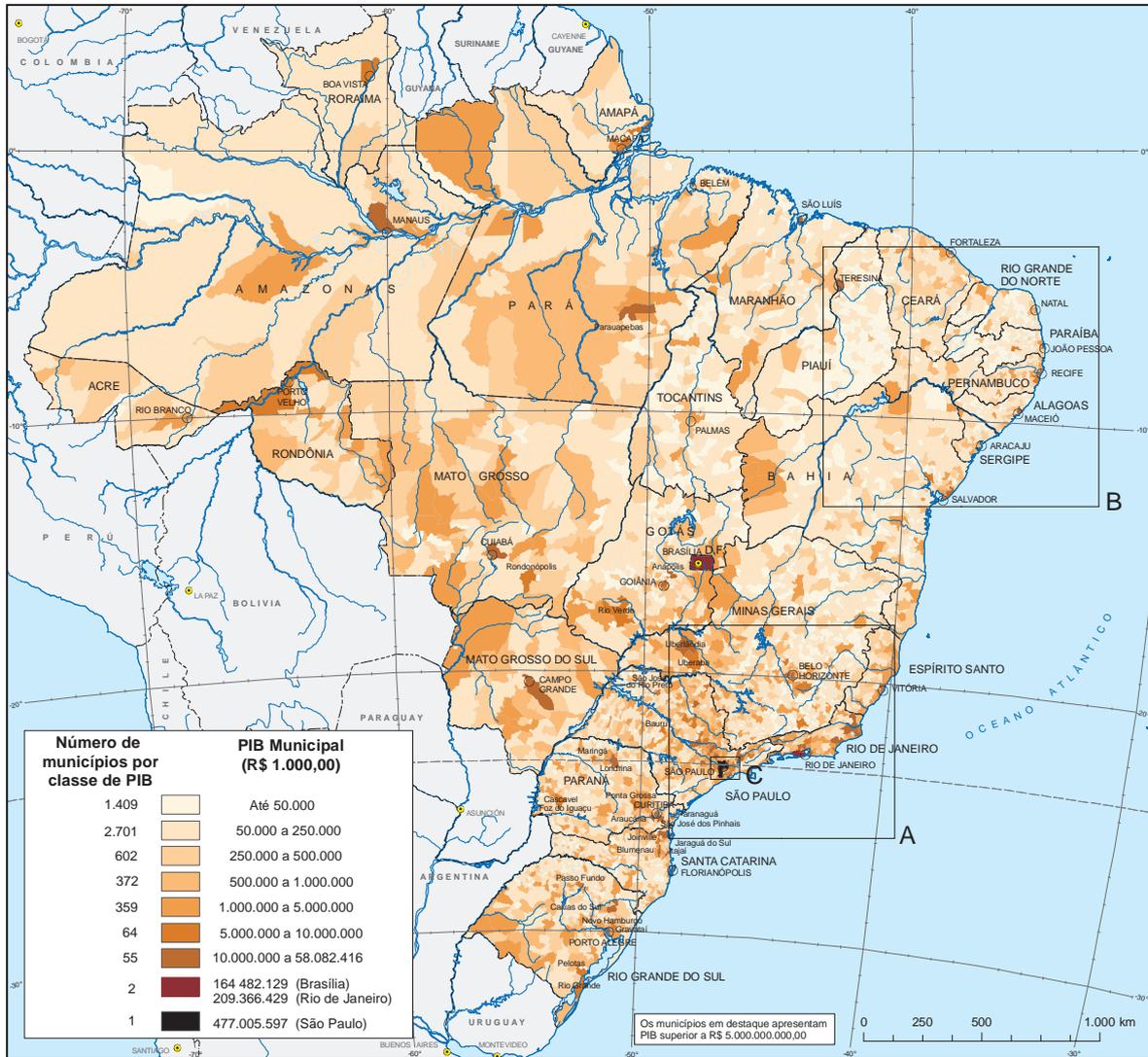


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 1 apresenta a distribuição do PIB dos Municípios por classes. Ressalta-se que o tamanho da área geográfica não deve influenciar a interpretação dos resultados. Os municípios com as maiores áreas estão localizados na Região Norte, enquanto os municípios das Regiões Sudeste e Sul são menores, o que torna a área bastante fragmentada. O Gráfico 1, com o número de municípios por Unidades da Federação, auxilia a análise espacial.

Cartograma 1 - Produto Interno Bruto e número de municípios em cada classe - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Distribuição de frequência acumulada da renda

A distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹¹ no PIB do País, está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil - 2007-2011

Faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2007						
Até 25%	5	0,1	12,9	5	0,1	12,9
De 25% a 50%	44	0,8	17,4	49	0,9	30,3
De 50% a 75%	247	4,4	23,7	296	5,3	54,0
De 75% a 95%	1 924	34,6	31,0	2 220	39,9	85,0
De 95% a 99%	2 004	36,0	11,5	4 224	75,9	96,5
De 99% a 100%	1 340	24,1	3,5	5 564	100,0	100,0
2008						
Até 25%	6	0,1	13,5	6	0,1	13,5
De 25% a 50%	45	0,8	17,0	51	0,9	30,5
De 50% a 75%	251	4,5	23,2	302	5,4	53,7
De 75% a 95%	1 958	35,2	31,5	2 260	40,6	85,2
De 95% a 99%	1 991	35,8	11,4	4 251	76,4	96,6
De 99% a 100%	1 313	23,6	3,4	5 564	100,0	100,0
2009						
Até 25%	5	0,1	12,6	5	0,1	12,6
De 25% a 50%	47	0,8	18,3	52	0,9	30,9
De 50% a 75%	258	4,6	23,3	310	5,6	54,2
De 75% a 95%	1 970	35,4	31,3	2 280	41,0	85,6
De 95% a 99%	1 985	35,7	11,1	4 265	76,6	96,7
De 99% a 100%	1 300	23,4	3,3	5 565	100,0	100,0
2010						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	48	0,9	17,2	54	1,0	30,9
De 50% a 75%	255	4,6	23,1	309	5,6	54,0
De 75% a 95%	1 945	35,0	31,5	2 254	40,5	85,5
De 95% a 99%	1 986	35,7	11,2	4 240	76,2	96,7
De 99% a 100%	1 325	23,8	3,3	5 565	100,0	100,0
2011 (2)						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	49	0,9	17,2	55	1,0	30,9
De 50% a 75%	264	4,7	23,5	319	5,7	54,4
De 75% a 95%	1 957	35,2	31,2	2 276	40,9	85,6
De 95% a 99%	1 966	35,3	11,1	4 242	76,2	96,7
De 99% a 100%	1 323	23,8	3,3	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SJFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

¹¹ Sendo a participação relativa no PIB do País ordenada de forma decrescente.

Verifica-se que, em 2011, a renda gerada por seis municípios correspondeu a aproximadamente 25,0% de toda a geração de renda do País e que esses municípios representavam 13,7% da população. Agregando a renda de 55 municípios, alcançou-se, aproximadamente, a metade do PIB nacional e 30,9% da população. No mesmo ano, nota-se que os 1 323 municípios que pertenciam à última faixa de participação relativa responderam por aproximadamente 1,0% do PIB e concentraram 3,3% da população. Nesta faixa, estavam 73,7% dos municípios do Piauí, 62,3% dos municípios da Paraíba, 54,0% dos municípios do Tocantins e 53,3% dos municípios do Rio Grande do Norte. Estes números mostram não só a concentração da geração interna da renda como também a difusão espacial na produção desta renda.

A Tabela 4 demonstra a posição dos seis maiores municípios em relação ao PIB, bem como a participação relativa do PIB e da população.

Tabela 4 - Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto e participação relativa do Produto Interno Bruto e da população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2011 - 2007-2011

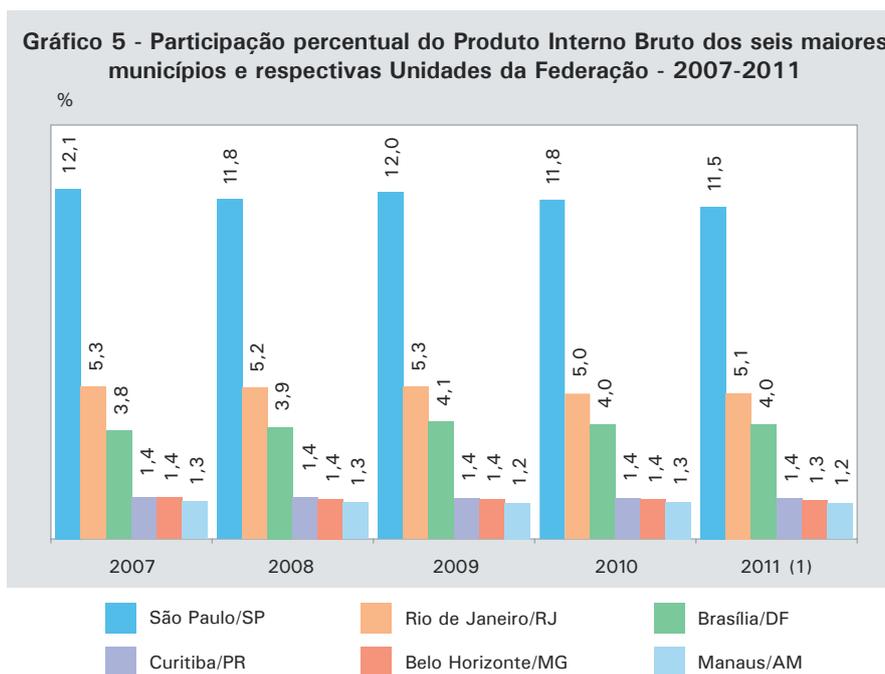
Municípios e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2011	Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto					Participação relativa em 2011 (%)	
	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	Produto Interno Bruto	População (2)
São Paulo/SP	1º	1º	1º	1º	1º	11,5	5,9
Rio de Janeiro/RJ	2º	2º	2º	2º	2º	5,1	3,3
Brasília/DF	3º	3º	3º	3º	3º	4,0	1,4
Curitiba/PR	5º	4º	4º	4º	4º	1,4	0,9
Belo Horizonte/MG	4º	5º	5º	5º	5º	1,3	1,2
Manaus/AM	6º	6º	6º	6º	6º	1,2	1,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

De modo geral, não ocorreu alteração significativa entre os maiores municípios na série.

O Gráfico 5 destaca os seis maiores municípios, responsáveis por aproximadamente 25% do PIB em 2011 e apresenta a evolução da participação percentual em relação ao País de 2007 a 2011. Todos os seis municípios eram capitais e tradicionalmente identificados como concentradores da atividade de Serviços – Intermediação financeira, comércio e administração pública, exceto o Município de Manaus (Amazonas) cuja economia tinha equilíbrio entre as atividades de Indústria (Indústria de transformação) e de Serviços.



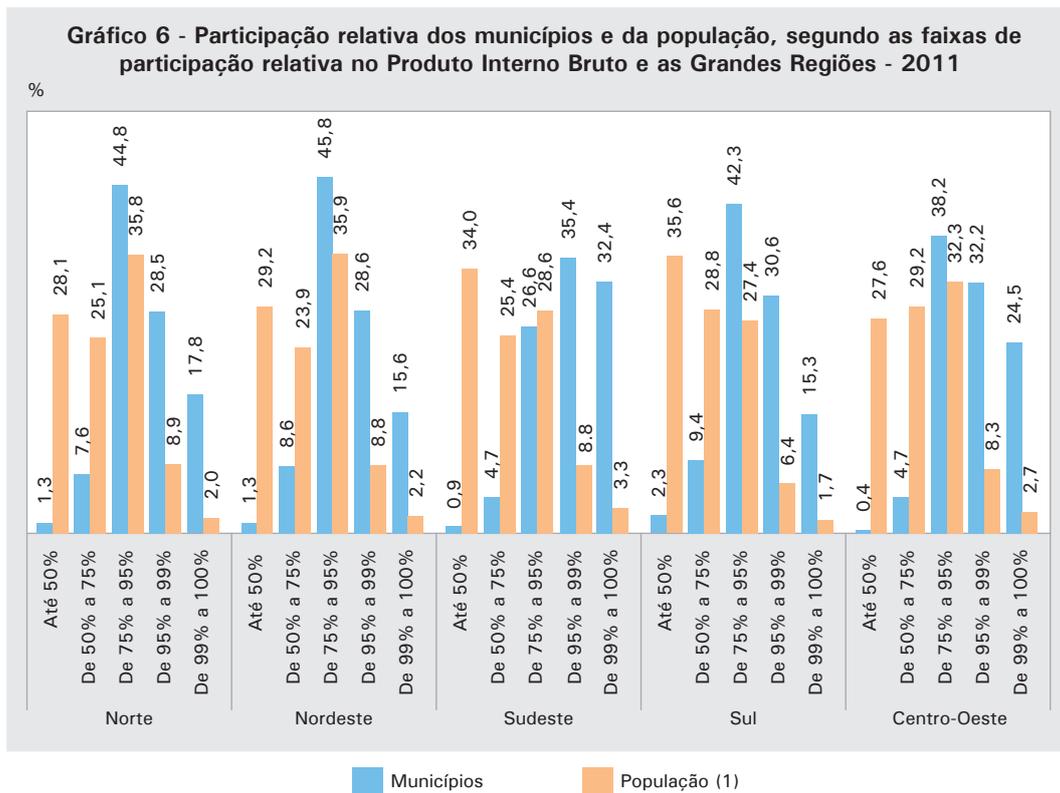
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Excluindo-se os Municípios das Capitais, 11 municípios destacaram-se por gerar individualmente mais de 0,5% do PIB, agregando 8,7% da renda do País. Esses municípios, com grande integração entre a Indústria e os Serviços, eram: Guarulhos (São Paulo), 1,0%; Campinas (São Paulo), 1,0%; Osasco (São Paulo), 0,9%; Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 0,9%; São Bernardo do Campo (São Paulo), 0,9%; Barueri (São Paulo), 0,8%; Santos (São Paulo), 0,8%; Betim (Minas Gerais), 0,7%; Duque de Caxias (Rio de Janeiro) e São José dos Campos (São Paulo), que individualmente geravam 0,6%; e Jundiaí (São Paulo), 0,5%. Os Municípios de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), São José dos Campos (São Paulo) e Jundiaí (São Paulo) são localizados fora das Regiões Metropolitanas. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 1.

O Gráfico 6 mostra a participação relativa do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹² no PIB das Grandes Regiões do País.

¹² Sendo a participação relativa no PIB de cada Grande Região ordenada de forma decrescente.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

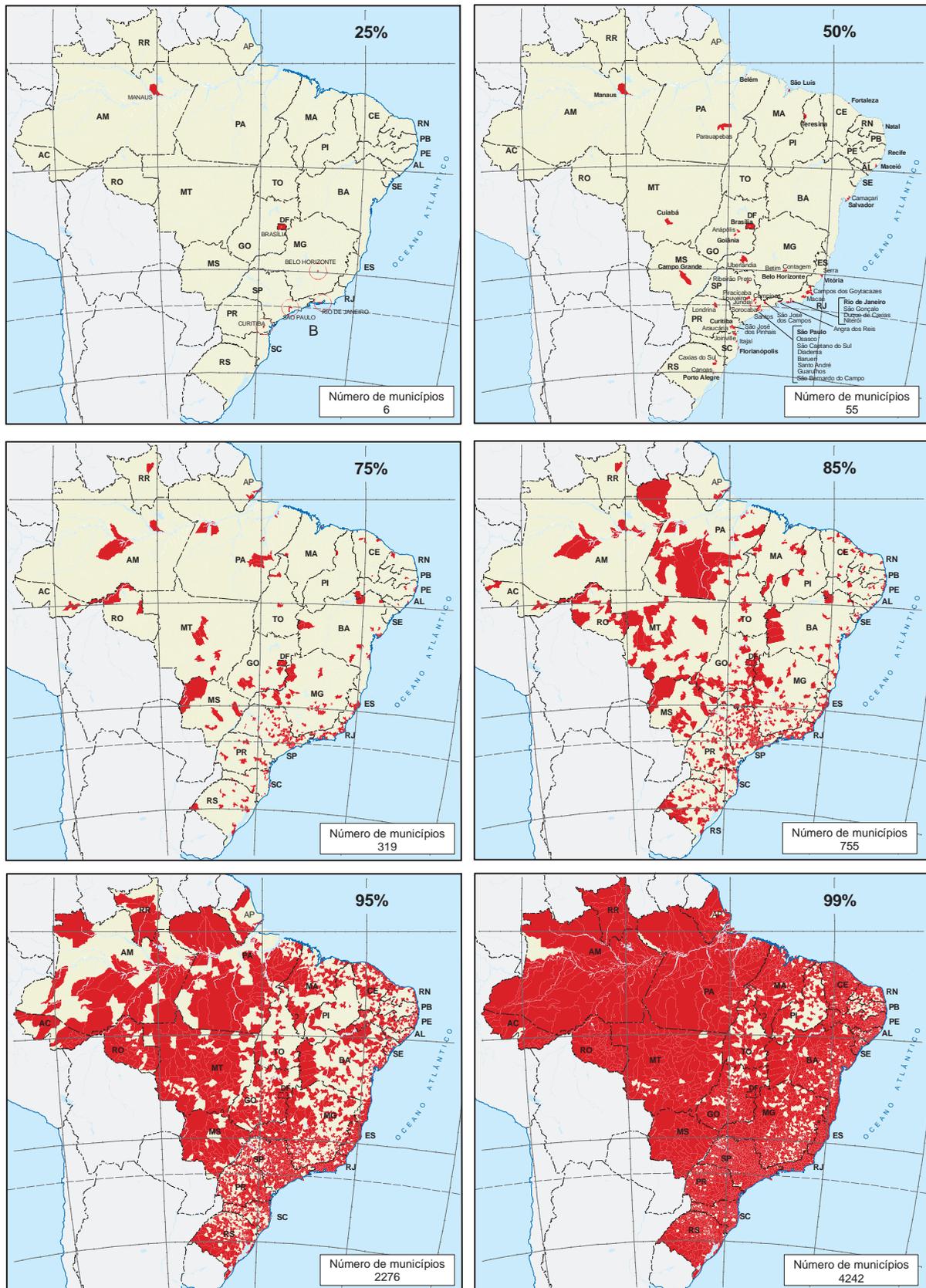
Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) Estimada para 1º de julho, série revisada.

O gráfico mostra uma grande concentração bem como uma distribuição assimétrica positiva na geração de renda, em todas as Grandes Regiões e no País. Isso evidencia o fato de que poucos municípios geraram os maiores PIBs e, em contrapartida, muitos municípios eram responsáveis pelos menores PIBs, em cada Grande Região. Porém, o cálculo dos coeficientes de variação de cada uma delas – Sudeste (9,6), Centro-Oeste (9,2), Nordeste (6,0), Norte (5,7) e Sul (4,6) – refletiu a diferença de variabilidade entre elas. Nesse sentido, as regiões mais heterogêneas foram a Sudeste e a Centro-Oeste. Na Região Sudeste, aproximadamente, cada 1/3 dos municípios, quando ordenados em ordem decrescente em relação ao PIB, gerava 95%, 4% e 1% da renda, e possuía 88%, 9% e 3%, respectivamente, da população. Com menor heterogeneidade está a Região Sul. Nessa região, 54% dos municípios geraram 95% do PIB e possuíam 91,9% da população enquanto que 15,3% dos municípios geraram 1% do PIB e possuíam 1,7% da população. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 7.

O Cartograma 2 mostra a distribuição acumulada do PIB dos Municípios e permite identificar, especialmente, a distribuição dos municípios apontados na Tabela 3.

Cartograma 2 - Participação dos municípios no Produto Interno Bruto nacional - 2011

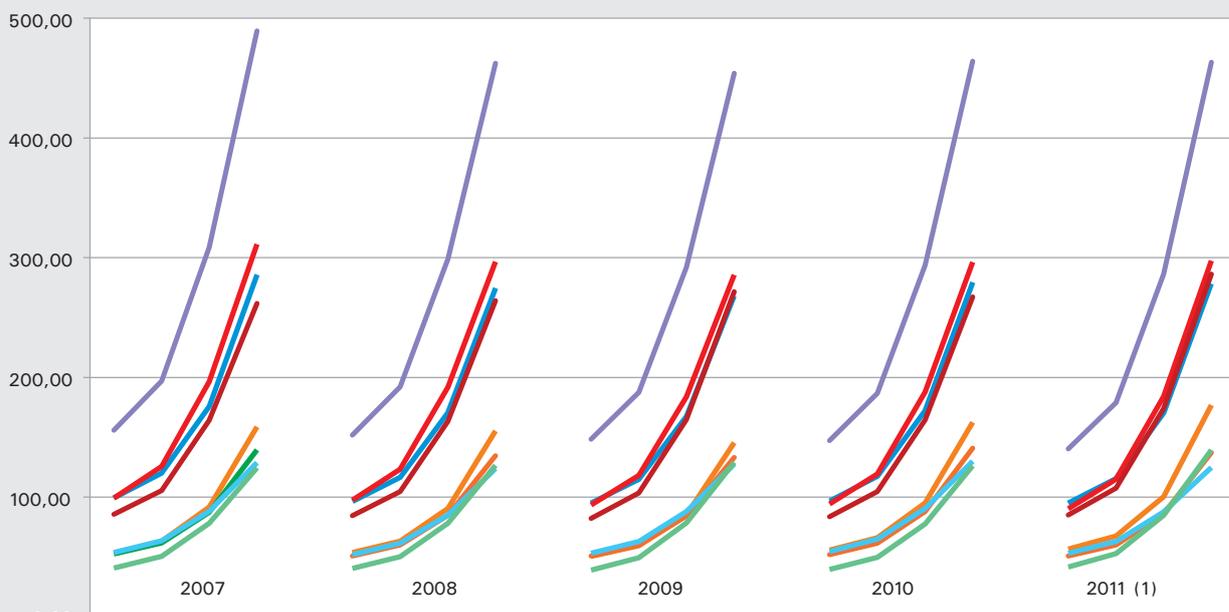


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores

O Gráfico 7 apresenta um indicador de concentração calculado pela relação entre a média do PIB dos 10,0% dos municípios que mais contribuíram e a média dos 60,0%, 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor contribuição para o PIB nacional¹³.

Gráfico 7 - Relação entre a média do PIB dos 10% dos municípios com os maiores PIBs e a média do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com os menores PIBs, segundo as Grandes Regiões - 2007-2011



	10x60	10x50	10x30	10x10																
Brasil	99,3	120,1	175,7	285,9	96,5	116,6	170,3	274,5	94,9	114,8	167,6	268,0	96,7	117,3	172,0	279,3	94,9	115,3	170,3	278,1
Norte	53,3	63,3	91,8	158,6	53,8	63,2	90,6	155,4	50,6	59,5	85,1	145,4	55,7	66,1	95,1	162,5	56,5	67,4	100,1	176,8
Nordeste	52,5	61,6	87,4	139,5	50,8	59,9	84,7	134,5	50,7	59,7	84,3	133,1	52,1	61,4	88,0	141,0	50,8	60,1	86,2	137,0
Sudeste	155,8	197,1	308,5	489,4	151,8	192,0	298,7	462,2	148,3	187,6	291,9	454,0	147,1	186,7	293,7	464,0	140,4	178,9	286,3	463,2
Sudeste (2)	99,2	125,5	196,4	311,2	97,5	123,3	191,9	296,5	93,4	118,2	183,9	285,7	94,1	119,4	187,8	296,3	90,3	115,1	184,1	297,4
Sul	53,7	63,4	88,1	128,9	51,9	61,4	85,2	124,0	53,0	63,0	88,0	127,6	54,6	64,9	90,6	129,8	53,1	63,0	87,5	124,8
Centro-Oeste	85,7	105,5	164,2	261,8	84,5	104,6	163,2	263,9	82,1	103,4	164,8	271,5	83,5	104,7	164,4	267,2	85,2	107,5	174,1	286,2
Centro-Oeste (3)	40,8	50,4	78,1	124,5	40,5	50,3	78,2	126,4	39,0	49,3	78,3	129,0	39,4	49,6	77,6	126,1	41,5	52,7	84,8	139,5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
 (1) Dados sujeitos a revisão. (2) Exclui os Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro. (3) Exclui Brasília.

¹³ Os municípios foram ordenados decrescentemente em relação ao PIB. Em seguida, agregou-se o PIB dos 10% dos municípios que mais contribuíram para o total e calculou-se a média. Este é o numerador do índice. Cada denominador é composto pela média da agregação do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com menor contribuição no PIB.

O referido indicador para o Brasil revelou que, em 2011, a média dos 10,0% dos municípios com maior PIB geraram 94,9 vezes mais renda que a média dos 60,0% dos municípios com menor PIB. De forma análoga, é possível realizar a interpretação dos mesmos indicadores com bases de comparação da média dos 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor PIB.

A Região Sudeste apresentou os maiores indicadores ao longo da série. Em destaque, observou-se que, excluindo-se os Municípios de São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), o cálculo do indicador da região continuou alto, o maior entre todas as Grandes Regiões, evidenciando concentração do PIB na Região Sudeste. Em outro extremo, as Regiões Nordeste, Norte e Sul apresentaram os menores coeficientes de dispersão. Na Região Centro-Oeste, ficou evidente a concentração devido a Brasília (Distrito Federal).

Participação dos cinco maiores PIBs por Unidade da Federação

A Tabela 5 apresenta os cinco maiores PIBs por Unidade da Federação, em 2011, e retrata o quanto cada um desses municípios representava em relação ao respectivo PIB estadual. Pode-se observar que, na maioria dos estados das Regiões Norte e Nordeste, os cinco maiores PIBs municipais concentravam mais do que 50% do PIB estadual. As exceções foram os Estados do Tocantins e da Bahia, com 46,1% e 42,6%, respectivamente. A Região Sudeste não apresentou padrão específico, sendo que os cinco maiores PIBs municipais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro concentravam 61,2% e 65,0%, respectivamente, do PIB dos seus estados. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste do País, essa concentração não alcançava 50%, exceto no Estado de Mato Grosso do Sul, que apresentou concentração de 56,8% e, em Goiás, 50,7%.

Os Estados do Amapá e do Amazonas, onde os cinco maiores PIBs municipais geravam 87,5% e 86,5% de seus PIBs estaduais, respectivamente, apresentaram as maiores concentrações espaciais de renda do País, seguidos pelo Estado de Roraima, com 85,4%. Em outro extremo, encontravam-se os Estados de Minas Gerais, 33,7%, Rio Grande do Sul, 35,5%, Santa Catarina, 38,5%, e Mato Grosso, 38,9%, com as menores concentrações de renda.

Com relação à participação das capitais na economia brasileira, em 2011, o Município de São Paulo (São Paulo) ocupava a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, enquanto Palmas (Tocantins) ocupava o último lugar. A Tabela 6 mostra o PIB das capitais e a posição da capital em relação ao estado e ao Brasil. Pode-se observar que Florianópolis (Santa Catarina) e Belém (Pará) eram as únicas capitais que não ocupavam a primeira posição em seu estado. Em Santa Catarina, o maior município em toda série, de 1999 a 2011, foi Joinville, o mais populoso do estado, que faz parte do polo metal-mecânico catarinense, enquanto o segundo maior município em relação ao PIB catarinense, em 2011, foi Itajaí. Os altos preços do minério levaram o município de Parauapebas (Pará) a gerar o maior PIB do seu estado.

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2011

(continua)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Rondônia (52 municípios)	50,8			
Porto Velho		9 492 315	34,1	34,1
Ji-Paraná		1 966 173	7,1	41,2
Ariquemes		1 569 918	5,6	46,8
Vilhena		1 422 949	5,1	51,9
Cacoal		1 287 815	4,6	56,5
Acre (22 municípios)	70,9			
Rio Branco		4 491 017	51,1	51,1
Cruzeiro do Sul		832 696	9,5	60,5
Sena Madureira		358 188	4,1	64,6
Tarauacá		324 146	3,7	68,3
Feijó		273 359	3,1	71,4
Amazonas (62 municípios)	61,8			
Manaus		51 025 146	79,0	79,0
Coari		2 251 222	3,5	82,5
Itacoatiara		1 037 321	1,6	84,1
Manacapuru		843 972	1,3	85,4
Parintins		667 854	1,0	86,5
Roraima (15 municípios)	79,0			
Boa Vista		5 103 274	73,4	73,4
Rorainópolis		267 106	3,8	77,3
Caracaráí		207 848	3,0	80,2
Mucajaí		181 653	2,6	82,9
Cantá		173 186	2,5	85,4
Pará (143 municípios)	31,0			
Parauapebas		19 897 435	22,5	22,5
Belém		19 666 725	22,3	44,8
Ananindeua		3 906 459	4,4	49,2
Marabá		3 742 469	4,2	53,4
Barcarena		3 659 053	4,1	57,6
Amapá (16 municípios)	85,2			
Macapá		5 625 811	62,7	62,7
Santana		1 275 631	14,2	77,0
Laranjal do Jari		402 607	4,5	81,4
Pedra Branca do Amapari		279 835	3,1	84,6
Oiapoque		264 592	3,0	87,5
Tocantins (139 municípios)	40,0			
Palmas		3 736 563	20,7	20,7
Araguaína		1 998 034	11,1	31,8
Gurupi		1 199 425	6,6	38,4
Porto Nacional		749 941	4,2	42,5
Paraíso do Tocantins		640 390	3,5	46,1
Maranhão (217 municípios)	24,4			
São Luís		20 798 001	39,9	39,9
Imperatriz		2 456 381	4,7	44,6
Açailândia		1 664 720	3,2	47,7
Balsas		1 309 075	2,5	50,3
Timon		866 222	1,7	51,9

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2011

(continuação)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Piauí (224 municípios)	35,7			
Teresina		11 403 516	46,3	46,3
Parnaíba		1 040 166	4,2	50,6
Picos		747 816	3,0	53,6
Uruçuí		602 568	2,4	56,1
Floriano		594 570	2,4	58,5
Ceará (184 municípios)	40,6			
Fortaleza		42 010 111	47,7	47,7
Maracanaú		4 797 824	5,5	53,2
Caucaia		3 239 403	3,7	56,9
Sobral		2 436 463	2,8	59,7
Juazeiro do Norte		2 249 645	2,6	62,2
Rio Grande do Norte (167 municípios)	43,3			
Natal		12 266 519	34,0	34,0
Mossoró		3 916 505	10,8	44,8
Parnamirim		2 709 922	7,5	52,3
Guamaré		1 412 280	3,9	56,2
São Gonçalo do Amarante		1 313 124	3,6	59,9
Paraíba (223 municípios)	37,0			
João Pessoa		10 107 596	28,5	28,5
Campina Grande		5 339 761	15,1	43,6
Cabedelo		2 801 675	7,9	51,5
Santa Rita		1 402 812	4,0	55,4
Bayeux		836 191	2,4	57,8
Pernambuco (185 municípios)	32,1			
Recife		33 149 385	31,8	31,8
Ipojuca		9 560 448	9,2	40,9
Jaboatão dos Guararapes		8 474 650	8,1	49,0
Cabo de Santo Agostinho		5 401 388	5,2	54,2
Olinda		3 412 248	3,3	57,5
Alagoas (102 municípios)	41,8			
Maceió		13 743 391	48,2	48,2
Arapiraca		2 173 811	7,6	55,8
Marechal Deodoro		912 375	3,2	59,0
São Miguel dos Campos		863 932	3,0	62,0
Coruripe		827 256	2,9	64,9
Sergipe (75 municípios)	41,1			
Aracaju		9 222 818	35,2	35,2
Nossa Senhora do Socorro		2 119 765	8,1	43,3
Laranjeiras		1 291 088	4,9	48,2
Canindé de São Francisco		1 184 079	4,5	52,7
Estância		1 132 534	4,3	57,1
Bahia (417 municípios)	26,3			
Salvador		38 819 520	24,3	24,3
Camaçari		12 313 916	7,7	32,0
Feira de Santana		8 270 807	5,2	37,2
Candeias		4 705 021	2,9	40,1
Simões Filho		3 943 664	2,5	42,6
Minas Gerais (853 municípios)	22,9			
Belo Horizonte		54 996 326	14,2	14,2
Betim		28 085 221	7,3	21,5
Contagem		18 912 326	4,9	26,4
Uberlândia		18 673 177	4,8	31,2
Juiz de Fora		9 351 250	2,4	33,7

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2011

(conclusão)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Espírito Santo (78 municípios)	43,5			
Vitória		28 357 258	29,0	29,0
Serra		13 727 354	14,1	43,1
Vila Velha		7 240 296	7,4	50,5
Cariacica		6 120 139	6,3	56,8
Anchieta		4 320 529	4,4	61,2
Rio de Janeiro (92 municípios)	52,1			
Rio de Janeiro		209 366 429	45,3	45,3
Campos dos Goytacazes		37 205 791	8,0	53,3
Duque de Caxias		26 628 610	5,8	59,1
Niterói		14 563 396	3,1	62,2
Macaé		12 558 285	2,7	65,0
São Paulo (645 municípios)	36,3			
São Paulo		477 005 597	35,3	35,3
Guarulhos		43 476 753	3,2	38,6
Campinas		40 525 214	3,0	41,6
Osasco		39 283 027	2,9	44,5
São Bernardo do Campo		36 337 338	2,7	47,2
Paraná (399 municípios)	28,8			
Curitiba		58 082 416	24,3	24,3
São José dos Pinhais		14 726 558	6,2	30,4
Araucária		13 209 780	5,5	35,9
Londrina		10 773 163	4,5	40,4
Maringá		9 714 143	4,1	44,5
Santa Catarina (293 municípios)	25,2			
Joinville		18 797 540	11,1	11,1
Itajaí		18 598 456	11,0	22,1
Florianópolis		11 429 916	6,8	28,9
Blumenau		10 197 251	6,0	34,9
Jaraguá do Sul		6 132 169	3,6	38,5
Rio Grande do Sul (496 municípios)	24,6			
Porto Alegre		45 506 017	17,3	17,3
Caxias do Sul		16 636 859	6,3	23,6
Canoas		15 515 129	5,9	29,5
Rio Grande		8 194 552	3,1	32,6
Gravataí		7 304 668	2,8	35,3
Mato Grosso do Sul (78 municípios)	51,7			
Campo Grande		15 722 330	31,9	31,9
Dourados		4 337 947	8,8	40,7
Corumbá		3 602 830	7,3	48,1
Três Lagoas		3 118 722	6,3	54,4
Ponta Porã		1 176 540	2,4	56,8
Mato Grosso (141 municípios)	36,8			
Cuiabá		12 406 461	17,4	17,4
Rondonópolis		5 771 258	8,1	25,5
Várzea Grande		4 047 847	5,7	31,1
Sorriso		2 934 743	4,1	35,2
Primavera do Leste		2 605 748	3,6	38,9
Goiás (246 municípios)	39,3			
Goiânia		27 668 222	24,9	24,9
Anápolis		12 119 553	10,9	35,8
Aparecida de Goiânia		6 296 699	5,7	41,4
Rio Verde		5 526 024	5,0	46,4
Catalão		4 851 815	4,4	50,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto dos Municípios das Capitais, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2011

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto			
	Valor (1 000 R\$)	Posição em relação		
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil
São Paulo/SP	477 005 597	1º	1º	1º
Rio de Janeiro/RJ	209 366 429	2º	1º	2º
Brasília/DF	164 482 129	3º	1º	3º
Curitiba/PR	58 082 416	4º	1º	4º
Belo Horizonte/MG	54 996 326	5º	1º	5º
Manaus/AM	51 025 146	6º	1º	6º
Porto Alegre/RS	45 506 017	7º	1º	7º
Fortaleza/CE	42 010 111	8º	1º	9º
Salvador/BA	38 819 520	9º	1º	12º
Recife/PE	33 149 385	10º	1º	15º
Vitória/ES	28 357 258	11º	1º	18º
Goiânia/GO	27 668 222	12º	1º	20º
São Luís/MA	20 798 001	13º	1º	24º
Belém/PA	19 666 725	14º	2º	26º
Campo Grande/MS	15 722 330	15º	1º	35º
Maceió/AL	13 743 391	16º	1º	39º
Cuiabá/MT	12 406 461	17º	1º	43º
Natal/RN	12 266 519	18º	1º	45º
Florianópolis/SC	11 429 916	19º	3º	51º
Teresina/PI	11 403 516	20º	1º	52º
João Pessoa/PB	10 107 596	21º	1º	58º
Porto Velho/RO	9 492 315	22º	1º	64º
Aracaju/SE	9 222 818	23º	1º	68º
Macapá/AP	5 625 811	24º	1º	107º
Boa Vista/RR	5 103 274	25º	1º	122º
Rio Branco/AC	4 491 017	26º	1º	136º
Palmas/TO	3 736 563	27º	1º	164º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SJFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Concentração econômica das capitais em relação ao País e à Unidade da Federação

Calculou-se a participação do PIB de cada capital em relação ao PIB do País e em relação ao PIB da respectiva Unidade da Federação. Estes resultados estão apresentados nos Quadros 1 e 2, respectivamente. Mantiveram-se as mesmas cores para as Unidades da Federação que pertencem a uma mesma região geográfica.

Quadro 1 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2007-2011

2007		2008		2009		2010		2011 (1)	
São Paulo/SP	12,1	São Paulo/SP	11,8	São Paulo/SP	12,0	São Paulo/SP	11,8	São Paulo/SP	11,5
Rio de Janeiro/RJ	5,3	Rio de Janeiro/RJ	5,2	Rio de Janeiro/RJ	5,3	Rio de Janeiro/RJ	5,0	Rio de Janeiro/RJ	5,1
Brasília/DF	3,8	Brasília/DF	3,9	Brasília/DF	4,1	Brasília/DF	4,0	Brasília/DF	4,0
Belo Horizonte/MG	1,4	Curitiba/PR	1,4	Curitiba/PR	1,4	Curitiba/PR	1,4	Curitiba/PR	1,4
Curitiba/PR	1,4	Belo Horizonte/MG	1,3						
Manaus/AM	1,3	Manaus/AM	1,3	Manaus/AM	1,2	Manaus/AM	1,3	Manaus/AM	1,2
Porto Alegre/RS	1,3	Porto Alegre/RS	1,2	Porto Alegre/RS	1,1	Porto Alegre/RS	1,1	Porto Alegre/RS	1,1
Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	1,0	Fortaleza/CE	1,0	Fortaleza/CE	1,0
Fortaleza/CE	0,9	Fortaleza/CE	0,9	Fortaleza/CE	1,0	Salvador/BA	1,0	Salvador/BA	0,9
Recife/PE	0,8	Vitória/ES	0,8	Recife/PE	0,8	Recife/PE	0,8	Recife/PE	0,8
Vitória/ES	0,7	Recife/PE	0,7	Goiânia/GO	0,7	Vitória/ES	0,7	Vitória/ES	0,7
Goiânia/GO	0,7	Goiânia/GO	0,6	Vitória/ES	0,6	Goiânia/GO	0,6	Goiânia/GO	0,7
Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5	Belém/PA	0,5	São Luís/MA	0,5
São Luís/MA	0,5	Belém/PA	0,5						
Campo Grande/MS	0,3	Campo Grande/MS	0,3	Campo Grande/MS	0,4	Campo Grande/MS	0,4	Campo Grande/MS	0,4
Maceió/AL	0,3	Maceió/AL	0,3	Natal/RN	0,3	Maceió/AL	0,3	Maceió/AL	0,3
Natal/RN	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Maceió/AL	0,3	Natal/RN	0,3	Cuiabá/MT	0,3
Cuiabá/MT	0,3	Natal/RN	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Cuiabá/MT	0,3	Natal/RN	0,3
Florianópolis/SC	0,3	Florianópolis/SC	0,3	Teresina/PI	0,3	Teresina/PI	0,3	Florianópolis/SC	0,3
João Pessoa/PB	0,3	João Pessoa/PB	0,3	João Pessoa/PB	0,3	Florianópolis/SC	0,3	Teresina/PI	0,3
Teresina/PI	0,2	Teresina/PI	0,2	Florianópolis/SC	0,3	João Pessoa/PB	0,3	João Pessoa/PB	0,2
Aracaju/SE	0,2	Aracaju/SE	0,2	Aracaju/SE	0,2	Aracaju/SE	0,2	Porto Velho/RO	0,2
Porto Velho/RO	0,2	Aracaju/SE	0,2						
Macapá/AP	0,1								
Rio Branco/AC	0,1	Boa Vista/RR	0,1						
Boa Vista/RR	0,1	Rio Branco/AC	0,1						
Palmas/TO	0,1								

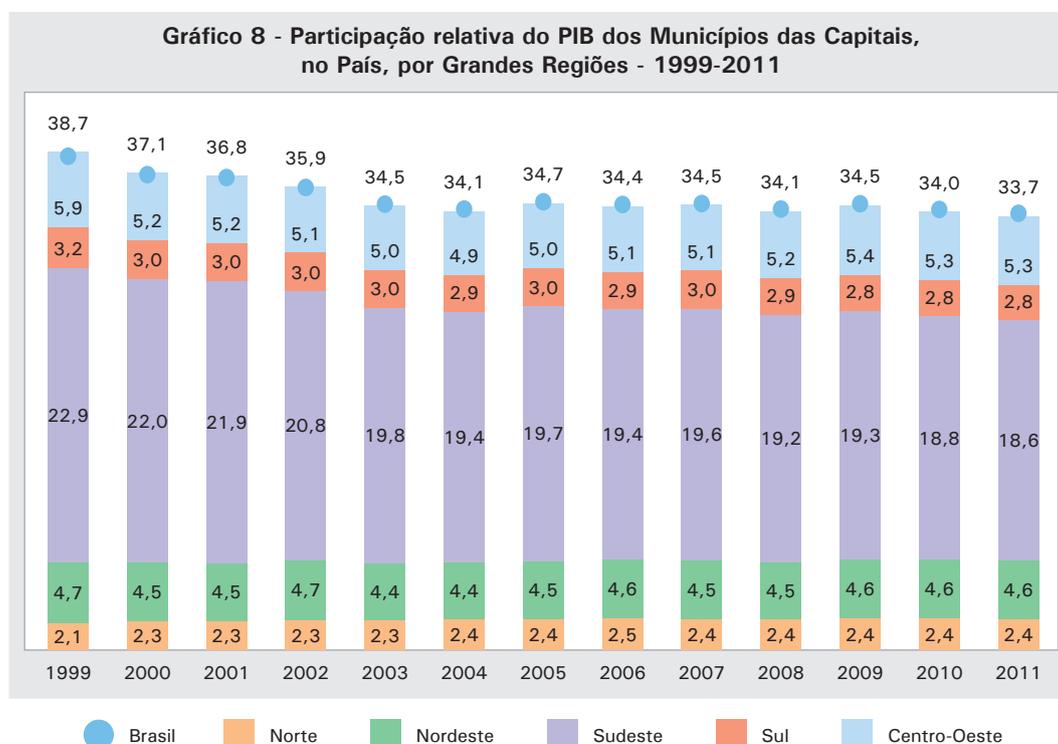
■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Os movimentos entre as capitais foram sempre suaves, sendo que, em relação a 2010, houve ganho de posição de São Luís (Maranhão), Cuiabá (Mato Grosso), Florianópolis (Santa Catarina) e Porto Velho (Rondônia) em relação a Belém (Pará), Natal (Rio Grande do Norte), Teresina (Piauí) e Aracaju (Sergipe), respectivamente.

Em 2011, a participação relativa das capitais na composição do PIB nacional foi a menor desde o início da série, em 1999. O Gráfico 8 mostra os resultados para cada ano, segundo as Grandes Regiões. O conjunto das capitais brasileiras representava 33,7% da renda nacional, sendo que as capitais da Região Norte foram responsáveis por 2,4% desse total; as da Região Nordeste, 4,6%; as da Região Sudeste, 18,6%; as da Região Sul, 2,8%; e as da Região Centro-Oeste, 5,3%.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O Quadro 2 mostra a dependência dos estados das Regiões Norte e Nordeste de suas respectivas capitais. O Estado de Santa Catarina era o mais autônomo, tendo sua capital, Florianópolis, contribuído, em 2011, com 6,8%, enquanto o Estado do Amazonas era o mais dependente, uma vez que sua capital, Manaus, contribuiu com mais de 79,0% para o PIB do estado. Esse é o menor valor observado em toda a série.

Quadro 2 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto da Unidade da Federação, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2007-2011

2007		2008		2009		2010		2011 (1)	
Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0
Manaus/AM	81,8	Manaus/AM	81,2	Manaus/AM	81,6	Manaus/AM	81,0	Manaus/AM	79,0
Boa Vista/RR	72,8	Boa Vista/RR	73,2	Boa Vista/RR	73,1	Boa Vista/RR	73,5	Boa Vista/RR	73,4
Macapá/AP	63,4	Macapá/AP	63,3	Macapá/AP	63,1	Macapá/AP	62,8	Macapá/AP	62,7
Rio Branco/AC	52,8	Rio Branco/AC	52,7	Rio Branco/AC	51,9	Rio Branco/AC	50,8	Rio Branco/AC	51,1
Fortaleza/CE	48,6	Fortaleza/CE	47,9	Maceió/AL	48,3	Maceió/AL	49,2	Maceió/AL	48,2
Maceió/AL	47,8	Maceió/AL	46,9	Rio de Janeiro/RJ	48,2	Teresina/PI	47,7	Fortaleza/CE	47,7
Rio de Janeiro/RJ	47,2	Rio de Janeiro/RJ	46,3	Fortaleza/CE	47,7	Fortaleza/CE	47,7	Teresina/PI	46,3
Teresina/PI	46,2	Teresina/PI	44,8	Teresina/PI	45,7	Rio de Janeiro/RJ	46,7	Rio de Janeiro/RJ	45,3
São Luís/MA	38,8	São Luís/MA	38,2	São Luís/MA	38,4	São Luís/MA	39,6	São Luís/MA	39,9
Aracaju/SE	37,1	São Paulo/SP	35,6	Natal/RN	37,135	Aracaju/SE	36,6	São Paulo/SP	35,3
São Paulo/SP	35,8	Natal/RN	34,8	Aracaju/SE	35,9	Natal/RN	35,7	Aracaju/SE	35,2
Natal/RN	35,0	Aracaju/SE	34,6	São Paulo/SP	35,9	São Paulo/SP	35,5	Porto Velho/RO	34,1
Recife/PE	33,2	Vitória/ES	33,1	Porto Velho/RO	32,6	Porto Velho/RO	31,9	Natal/RN	34,0
Campo Grande/MS	31,8	Recife/PE	31,9	Campo Grande/MS	32,0	Campo Grande/MS	31,9	Campo Grande/MS	31,9
Vitória/ES	31,7	Campo Grande/MS	31,6	Recife/PE	31,5	Recife/PE	31,7	Recife/PE	31,8
João Pessoa/PB	30,4	João Pessoa/PB	29,8	João Pessoa/PB	30,0	João Pessoa/PB	30,6	Vitória/ES	29,0
Porto Velho/RO	29,1	Porto Velho/RO	28,3	Vitória/ES	29,6	Vitória/ES	30,4	João Pessoa/PB	28,5
Belém/PA	28,0	Belém/PA	26,1	Belém/PA	28,4	Goiânia/GO	25,1	Goiânia/GO	24,9
Goiânia/GO	27,4	Goiânia/GO	25,8	Goiânia/GO	25,0	Curitiba/PR	24,6	Salvador/BA	24,3
Salvador/BA	24,4	Salvador/BA	24,2	Salvador/BA	24,2	Salvador/BA	23,6	Curitiba/PR	24,3
Curitiba/PR	23,6	Curitiba/PR	24,2	Curitiba/PR	24,1	Belém/PA	23,1	Belém/PA	22,3
Palmas/TO	20,4	Palmas/TO	20,0	Palmas/TO	20,3	Palmas/TO	22,8	Palmas/TO	20,7
Porto Alegre/RS	19,0	Porto Alegre/RS	18,0	Cuiabá/MT	17,1	Cuiabá/MT	18,5	Cuiabá/MT	17,4
Cuiabá/MT	18,5	Cuiabá/MT	16,8	Porto Alegre/RS	17,1	Porto Alegre/RS	17,0	Porto Alegre/RS	17,3
Belo Horizonte/MG	15,9	Belo Horizonte/MG	15,0	Belo Horizonte/MG	15,6	Belo Horizonte/MG	14,6	Belo Horizonte/MG	14,2
Florianópolis/SC	6,8	Florianópolis/SC	6,6	Florianópolis/SC	6,4	Florianópolis/SC	6,8	Florianópolis/SC	6,8

■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Movimentos mais expressivos entre os municípios

As análises seguintes têm como foco os movimentos mais expressivos da economia, considerando o biênio 2010-2011. São apresentados os ganhos e as perdas na participação relativa entre os municípios com maior participação no PIB e os movimentos mais significativos de posição no País. Em geral, os principais movimentos observados, em 2011, estão vinculados às *commodities*.

A análise de ganhos e perdas na participação percentual do PIB de 2011 em relação a 2010 foi realizada considerando os municípios que geravam pelo menos 0,5% do PIB nacional. A Tabela 7 apresenta os 24 municípios que se enquadravam nessa categoria.

Tabela 7 - Participação relativa e diferença absoluta do Produto Interno Bruto, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2007-2011

Municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Produto Interno Bruto					
	Participação relativa (%)					Diferença absoluta 2010/2011 (%)
	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	
Campos dos Goytacazes/RJ	0,8	1,0	0,6	0,7	0,9	0,2
Guarulhos/SP	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	0,1
Barueri/SP	1,0	0,9	0,8	0,7	0,8	0,0
Fortaleza/CE	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	0,0
Santos/SP	0,7	0,8	0,7	0,7	0,8	0,0
São Luís/MA	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Vitória/ES	0,7	0,8	0,6	0,7	0,7	0,0
Goiânia/GO	0,7	0,6	0,7	0,6	0,7	0,0
Rio de Janeiro/RJ	5,3	5,2	5,3	5,0	5,1	0,0
Campinas/SP	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Recife/PE	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	(-) 0,0
Brasília/DF	3,8	3,9	4,1	4,0	4,0	(-) 0,0
Jundiaí/SP	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	(-) 0,0
Curitiba/PR	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	(-) 0,0
Osasco/SP	0,9	1,0	1,0	1,0	0,9	(-) 0,0
Salvador/BA	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	(-) 0,0
São José dos Campos/SP	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	(-) 0,0
Belo Horizonte/MG	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	(-) 0,0
Porto Alegre/RS	1,3	1,2	1,1	1,1	1,1	(-) 0,0
Manaus/AM	1,3	1,3	1,2	1,3	1,2	(-) 0,1
Duque de Caxias/RJ	1,1	0,6	0,8	0,7	0,6	(-) 0,1
São Bernardo do Campo/SP	0,9	1,0	0,9	0,9	0,9	(-) 0,1
Betim/MG	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	(-) 0,1
São Paulo/SP	12,1	11,8	12,0	11,8	11,5	(-) 0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SJFRAMA.

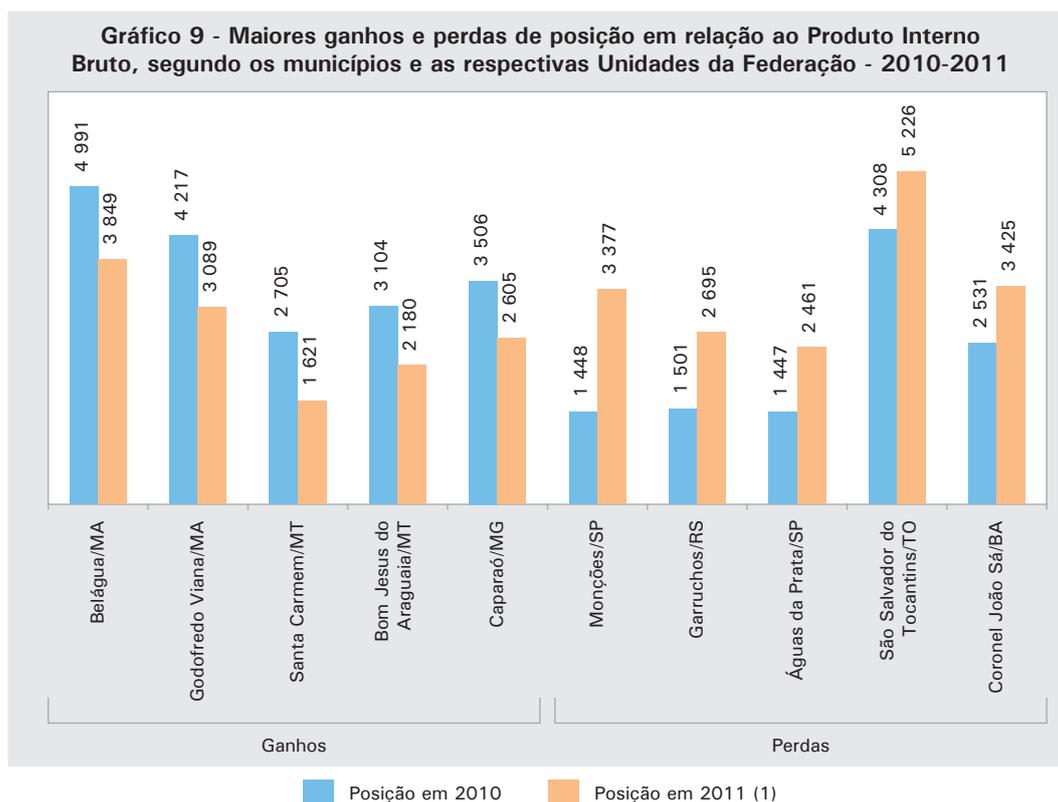
(1) Dados sujeitos a revisão.

Em Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), a variação positiva na participação deveu-se principalmente aos altos preços do petróleo. O ganho na participação do Município de Guarulhos (São Paulo) ocorreu em função da Indústria de transformação e do Comércio e serviços de manutenção e reparação.

No Município de São Paulo (São Paulo), os segmentos Comércio e serviços de manutenção e reparação e os Serviços de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados foram os principais responsáveis pela perda de participação. Em 2011, a atividade predominante em Betim (Minas Gerais) era a Indústria de transformação; os segmentos produção de autopeças e refino de petróleo foram os principais responsáveis pela queda de participação. A queda apresentada pelo primeiro segmento foi devido aos elevados estoques e a apresentada pelo segundo foi ocasionada pelo preço elevado do petróleo, que impactou diretamente os custos da atividade. Em São Bernardo do Campo (São Paulo), destacavam-se a indústria automotiva e os demais ramos industriais ligados a esta cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosmético. Estes segmentos foram os principais responsáveis pela perda de participação do município. A perda de participação do Município de Duque de

Caxias (Rio de Janeiro) ocorreu devido, principalmente, ao preço elevado do petróleo, que impactou diretamente nos custos da atividade refino do petróleo. Manaus (Amazonas), município industrial, apresentou queda em função da Indústria de transformação.

A análise dos maiores ganhos e perdas de posição dos municípios no País, no biênio 2010-2011, foi realizada considerando-se todos os municípios brasileiros e está ilustrada no Gráfico 9.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

No Maranhão, o aumento na produção do cultivo de mandioca impactou positivamente a economia de Belágua, e o incremento na extração de ouro, a economia de Godofredo Viana. No município mineiro de Caparaó, o comércio atacadista de café em grão registrou crescimento significativo. Em Santa Carmem (Mato Grosso), o ganho de posição foi consequência do aumento de produção de soja e em Bom Jesus de Araguaia (Mato Grosso) ocorreu a instalação de grandes armazéns para a estocagem da produção de cereais e algodão aliada à utilização de unidades já existentes, porém que se encontravam subutilizadas e, em decorrência dessas atividades, houve o fomento do comércio atacadista e dos transportes.

A queda na atividade Comércio e serviços de manutenção e reparação foi verificada no Município de Monções (São Paulo). No Município de Garruchos (Rio Grande do Sul) existia uma conversora de energia elétrica, em 2011 ocorreu redução significativa do valor exportado. O Município de Águas da Prata (São Paulo) registrou acentuada queda na Indústria de transformação e no Comércio e serviços de manutenção e reparação. A perda de posição do Município de São Salvador do Tocantins (Tocantins) foi decorrente do encerramento das obras de uma usina hidroelétrica no município vizinho

de Paranã, enquanto a queda do Município de Coronel João Sá (Bahia) foi ocasionada pela redução da área colhida e da quantidade produzida das lavouras de milho e feijão motivada pela escassez de chuva na região.

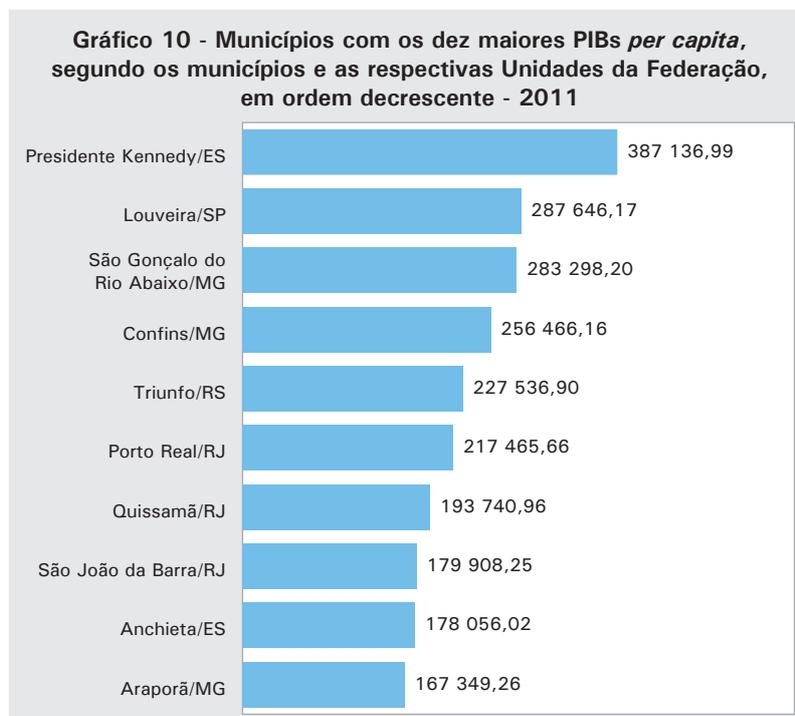
PIB *per capita*

O PIB *per capita* de cada município foi estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município e a sua população residente. Para a população, foi utilizada a estimativa encaminhada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU, em outubro de 2011, tendo 1º de julho de 2011 como data de referência.

É relevante salientar que nem toda a renda gerada no município é apropriada por sua população residente, uma vez que a geração da renda e o consumo não são necessariamente realizados em um mesmo município. O Cartograma 3 foi construído de maneira a permitir a comparação entre o PIB *per capita* dos municípios e o PIB *per capita* brasileiro que, em 2011, foi de R\$ 21 535,65. Desse modo, os tons de amarelo foram atribuídos aos municípios com PIB *per capita* inferior ao nacional e os tons de verde designados para representar os municípios com PIB *per capita* superior ao nacional; quanto mais distante do valor nacional o município se encontrava, mais forte era a tonalidade.

Mais da quarta parte dos municípios dos Estados de Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul apresentou PIB *per capita* superior ao nacional enquanto que nenhum município dos Estados do Acre, Roraima e Alagoas apresentou essa característica.

O Gráfico 10 apresenta os municípios com os 10 maiores PIB *per capita*, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente em 2011.

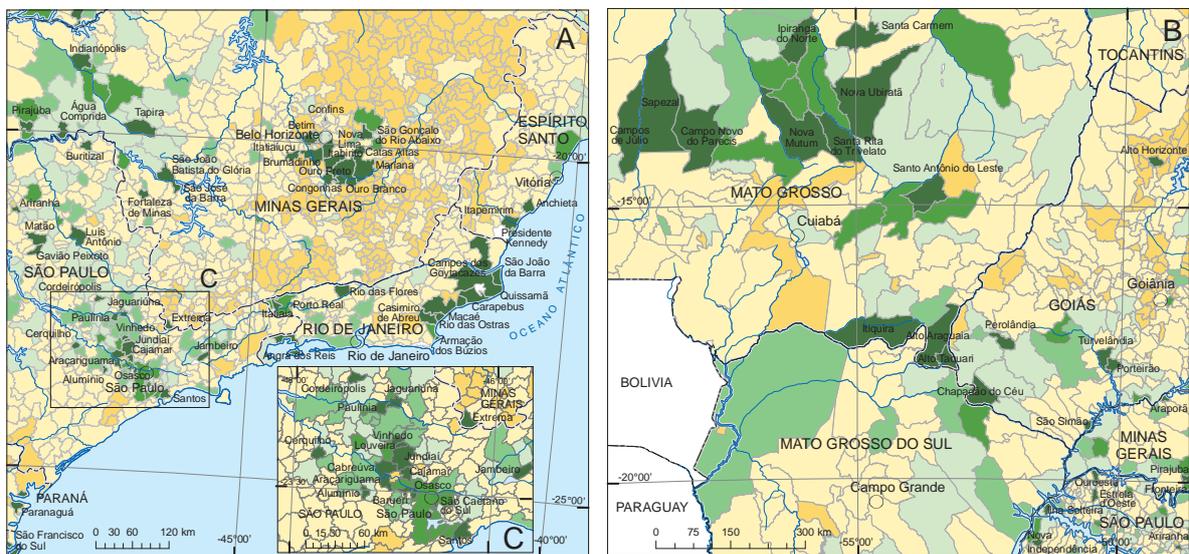


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População estimada para 1º de julho, série revisada.

Cartograma 3 - Produto Interno Bruto *per capita* - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Em comum, observa-se que esses municípios possuíam baixa densidade demográfica. Presidente Kennedy (Espírito Santo) e Quissamã (Rio de Janeiro) eram municípios produtores de petróleo. Louveira (São Paulo) concentrava centros de distribuição de grandes empresas. São Gonçalo do Rio Abaixo (Minas Gerais) está localizado na Região Central e a principal atividade do município é a extração de minério de ferro. Confins (Minas Gerais) ganhou posição com a transferência da maior parte dos voos do aeroporto em Belo Horizonte para o aeroporto internacional situado no município. No Município de Porto Real (Rio de Janeiro), situava-se uma indústria automobilística. O Município de Triunfo (Rio Grande do Sul), pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre, era sede de um polo petroquímico importante. Anchieta (Espírito Santo) caracterizava-se pela pelotização e sinterização de minério de ferro. São João da Barra (Rio de Janeiro) era produtor de petróleo. O Município de Araporã (Minas Gerais), localizado na região do Triângulo Mineiro, possuía a maior hidrelétrica do seu estado, com capacidade instalada de 2 082 megawatts. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 2.

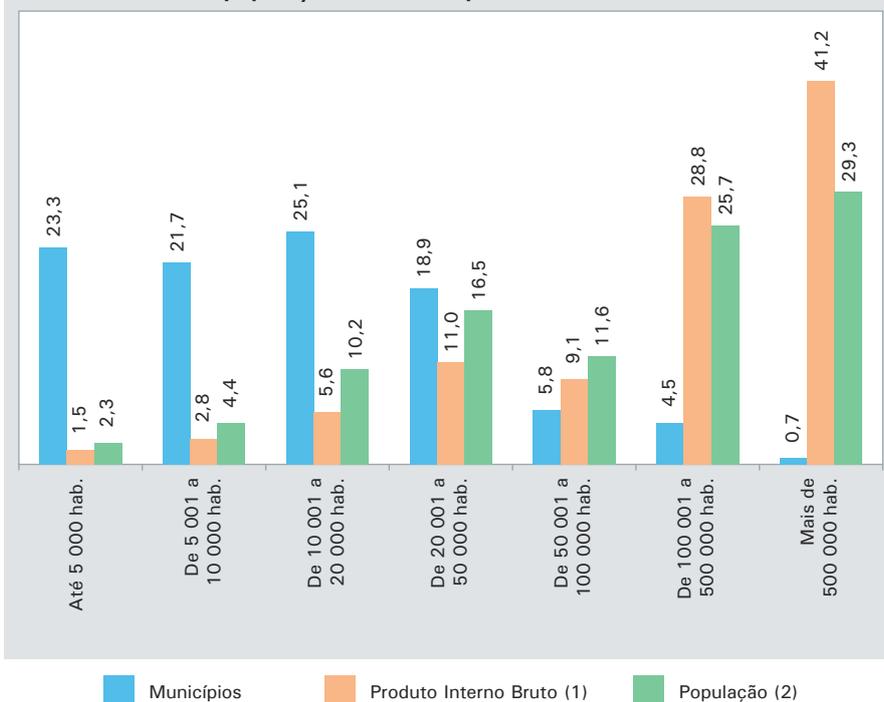
O menor PIB *per capita*, em 2011, foi R\$ 2 462,15, verificado no município paraense de Currealinho. Este município, localizado no arquipélago do Marajó, sustentava-se pela transferência de recursos federais: a administração pública participou com 60,3% do valor adicionado bruto total. Outras atividades importantes no município eram construção civil, pesca e agricultura extrativista. O município era habitado por extrativistas tradicionais, onde a agricultura de subsistência, a criação de animais de pequeno porte e o extrativismo eram enraizados no modo de vida e na cultura. Segundo a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS 2011¹⁴, os principais produtos alimentícios explorados eram o açaí e a erva-mate cancheada.

O Gráfico 11 mostra a distribuição do número de municípios, o PIB e a população residente segundo faixas de população. As duas últimas faixas de população, isto é, os 286 municípios com mais de 100 000 habitantes, geraram aproximadamente 70% de toda a renda do País. Os 3 902 municípios com até 20 000 mil habitantes foram responsáveis por menos de 10% da renda.

O Gráfico 12 apresenta a razão entre o PIB *per capita* de cada faixa e o nacional, segundo as faixas de população em 2011. As duas últimas faixas com mais de 100 000 habitantes apresentaram PIB *per capita* superior ao nacional.

¹⁴ Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 2011. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.

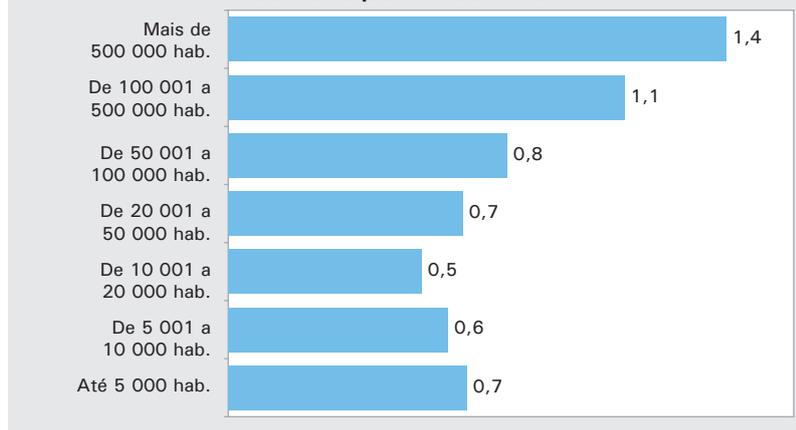
Gráfico 11 - Participações relativas do número de municípios, Produto Interno Bruto e população, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2011



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

Gráfico 12 - Razão entre o PIB *per capita* de cada classe e o nacional, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2011



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População estimada para 1º de julho, série revisada.

Na Tabela 8, está apresentado o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais, em ordem decrescente. Nota-se que, apesar de Vitória ter o PIB *per capita* mais alto entre as capitais, correspondendo a 4,0 vezes o PIB *per capita* brasileiro, foi o quarto maior no Estado do Espírito Santo, atrás dos Municípios de Presidente Kennedy, Anchieta e Itapemirim.

O PIB *per capita* de cada um dos 556 municípios de menor PIB *per capita*, isto é, os 10,0% dos menores municípios em relação ao PIB *per capita*, foi inferior a R\$ 4 519,66. Entre esses municípios, estavam 52,2% dos municípios do Piauí, 48,8% do Maranhão, 48,3% do Pará, 38,2% de Alagoas e 31,9% da Bahia.

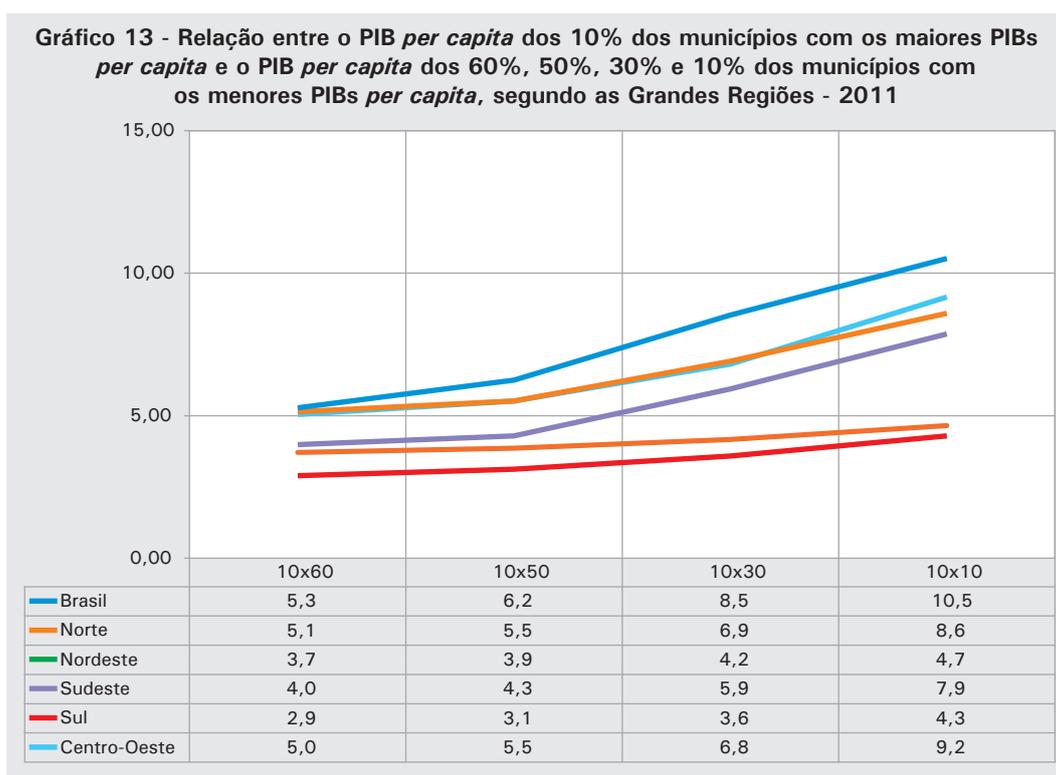
Aplicando o indicador relativo ao Gráfico 7 à variável PIB *per capita*, constata-se que o PIB *per capita* dos 10,0% dos municípios com os maiores PIB *per capita* foi 5,3 vezes maior do que o PIB *per capita* dos 60,0% dos municípios com os menores PIB *per capita*. Em todos os cortes, os indicadores das Regiões Norte e Centro-Oeste são os maiores e ficam muito próximos. Na medida em que o corte dos menores diminui, a variabilidade cresce. As Regiões Sul e Nordeste apresentavam os menores indicadores entre as regiões em todos os segmentos. Esses resultados estão apresentados no Gráfico 13.

Tabela 8 - Produto Interno Bruto *per capita*, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, com indicação da população e do coeficiente entre o Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios das Capitais e o do Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2011

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1)				População (1 000 hab.) (2)	Coeficiente entre o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> dos Municípios das Capitais e o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> do Brasil
	Valor (R\$)	Posição em relação				
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil		
Vitória/ES	85 794,33	1º	4º	36º	331	4,0
Brasília/DF	63 020,02	2º	1º	72º	2 610	2,9
São Paulo/SP	42 152,76	3º	44º	160º	11 316	2,0
Rio de Janeiro/RJ	32 940,23	4º	18º	295º	6 356	1,5
Curitiba/PR	32 916,44	5º	15º	297º	1 765	1,5
Porto Alegre/RS	32 203,11	6º	54º	312º	1 413	1,5
Manaus/AM	27 845,71	7º	2º	470º	1 832	1,3
Florianópolis/SC	26 749,29	8º	49º	521º	427	1,2
Belo Horizonte/MG	23 053,07	9º	84º	706º	2 386	1,1
Cuiabá/MT	22 301,79	10º	44º	771º	556	1,0
Porto Velho/RO	21 784,76	11º	6º	812º	436	1,0
Recife/PE	21 434,88	12º	3º	848º	1 547	1,0
Goiânia/GO	20 990,21	13º	41º	893º	1 318	1,0
São Luís/MA	20 242,74	14º	3º	964º	1 027	0,9
Campo Grande/MS	19 745,42	15º	25º	1 029º	796	0,9
Boa Vista/RR	17 552,65	16º	1º	1 347º	291	0,8
Fortaleza/CE	16 962,89	17º	5º	1 454º	2 477	0,8
Aracaju/SE	15 913,40	18º	10º	1 632º	580	0,7
Palmas/TO	15 878,91	19º	20º	1 639º	235	0,7
Natal/RN	15 129,28	20º	11º	1 796º	811	0,7
Maceió/AL	14 572,42	21º	4º	1 920º	943	0,7
Salvador/BA	14 411,73	22º	33º	1 967º	2 694	0,7
Belém/PA	14 027,06	23º	10º	2 055º	1 402	0,7
Teresina/PI	13 866,75	24º	6º	2 094º	822	0,6
Macapá/AP	13 821,85	25º	6º	2 104º	407	0,6
João Pessoa/PB	13 786,44	26º	6º	2 114º	733	0,6
Rio Branco/AC	13 120,16	27º	5º	2 277º	342	0,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População estimada para 1º de julho, série revisada.

A dispersão da renda, em conjunto com as medidas de posição e de assimetria apresentadas na Tabela 9, permitem distinguir as diferenças regionais em relação à distribuição da renda do País.

Tabela 9 - Distribuição do Produto Interno Bruto per capita pelos quartis, segundo as Grandes Regiões - 2011

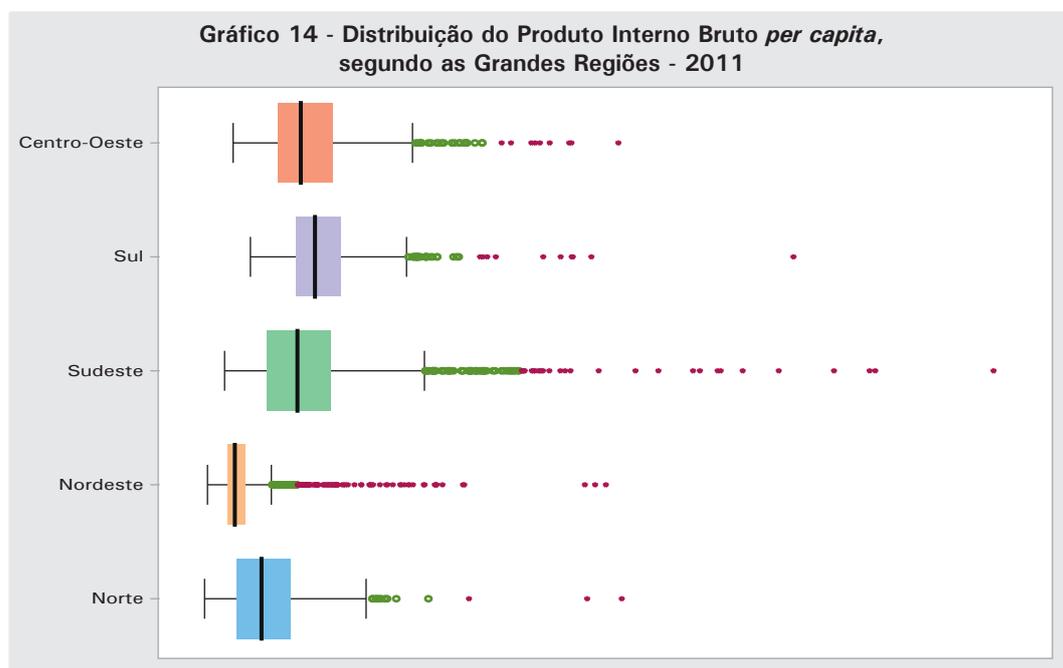
Grandes Regiões	Distribuição do Produto Interno Bruto per capita (R\$)					Coeficiente de assimetria de Bowley
	Mínimo	Quartis			Máximo	
		1º quartil	2º quartil	3º quartil		
Brasil	2 462,15	5 736,39	10 902,94	17 291,59	387 136,99	0,11
Norte	2 462,15	5 307,24	8 277,68	12 542,90	124 181,23	0,18
Nordeste	2 679,66	4 467,30	5 128,27	6 297,10	116 198,31	0,28
Sudeste	4 115,94	8 994,89	13 694,08	19 825,24	387 136,99	0,13
Sul	6 878,75	13 563,57	16 848,22	22 085,48	227 536,90	0,23
Centro-Oeste	4 957,25	10 553,21	14 275,95	20 225,54	122 457,74	0,23

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O PIB *per capita* brasileiro, em 2011, era de R\$ 21 535,65, superior ao valor mediano, que era de R\$ 10 902,94, indicando uma distribuição muito assimétrica. A Região Sul possuía a maior mediana da renda *per capita* entre todas as Grandes Regiões do País, superior a uma vez e meia a mediana da renda nacional. Os quartis das Regiões Norte e Nordeste eram sempre menores do que os obtidos para o Brasil. A Região Nordeste possuía os menores valores para os três quartis da distribuição. Apenas 25,0% dos municípios da Região Nordeste possuíam PIB *per capita* superior a R\$ 6 297,10 e esse valor era menor que o valor mínimo encontrado entre os municípios da Região Sul. Todas as regiões apresentaram coeficientes de assimetria positivos, indicando que grande parcela dos municípios possuía PIB *per capita* baixo e uma parcela menor, PIB *per capita* elevado.

O Gráfico 14 apresenta o *Box Plot*¹⁵ do PIB *per capita* para cada uma das Grandes Regiões. Este gráfico permite visualizar os resultados da Tabela 9. Optou-se por utilizar uma transformação na escala com a finalidade de facilitar a visualização da distribuição do PIB *per capita* entre as regiões. Para cada uma delas, todos os valores superiores ao terceiro quartil mais uma vez e meia a diferença interquartilica são considerados valores atípicos e foram representados com a cor verde, e os valores superiores ao terceiro quartil mais três vezes a diferença interquartilica são considerados pontos extremos e foram representados com a cor vinho. Desse modo, o conjunto de pontos verdes e vinhos representavam 2,9% dos municípios da Região Norte; 9,2% dos municípios da Região Nordeste; 5,0% dos municípios da Região Sudeste; 3,3% dos municípios da Região Sul; e 6,7% dos municípios da Região Centro-Oeste.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

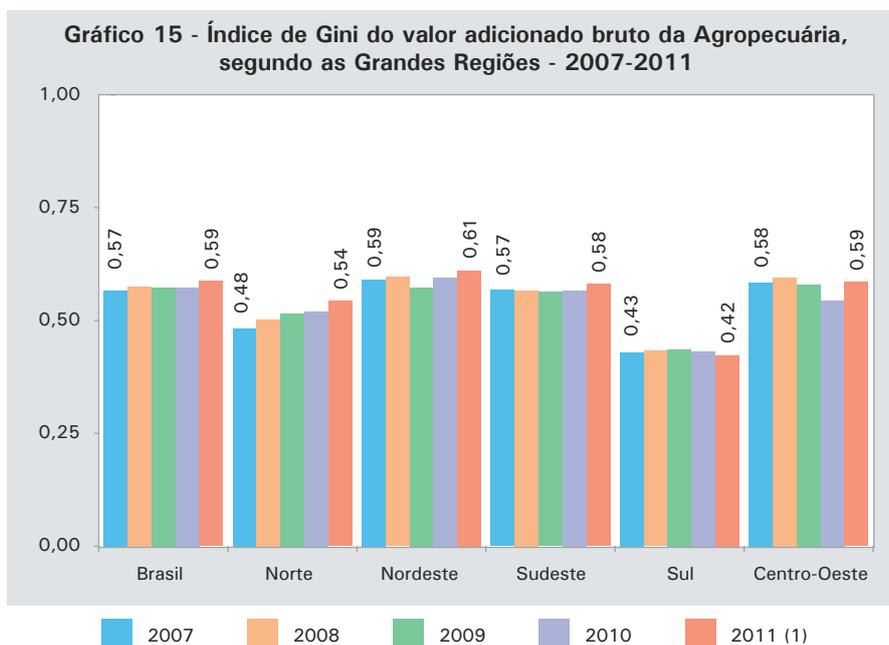
¹⁵ Para construir este desenho esquemático, considera-se um retângulo onde estão representados a mediana e os quartis (q1 e q3). A partir do retângulo, para a direita, segue uma linha até o ponto que não exceda o limite superior, $q3 + 1,5 \times (q3 - q1)$. A diferença $q3 - q1$ é chamada diferença interquartilica. Do mesmo modo, para a esquerda, segue uma linha até o ponto que não exceda o limite inferior, $q1 - 1,5 \times (q3 - q1)$.

Valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica

A seguir, destacam-se alguns resultados do valor adicionado bruto dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços. Apesar de estar inserido no setor de Serviços, analisa-se posteriormente o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Para cada setor de atividade, é apresentado o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada e os ganhos e as perdas mais expressivos na participação percentual do País.

Valor adicionado bruto da Agropecuária

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Agropecuária (Gráfico 3) evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Ressalta-se que a atividade Agropecuária, quando comparada aos demais setores de atividade econômica, foi a menos concentrada. O Gráfico 15 apresenta o índice de Gini para o valor adicionado bruto da Agropecuária, para o período de 2007 a 2011. O índice de Gini no Brasil, em 2011, para essa atividade, foi de 0,59. Os índices mais altos do que o obtido para o País foram observados nos Estados da Bahia (0,65), Minas Gerais (0,63) e Goiás (0,61). No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidades da Federação.

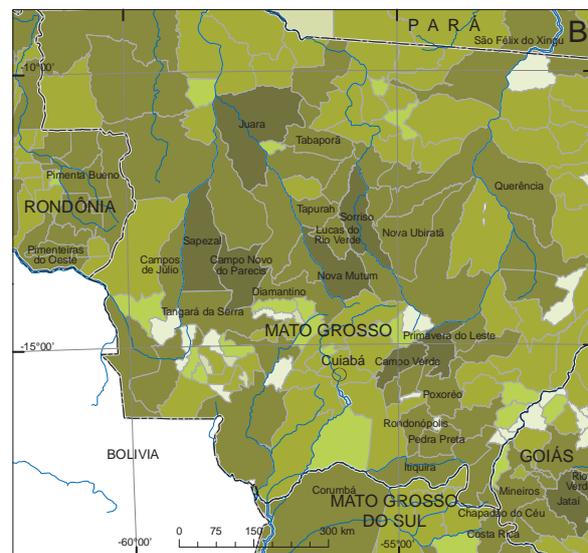
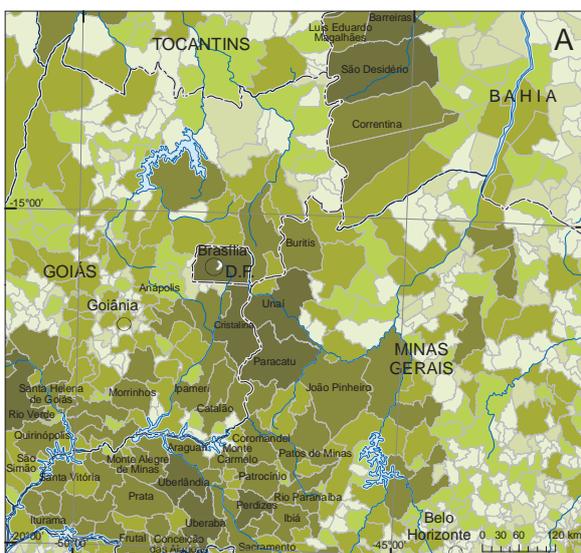
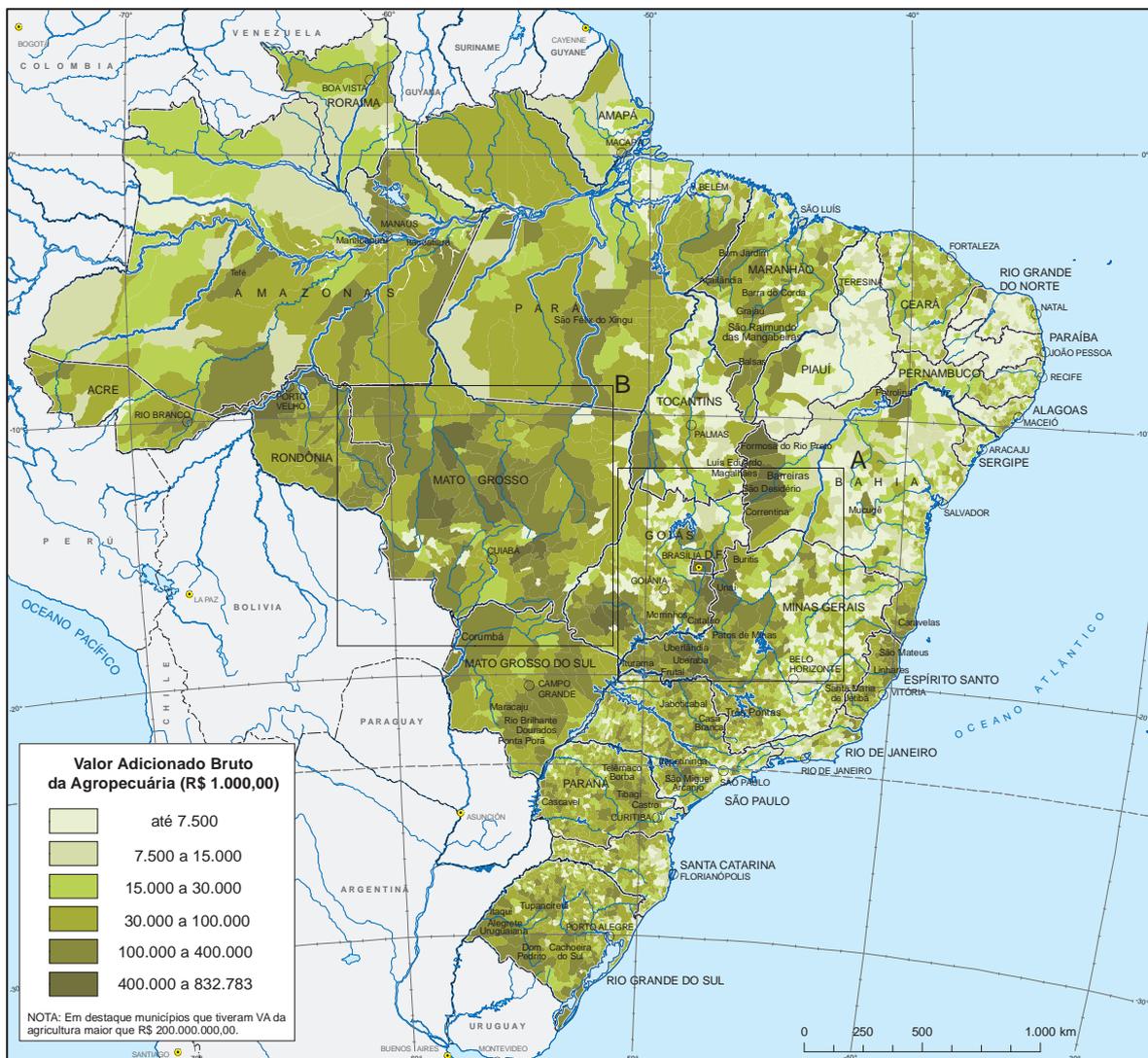


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 4 mostra que os municípios de Mato Grosso e os do oeste baiano concentravam os maiores valores adicionados da Agropecuária. Nos Estados de Mato Grosso, Rondônia e de Mato Grosso do Sul, cerca de 35,5%, 34,6% e 25,6%, respectivamente, dos municípios encontravam-se nas duas maiores faixas. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado bruto da Agropecuária estavam localizadas nos Estados da Paraíba, onde 82,1% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição; Piauí, 77,2%; e Rio Grande do Norte, 70,1%.

Cartograma 4 - Valor adicionado bruto da Agropecuária - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 10 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹⁶ no valor adicionado bruto da Agropecuária do País, para os anos de 2007 a 2011. Observa-se que, em 2011, 195 municípios agregavam aproximadamente 25,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil e 763 municípios, que pertenciam à última faixa, agregavam apenas 1,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária podem ser observados na Tabela de Resultados 3.

Tabela 10 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil - 2007-2011

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2007						
Até 25%	202	3,6	9,1	202	3,6	9,1
De 25% a 50%	548	9,8	17,4	750	13,5	26,5
De 50% a 75%	1 109	19,9	25,2	1 859	33,4	51,7
De 75% a 95%	2 010	36,1	28,4	3 869	69,5	80,1
De 95% a 99%	1 018	18,3	10,7	4 887	87,8	90,8
De 99% a 100%	677	12,2	9,2	5 564	100,0	100,0
2008						
Até 25%	187	3,4	7,8	187	3,4	7,8
De 25% a 50%	537	9,7	12,9	724	13,0	20,7
De 50% a 75%	1 100	19,8	22,5	1 824	32,8	43,2
De 75% a 95%	2 045	36,8	35,7	3 869	69,5	78,9
De 95% a 99%	1 038	18,7	11,6	4 907	88,2	90,5
De 99% a 100%	657	11,8	9,5	5 564	100,0	100,0
2009						
Até 25%	188	3,4	7,7	188	3,4	7,7
De 25% a 50%	528	9,5	16,1	716	12,9	23,8
De 50% a 75%	1 118	20,1	28,1	1 834	33,0	51,9
De 75% a 95%	2 046	36,8	27,0	3 880	69,7	78,9
De 95% a 99%	1 030	18,5	11,9	4 910	88,2	90,7
De 99% a 100%	655	11,8	9,3	5 565	100,0	100,0
2010						
Até 25%	213	3,8	9,6	213	3,8	9,6
De 25% a 50%	528	9,5	15,3	741	13,3	25,0
De 50% a 75%	1 084	19,5	20,8	1 825	32,8	45,8
De 75% a 95%	1 994	35,8	32,3	3 819	68,6	78,1
De 95% a 99%	1 021	18,3	12,0	4 840	87,0	90,1
De 99% a 100%	725	13,0	9,9	5 565	100,0	100,0
2011 (2)						
Até 25%	195	3,5	8,7	195	3,5	8,7
De 25% a 50%	510	9,2	11,2	705	12,7	19,9
De 50% a 75%	1 046	18,8	22,4	1 751	31,5	42,3
De 75% a 95%	1 990	35,8	34,3	3 741	67,2	76,6
De 95% a 99%	1 061	19,1	13,0	4 802	86,3	89,6
De 99% a 100%	763	13,7	10,4	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SJFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

¹⁶ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do País ordenada de forma decrescente.

Na Tabela 11, foram destacados os 16 municípios com os maiores valores adicionados brutos da Agropecuária, que, juntos, representavam, aproximadamente, 5,0% do total em 2011.

Tabela 11 - Valor adicionado bruto da Agropecuária e participações relativa e acumulada, segundo os municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2011

Municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Agropecuária		
	Total (1 000 R\$)	Participações	
		Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
São Desidério/BA	832 783	0,4	0,4
Sorriso/MT	745 597	0,4	0,8
Rio Verde/GO	723 351	0,4	1,2
Campo Verde/MT	664 390	0,3	1,5
Sapezal/MT	631 575	0,3	1,9
Porto Velho/RO	608 856	0,3	2,2
Jataí/GO	592 393	0,3	2,5
Itapetininga/SP	586 915	0,3	2,8
Primavera do Leste/MT	578 774	0,3	3,1
Uberaba/MG	572 186	0,3	3,4
Unai/MG	571 852	0,3	3,7
Cristalina/GO	521 630	0,3	4,0
Campo Novo do Parecis/MT	511 020	0,3	4,2
Brasília/DF	501 199	0,3	4,5
Formosa do Rio Preto/BA	470 078	0,2	4,7
Perdizes/MG	456 496	0,2	5,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O município baiano de São Desidério, localizado no extremo oeste do estado, foi o maior produtor de algodão herbáceo do País e, segundo a PAM 2011, foi responsável por 14% da produção nacional e 45,1% da produção baiana. A agricultura irrigada foi a principal base da economia do município, que possui condições climáticas favoráveis e uma das maiores e mais ricas bacias hidrográficas da Região Nordeste.

O município de Sorriso (Mato Grosso) foi o que obteve o maior valor de produção, segundo a PAM 2011. Esse município se destaca como o maior produtor de soja e o segundo maior produtor de milho.

No Município de Rio Verde (Goiás), a atividade Agropecuária estava integrada com as agroindústrias do ramo alimentício. O destaque, nas lavouras temporárias, foi a produção de soja, milho e sorgo. Na pecuária, o município se destacou na produção de aves, suínos e bovinos. A utilização de tecnologias avançadas e a profissionalização do produtor convergiram na disseminação das técnicas de cultivo e na melhoria do processo produtivo. Houve aumento na produção em função do levado valor de produção da cultura de milho e sorgo no ano de 2011.

O Município de Campo Verde (Mato Grosso), localizado na região sudeste do estado, tinha economia baseada na produção agropecuária, sendo a soja e o algodão os principais produtos. Na pecuária, tinha a maior produção de aves do estado, a segunda produção de ovos e também era um importante produtor de suínos. A Agropecuária estava completamente integrada com a Indústria e os Serviços, já que as indústrias do município eram responsáveis pelo beneficiamento da produção agropecuária e o setor de Serviços era voltado à comercialização da sua produção, de insumos, máquinas e equipamentos, representação comercial e armazéns gerais.

O Município de Sapezal (Mato Grosso) fica na região oeste do estado, e os principais produtos cultivados eram soja e algodão. A indústria do município utiliza parte da produção agrícola na fabricação de biocombustíveis. Esse município possui duas pequenas centrais hidrelétricas e fabrica máquinas para o beneficiamento de arroz.

Segundo a PEVS¹⁷, em 2011 o Município de Porto Velho (Rondônia) foi o terceiro maior produtor de madeira em tora da extração vegetal. A atividade Pecuária também era expressiva no nesse município.

No ano de 2011, o Município de Jataí (Goiás) destacou-se na produção de soja, milho e cana. Na pecuária, destacou-se a criação de bovinos, suínos e aves e a produção de leite. O município é cortado por importantes rodovias responsáveis pelo escoamento da produção de grãos. O ganho de participação em relação ao ano anterior decorreu do aumento tanto da produção como de preço.

Segundo a PEVS 2011, o Município de Itapetininga (São Paulo) era um dos principais municípios produtores de madeira em tora da silvicultura do País. Além disso, a PAM 2011 registrou esse município como um dos 20 maiores produtores de laranja do País.

Primavera do Leste (Mato Grosso) está situado no sudeste do estado, sua economia estava integrada com a indústria destacando-se a produção de soja, milho e algodão incorporada por um processo de industrialização da produção de fabricação de óleo vegetal, ração animal e de produtos têxteis. A produção de aves teve forte expansão em razão da instalação de frigoríficos.

Uberaba (Minas Gerais) pertence à região do Triângulo Mineiro e tinha a maior parte da sua produção vegetal concentrada na lavoura temporária. Apresentou as maiores produções estaduais de milho e de cana-de-açúcar, a terceira maior produção estadual de soja e a quarta de batata-inglesa. Na pecuária, evidenciaram-se os efetivos de aves, bovinos, suínos e as produções de ovos e de leite.

Unaí (Minas Gerais) está localizado na região noroeste do estado. O município destacou-se na lavoura temporária; foi o maior produtor estadual de soja, de feijão e sorgo; segundo na produção de milho; e quarto na de trigo. Esse município apresentou o quarto maior valor adicionado bruto da pecuária estadual, tendo o segundo maior efetivo de bovinos e a segunda maior produção de leite no estado.

O Município de Cristalina (Goiás) possuía agricultura diversificada e caracterizou-se por ser grande produtor de soja, trigo, feijão e alho.

O município Campo Novo do Parecis (Mato Grosso) está localizado na região oeste do estado. Os principais produtos agrícolas cultivados no município eram: soja, algodão e cana-de-açúcar. O setor industrial tinha importância na produção de álcool, fabricação de adubos e fertilizantes e na preparação de fibras de algodão.

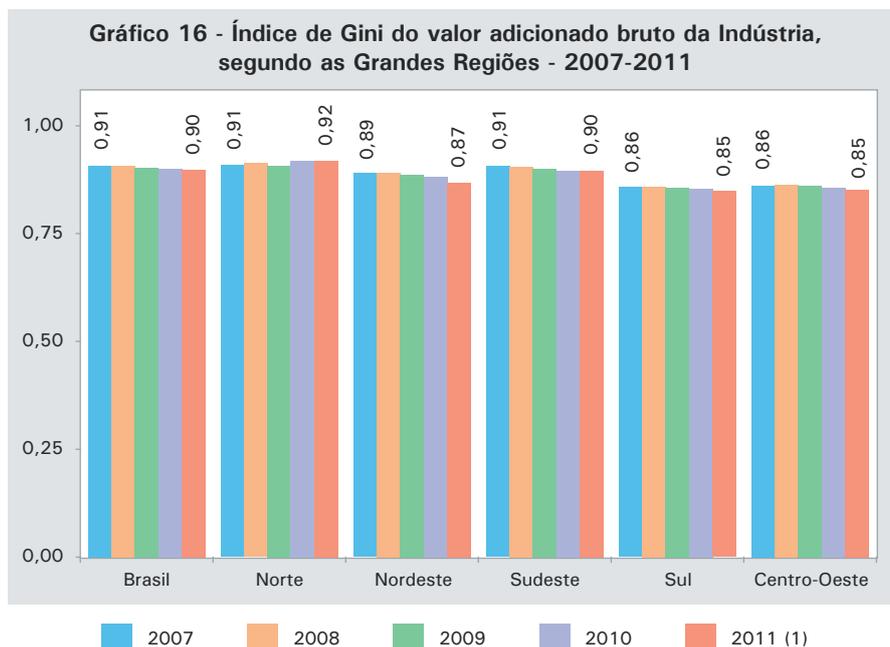
¹⁷ Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 2011. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.

Segundo a PAM 2011, Brasília (Distrito Federal) era um dos principais municípios produtores de soja, milho, tomate e feijão.

Formosa do Rio Preto (Bahia) é um município localizado ao extremo noroeste baiano. Seu principal setor de atividade era o agropecuário e tinha como principais culturas: a soja, o algodão e o milho. O município de Perdizes (Minas Gerais) está localizado na região do Alto Paranaíba. Sua produção vegetal foi fortemente evidenciada pelos cultivos de cana-de-açúcar, trigo, milho e batata-inglesa. Na pecuária destacou-se a produção de leite e o efetivo de bovinos.

Valor adicionado bruto da Indústria

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Indústria (Gráfico 3) evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Cumpre atentar para o fato de a atividade industrial ser, quando comparada às demais atividades, a que apresenta a maior concentração: o índice de Gini no Brasil, em 2011, para essa atividade, foi de 0,90. Esse índice permaneceu praticamente inalterado ao longo de toda a série. O Gráfico 16 apresenta o índice de Gini para o valor adicionado bruto da Indústria, para o período de 2007 a 2011. Os índices superiores ao obtido para o País foram observados nos Estados do Amazonas (0,95) e Pará (0,91). No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidades da Federação.

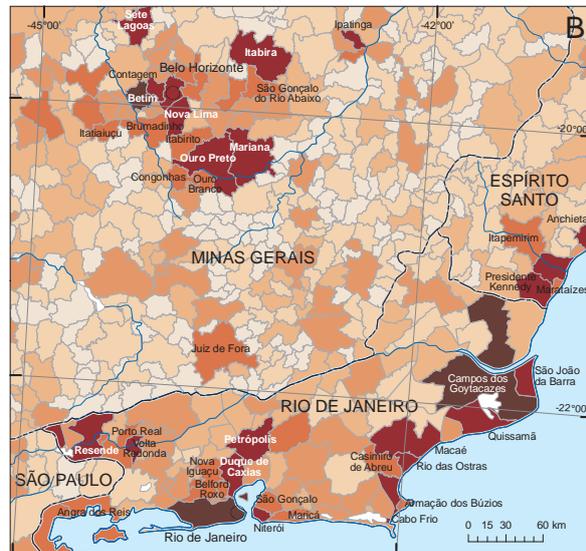
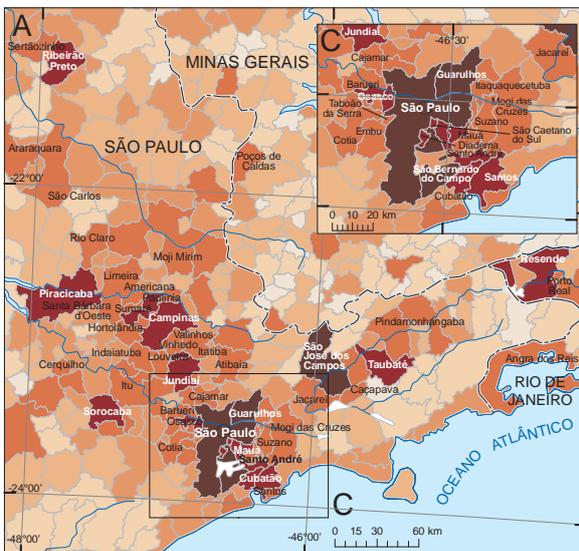
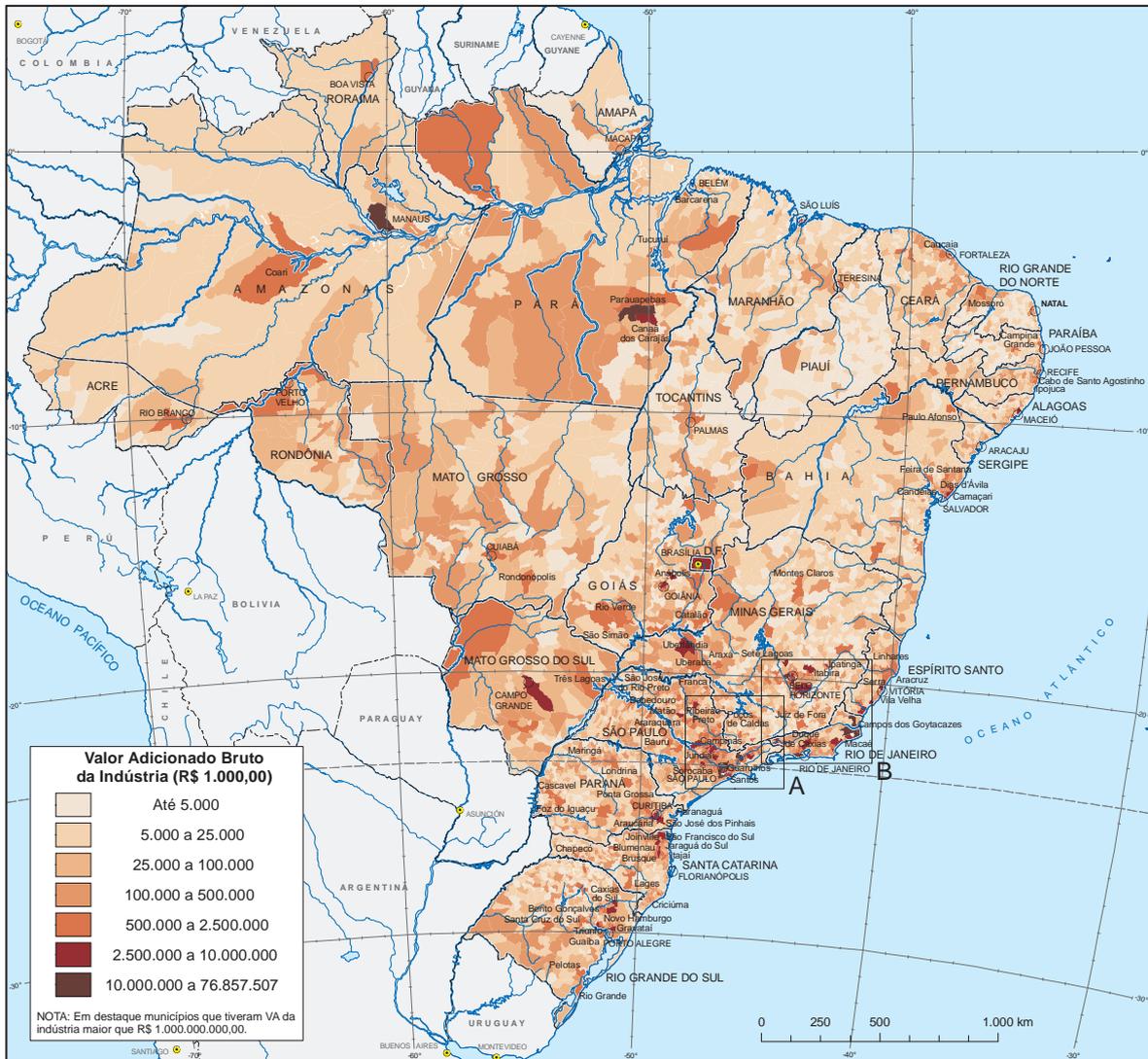


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 5 mostra que os municípios dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo possuíam alto valor adicionado bruto industrial, com aproximadamente 27,2% e 15,0% dos municípios, respectivamente, nas três maiores faixas da distribuição. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado bruto da Indústria estavam localizadas nos Estados do Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins, onde mais de 55,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

Cartograma 5 - Valor adicionado bruto da Indústria - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 12 mostra a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹⁸ no valor adicionado bruto da Indústria do País, para os anos de 2007 a 2011. Pode-se destacar que, em 2011, apenas 12 municípios concentravam aproximadamente $\frac{1}{4}$ do valor adicionado bruto da Indústria e esta faixa concentrava 15,6% da população brasileira.

Tabela 12 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil - 2007-2011

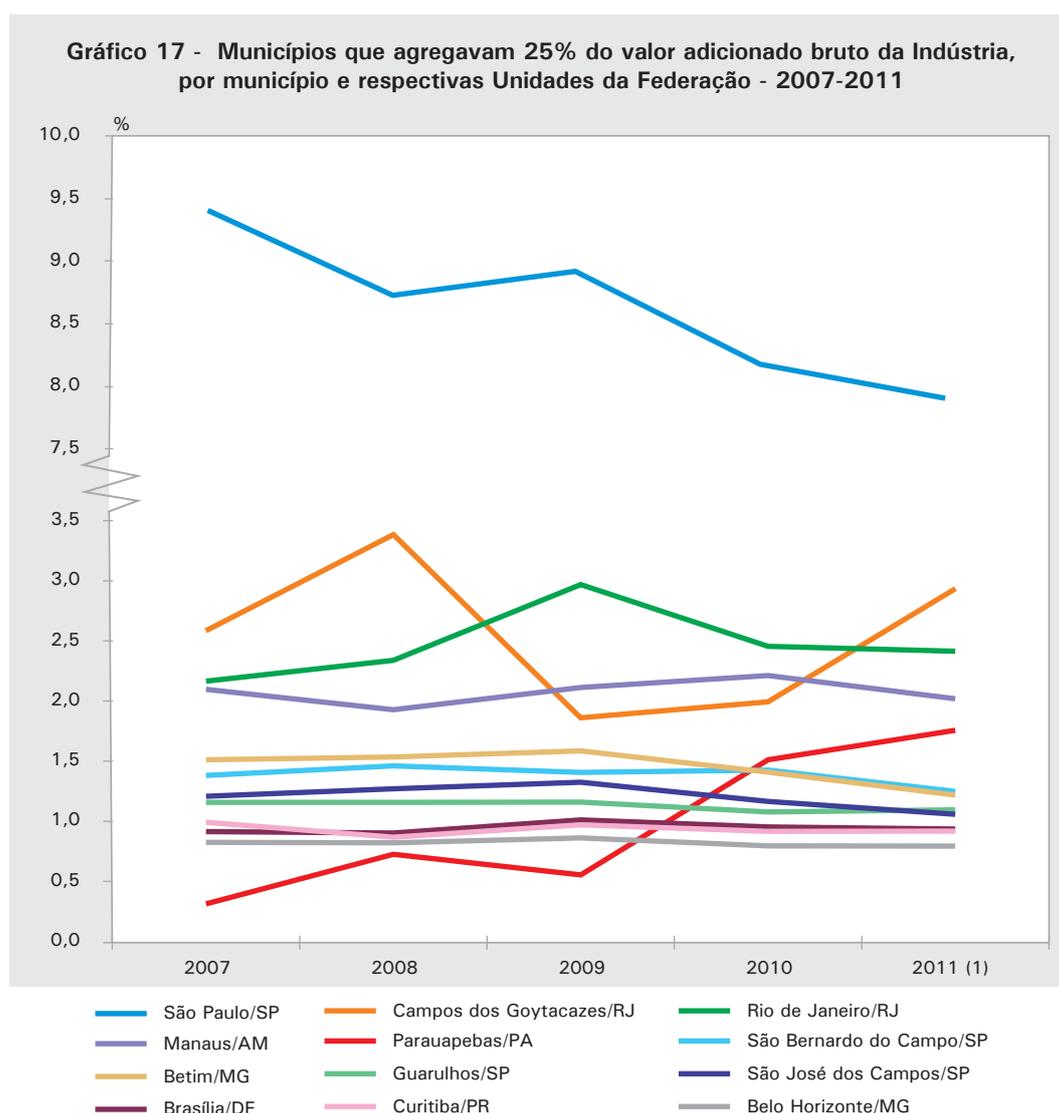
Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)		
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)	
2007							
Até 25%	10	0,2	13,4	10	0,2	13,4	
De 25% a 50%	49	0,9	14,8	59	1,1	28,2	
De 50% a 75%	170	3,1	18,7	229	4,1	46,9	
De 75% a 95%	961	17,3	25,4	1 190	21,4	72,4	
De 95% a 99%	1 910	34,3	18,4	3 100	55,7	90,7	
De 99% a 100%	2 464	44,3	9,3	5 564	100,0	100,0	
2008							
Até 25%	11	0,2	13,4	11	0,2	13,4	
De 25% a 50%	49	0,9	14,5	60	1,1	27,9	
De 50% a 75%	169	3,0	18,6	229	4,1	46,5	
De 75% a 95%	963	17,3	25,7	1 192	21,4	72,2	
De 95% a 99%	1 862	33,5	18,1	3 054	54,9	90,3	
De 99% a 100%	2 510	45,1	9,7	5 564	100,0	100,0	
2009							
Até 25%	11	0,2	14,2	11	0,2	14,2	
De 25% a 50%	51	0,9	14,8	62	1,1	29,0	
De 50% a 75%	180	3,2	18,8	242	4,3	47,8	
De 75% a 95%	1 020	18,3	25,4	1 262	22,7	73,2	
De 95% a 99%	1 924	34,6	18,2	3 186	57,3	91,4	
De 99% a 100%	2 379	42,7	8,6	5 565	100,0	100,0	
2010							
Até 25%	12	0,2	14,8	12	0,2	14,8	
De 25% a 50%	54	1,0	13,7	66	1,2	28,5	
De 50% a 75%	185	3,3	19,6	251	4,5	48,1	
De 75% a 95%	1 028	18,5	25,3	1 279	23,0	73,5	
De 95% a 99%	1 932	34,7	18,2	3 211	57,7	91,6	
De 99% a 100%	2 354	42,3	8,4	5 565	100,0	100,0	
2011 (2)							
Até 25%	12	0,2	15,6	12	0,2	15,6	
De 25% a 50%	56	1,0	14,0	68	1,2	29,5	
De 50% a 75%	194	3,5	19,2	262	4,7	48,7	
De 75% a 95%	1 077	19,4	26,0	1 339	24,1	74,7	
De 95% a 99%	1 945	35,0	17,6	3 284	59,0	92,3	
De 99% a 100%	2 281	41,0	7,7	5 565	100,0	100,0	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

¹⁸ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do País ordenada de forma decrescente.

Em 2011, com 68 municípios, chegou-se à metade do valor adicionado bruto da Indústria e a 29,5% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 2 281 municípios, que pertenciam à última faixa, responderam por 1,0% do valor adicionado bruto da Indústria e concentraram 7,7% da população. Estes números representam a grande concentração da Indústria no Território Nacional. O Gráfico 17 apresenta a participação dos maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto industrial no período de 2007 a 2011. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Indústria podem ser observados na Tabela de Resultados 4.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Como mencionado anteriormente, em 2011, a Indústria perdeu participação no valor adicionado bruto no País, entretanto o segmento Indústria extrativa apresentou crescimento tanto em quantidade, quanto em preço. Conseqüentemente, os municípios cujas economias estavam vinculadas às *commodities* minerais tiveram ganho de participação superior aos demais municípios com indústria diversificada.

Em 2011, o Município de São Paulo (São Paulo) manteve-se como o principal polo industrial do País, com participação relativa de 7,9%. O Município de Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro) ocupava a segunda colocação nesse *ranking*, com 2,9%, seguido do município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), com 2,4%. O Município de Campos dos Goytacazes concentrava as atividades de exploração de petróleo e gás natural e ganhou participação no valor adicionado bruto industrial do País em função da alta do preço do barril de petróleo¹⁹.

A participação do valor adicionado bruto industrial de Manaus (Amazonas), onde está localizado o parque industrial do estado, manteve-se em torno de 2,0% em toda a série.

Parauapebas (Pará), onde se situavam grandes empreendimentos na área de mineração, com a extração de minério de ferro e de manganês, em 2011, foi beneficiado pelo aumento de preços no mercado internacional, passando a gerar 1,8% do valor adicionado bruto industrial nacional.

São Bernardo do Campo (São Paulo) gerou 1,3% do valor adicionado bruto da Indústria do País. Destacou-se na indústria automotiva e demais ramos industriais ligados a essa cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosméticos.

Betim (Minas Gerais), localizado na região central, município-polo de desenvolvimento industrial do seu estado, era sede de montadora de automóveis, uma rede de produção de autopeças e tinha uma dinâmica associada ao bom desempenho das áreas de bens de consumo duráveis no seu entorno. O refino de derivados de petróleo também era uma atividade importante na Indústria de transformação do município. Além dessas atividades, possuía grandes indústrias nos segmentos de química, metal-mecânica e siderurgia. Destacavam-se a fabricação e montagem de estruturas de aço e a fundição de ferro e cabeçotes de alumínio, entre outras atividades. Em 2011, agregava 1,2% do valor adicionado bruto industrial do Brasil.

O Município de Guarulhos (São Paulo) possuía indústria diversificada, com destaque para os segmentos metal-mecânico, farmacêutico, de máquinas e equipamentos e material elétrico. São José dos Campos (São Paulo), município basicamente industrial, foi fortemente influenciado pela indústria aeroespacial, que tem como característica apresentar movimentos cíclicos. Isso pode ser observado em toda a série. As demais indústrias do município contribuíram para suavizar esses movimentos. Cada um desses dois municípios paulistas agregavam 1,1% ao valor adicionado bruto industrial do País, em 2011.

Segundo a análise das Contas Regionais do Brasil 2011, o valor adicionado bruto industrial do Distrito Federal²⁰ foi responsável por 6,4% do valor adicionado bruto total. O segmento industrial de maior peso era a construção civil, que pesava 61% do valor adicionado bruto da Indústria, em 2011. No entanto, nesse ano, o setor que apresentou maior incremento foi o da indústria de transformação.

O Município de Curitiba (Paraná) está localizado em uma posição geográfica estratégica, próximo aos países do Mercosul, do Estado de São Paulo, além da proximidade com os portos de Paranaguá e Antonina (localizados no Paraná), e de Navegantes e São Francisco (Santa Catarina). Tem ligação rodoviária e ferroviária com portos e aeroportos. A Indústria de transformação foi a principal responsável pelo valor adicionado bruto da Indústria no município, principalmente nos segmentos automotivo e de máquinas e equipamentos para agricultura. Em 2011, participava com 0,9% do valor adicionado bruto industrial.

¹⁹ Segundo a U.S. Energy Information Administration - EIA, o preço médio do barril de petróleo, em 2010, foi de US \$79.6 e, em 2011, US \$111.0, representando um aumento de 34,4%.

²⁰ Ressalte-se que os resultados do Distrito Federal são produzidos pelas Contas Regionais do Brasil.

A Construção civil foi o subsetor mais representativo na atividade industrial de Belo Horizonte (Minas Gerais), seguida da Indústria de transformação. Entre os gêneros deste último setor, destacavam-se os setores: metalúrgico, fabricação de bebidas, fabricação de equipamentos de informática, de máquinas e equipamentos e de autopeças. No gênero alimentício, destacavam-se a fabricação de laticínios e o abate de bovinos. Esse município gerava 0,8% do valor adicionado bruto da Indústria do País.

Na Tabela 13, é apresentado o valor adicionado bruto industrial dos 32 municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto industrial nacional, em 2011. As variações positivas verificadas nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, como Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras, Cabo Frio, São João da Barra e Macaé estavam relacionadas com a alta do preço do petróleo e no Município de Parauapebas (Pará) foi decorrente do aumento do preço do minério de ferro.

Tabela 13 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto da Indústria, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2007-2011

Municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Indústria					Diferença absoluta 2010/2011 (%)
	Participação relativa (%)					
	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	
Campos dos Goytacazes/RJ	2,6	3,4	1,9	2,0	2,9	0,9
Rio das Ostras/RJ	0,6	0,8	0,5	0,5	0,7	0,3
Parauapebas/PA	0,3	0,7	0,6	1,5	1,8	0,2
Cabo Frio/RJ	0,6	0,7	0,3	0,4	0,6	0,2
São João da Barra/RJ	0,1	0,3	0,2	0,3	0,5	0,2
Macaé/RJ	0,5	1,0	0,4	0,5	0,5	0,1
Recife/PE	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,1
Barueri/SP	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,0
Guarulhos/SP	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	0,0
Joinville/SC	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,0
Araucária/PR	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,0
Sorocaba/SP	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,0
Curitiba/PR	1,0	0,9	1,0	0,9	0,9	0,0
Fortaleza/CE	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	(-) 0,0
São José dos Pinhais/PR	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	(-) 0,0
Belo Horizonte/MG	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	(-) 0,0
Caxias do Sul/RS	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,0
Brasília/DF	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	(-) 0,0
Porto Alegre/RS	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,0
Rio de Janeiro/RJ	2,2	2,3	3,0	2,5	2,4	(-) 0,0
Contagem/MG	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	(-) 0,0
Campinas/SP	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	(-) 0,1
Jundiaí/SP	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	(-) 0,1
Salvador/BA	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	(-) 0,1
São José dos Campos/SP	1,2	1,3	1,3	1,2	1,1	(-) 0,1
Vitória/ES	0,6	0,7	0,4	0,6	0,5	(-) 0,1
Duque de Caxias/RJ	1,9	0,5	0,9	0,9	0,8	(-) 0,1
São Bernardo do Campo/SP	1,4	1,5	1,4	1,4	1,3	(-) 0,2
Betim/MG	1,5	1,5	1,6	1,4	1,2	(-) 0,2
Manaus/AM	2,1	1,9	2,1	2,2	2,0	(-) 0,2
Camaçari/BA	0,9	1,0	1,2	0,9	0,7	(-) 0,2
São Paulo/SP	9,4	8,7	8,9	8,2	7,9	(-) 0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SJFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O expressivo aumento do preço do petróleo garantiu o ganho de participação dos municípios produtores dessa *commodity*, levando a significativa expansão do valor adicionado bruto da Indústria extrativa. Ressalta-se, porém que o ganho na Indústria extrativa foi maior no segmento extração do petróleo do que no da extração de minério. Esse fato pode ser observado no Município de Vitória (Espírito Santo). Nesse município ocorreu variação positiva no segmento produção de pelotas de minério de ferro. Em 2011, a produção atingiu marca histórica superando o recorde anterior alcançado em 2010, entretanto os municípios ao sul do Estado do Espírito Santo, Itapemirim e Marataízes, tiveram ganhos de participação expressivos, ou seja, comparativamente cresceram mais do que Vitória.

O setor do refino foi o principal responsável pela queda de participação do Município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro). Como descrito anteriormente a redução de participação no valor adicionado bruto industrial do Município de Betim (Minas Gerais) estava relacionado aos elevados estoques no segmento produção de peças para veículos e ao elevado preço do petróleo, que impactou diretamente nos custos da atividade refino. O Município de Manaus (Amazonas) perdeu participação em função do segmento Indústria de transformação.

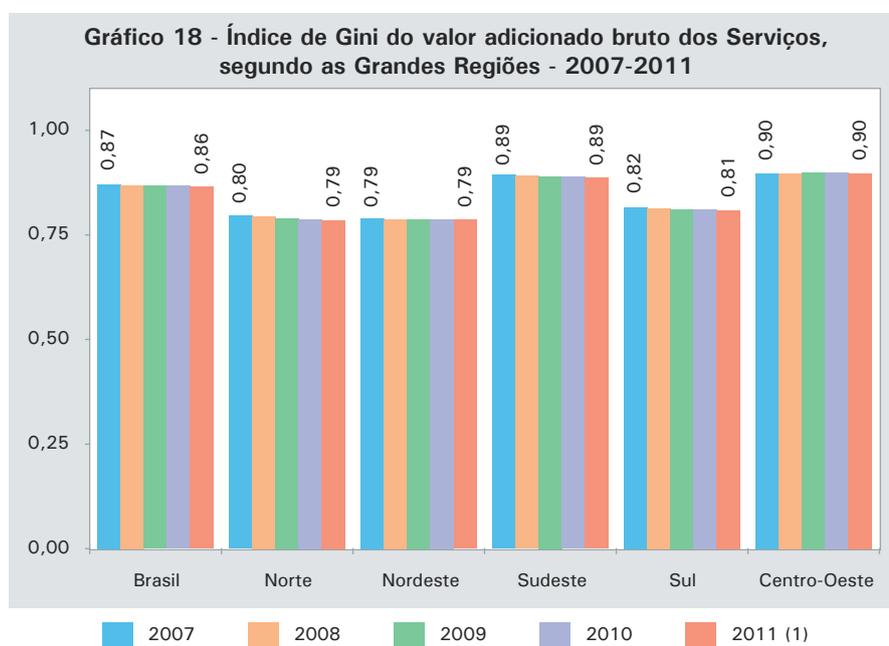
No Município de Camaçari (Bahia), localizado na Região Metropolitana de Salvador, estava instalado um polo petroquímico, composto por empresas produtoras de insumos químicos e petroquímicos e, também, de empresas de outros segmentos, como: fabricação de automóveis, formulação de combustíveis, peças e acessórios para veículos, celulose, fabricação de bebidas, agrotóxicos, plásticos e outros bens de consumo. A redução na participação registrada em 2011 foi motivada pela queda tanto na produção física quanto no valor da Indústria de transformação, nos três primeiros segmentos citados acima.

Os decréscimos da participação relativa do valor adicionado bruto da Indústria verificados nos Municípios de Campinas (São Paulo), Jundiaí (São Paulo), São José dos Campos (São Paulo), São Bernardo do Campo (São Paulo) e São Paulo (São Paulo) ocorreram nos segmentos Indústria de transformação e Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Valor adicionado bruto dos Serviços

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto dos Serviços (Gráfico 3) ficou bem próxima à do PIB. O índice de Gini, no Brasil, em 2011, para essa atividade, foi de 0,86. Em toda a série, o único índice, por Unidade da Federação, maior do que o do País pertencia ao Estado de São Paulo (0,88). O menor índice foi do Estado do Acre, 0,68. Salienta-se a concentração dessa atividade no Município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). O índice de Gini do Estado do Rio de Janeiro foi de 0,83 e, excluindo-se o município da capital, passou a ser 0,69. No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidades da Federação.

O Gráfico 18 apresenta o índice de Gini para o valor adicionado bruto dos Serviços, para o período de 2007 a 2011. A atividade responsável pela maior dispersão é a Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e será detalhada a seguir.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 6 mostra que os municípios do Estado do Rio de Janeiro possuem valor adicionado bruto dos Serviços elevado, com 47,8% dos municípios nas três maiores faixas da distribuição. No Estado do Piauí, mais de 55,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

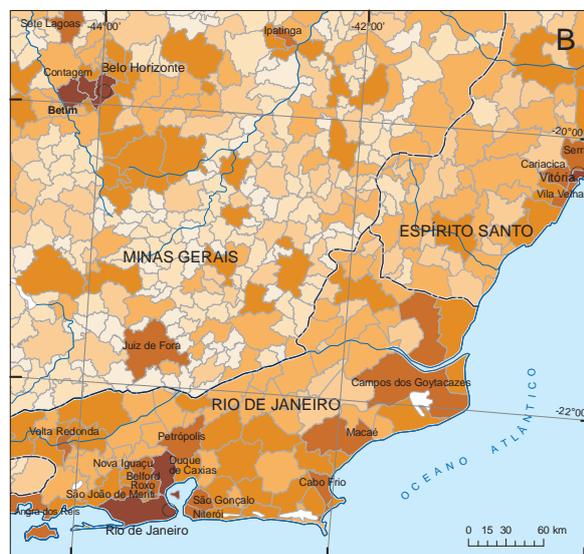
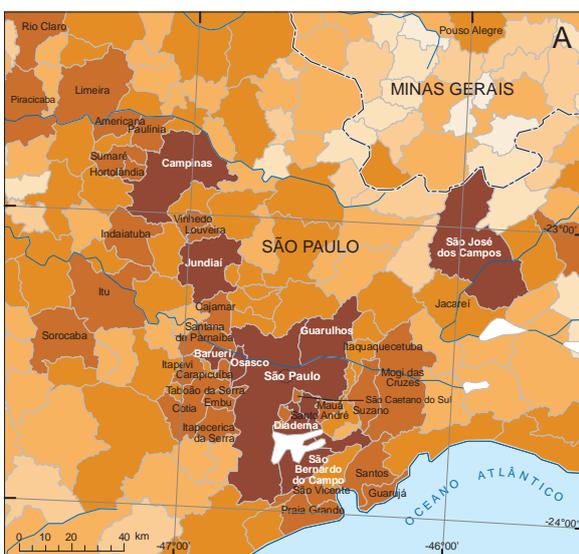
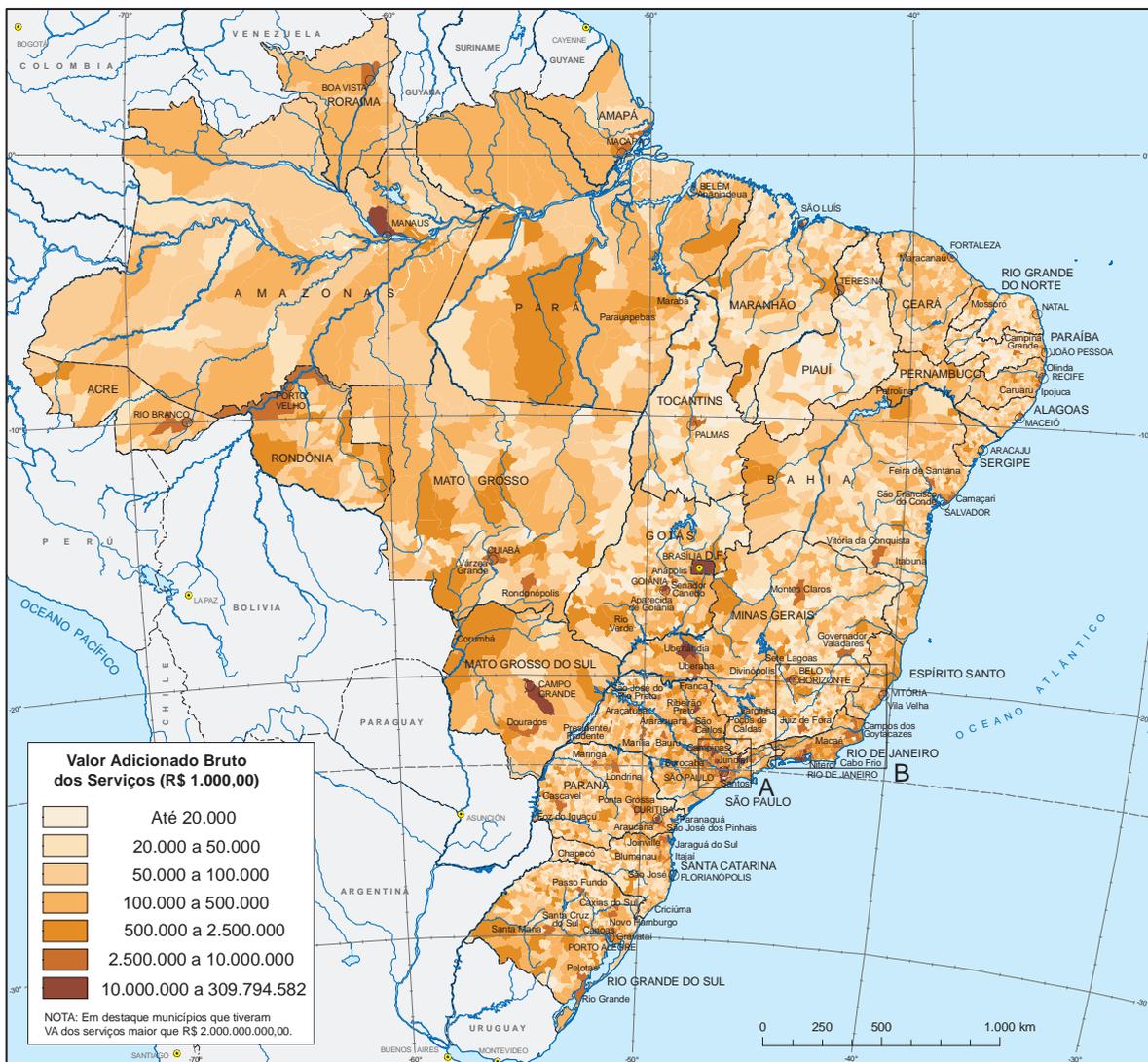
A Tabela 14 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa²¹ no valor adicionado bruto dos Serviços do País, de 2007 a 2011. Os três municípios que agregavam até 25,0% do valor adicionado bruto dos Serviços foram São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Brasília (Distrito Federal). Esta faixa concentrava 10,5% da população brasileira em 2011.

Em 2011, com 41 municípios, chegava-se à metade do valor adicionado bruto dos Serviços e a 28,7% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 1 300 municípios que pertenciam à última faixa respondiam por 1,0% do valor adicionado bruto dos Serviços e concentravam 2,8% da população. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços podem ser observados na Tabela de Resultados 5.

A geração do valor adicionado bruto dos Serviços nas capitais era bastante alta, chegando a totalizar 39,5%, em 2011. Dos 41 municípios que agregavam metade do valor adicionado bruto dos Serviços, 19 correspondiam a capitais.

²¹ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do País ordenada de forma decrescente.

Cartograma 6 - Valor adicionado bruto dos Serviços - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tabela 14 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil - 2007-2011

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população (1)		Dos municípios	Da população (1)
2007						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	33	0,6	18,6	35	0,6	27,9
De 50% a 75%	210	3,8	24,0	245	4,4	51,9
De 75% a 95%	1 900	34,1	33,6	2 145	38,6	85,5
De 95% a 99%	2 077	37,3	11,4	4 222	75,9	97,0
De 99% a 100%	1 342	24,1	3,0	5 564	100,0	100,0
2008						
Até 25%	2	0,0	9,0	2	0,0	9,0
De 25% a 50%	35	0,6	19,2	37	0,7	28,2
De 50% a 75%	218	3,9	23,8	255	4,6	52,0
De 75% a 95%	1 932	34,7	33,8	2 187	39,3	85,9
De 95% a 99%	2 064	37,1	11,2	4 251	76,4	97,1
De 99% a 100%	1 313	23,6	2,9	5 564	100,0	100,0
2009						
Até 25%	2	0,0	9,0	2	0,0	9,0
De 25% a 50%	36	0,6	19,5	38	0,7	28,5
De 50% a 75%	223	4,0	24,1	261	4,7	52,6
De 75% a 95%	1 938	34,8	33,6	2 199	39,5	86,1
De 95% a 99%	2 051	36,9	11,0	4 250	76,4	97,1
De 99% a 100%	1 315	23,6	2,9	5 565	100,0	100,0
2010						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	37	0,7	19,2	39	0,7	28,4
De 50% a 75%	225	4,0	24,0	264	4,7	52,4
De 75% a 95%	1 941	34,9	33,9	2 205	39,6	86,3
De 95% a 99%	2 044	36,7	10,9	4 249	76,4	97,2
De 99% a 100%	1 316	23,6	2,8	5 565	100,0	100,0
2011 (2)						
Até 25%	3	0,1	10,5	3	0,1	10,5
De 25% a 50%	38	0,7	18,2	41	0,7	28,7
De 50% a 75%	231	4,2	24,1	272	4,9	52,9
De 75% a 95%	1 964	35,3	33,7	2 236	40,2	86,5
De 95% a 99%	2 029	36,5	10,7	4 265	76,6	97,2
De 99% a 100%	1 300	23,4	2,8	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) Dados sujeitos a revisão.

Tabela 15 - Valor adicionado bruto dos Serviços, total, participação relativa e posição dos municípios, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2011

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Valor adicionado bruto dos Serviços		
	Total (1 000 R\$)	Participação relativa (%)	Posição dos municípios
São Paulo/SP	309 794 582	13,1	1º
Rio de Janeiro/RJ	140 138 244	5,9	2º
Brasília/DF	134 789 685	5,7	3º
Belo Horizonte/MG	38 268 538	1,6	4º
Curitiba/PR	37 253 345	1,6	5º
Porto Alegre/RS	32 206 461	1,4	6º
Fortaleza/CE	29 151 789	1,2	7º
Salvador/BA	27 022 145	1,1	9º
Recife/PE	21 951 726	0,9	12º
Manaus/AM	20 880 192	0,9	13º
Goiânia/GO	19 169 996	0,8	15º
Belém/PA	13 956 320	0,6	18º
Vitória/ES	12 706 200	0,5	20º
São Luís/MA	12 608 362	0,5	21º
Campo Grande/MS	10 216 984	0,4	27º
Maceió/AL	8 991 254	0,4	35º
Natal/RN	8 959 710	0,4	36º
Cuiabá/MT	8 549 540	0,4	38º
Florianópolis/SC	8 329 253	0,4	39º
Teresina/PI	7 584 213	0,3	43º
João Pessoa/PB	6 588 636	0,3	47º
Aracaju/SE	6 461 207	0,3	50º
Porto Velho/RO	5 541 241	0,2	58º
Macapá/AP	4 855 521	0,2	65º
Boa Vista/RR	4 015 629	0,2	76º
Rio Branco/AC	3 125 668	0,1	103º
Palmas/TO	2 558 068	0,1	130º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Realizando um corte nos municípios que representavam pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços do País, em 2011, obteve-se 21 municípios. A Tabela 16 mostra a participação destes municípios de 2007 a 2011 e a diferença absoluta entre os anos de 2011 e 2010.

Tabela 16 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto dos Serviços, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2007-2011

Municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação no valor adicionado bruto dos Serviços (%)					Diferença absoluta 2010/2011 (%)
	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	
Rio de Janeiro/RJ	6,2	6,1	6,0	5,8	5,9	0,1
Guarulhos/SP	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,1
Fortaleza/CE	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	0,1
Goiânia/GO	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0
Barueri/SP	1,1	1,0	0,9	0,8	0,8	0,0
Manaus/AM	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,0
Campinas/SP	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9	0,0
São Luís/MA	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Belém/PA	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Vitória/ES	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,0
Ribeirão Preto/SP	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Salvador/BA	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	0,0
Duque de Caxias/RJ	0,9	0,7	0,8	0,7	0,7	0,0
Recife/PE	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	0,0
São Bernardo do Campo/SP	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	0,0
Osasco/SP	1,2	1,3	1,2	1,2	1,2	0,0
Curitiba/PR	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	0,0
Belo Horizonte/MG	1,7	1,7	1,6	1,7	1,6	0,0
Porto Alegre/RS	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	(-) 0,1
Brasília/DF	5,5	5,7	5,7	5,8	5,7	(-) 0,1
São Paulo/SP	13,9	13,4	13,5	13,5	13,1	(-) 0,4

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Em relação a 2010, os suaves ganhos de participação no valor adicionado bruto dos Serviços ocorreram no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), Guarulhos (São Paulo) e Fortaleza (Ceará). A capital do Estado de São Paulo foi a que mais perdeu participação, seguida dos Municípios de Brasília (Distrito Federal) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

O segmento do Comércio e serviços de manutenção e reparação foi responsável pelo pequeno ganho de participação dos Municípios do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Guarulhos (São Paulo). Fortaleza (Ceará) ganhou peso nos segmentos Transporte, armazenagem e correio e Serviços prestados às empresas.

O Município de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) perde participação em função do Comércio e serviços de manutenção e reparação. Esse segmento em conjunto com os Serviços de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados são os principais responsáveis pela perda de participação de Brasília (Distrito Federal).

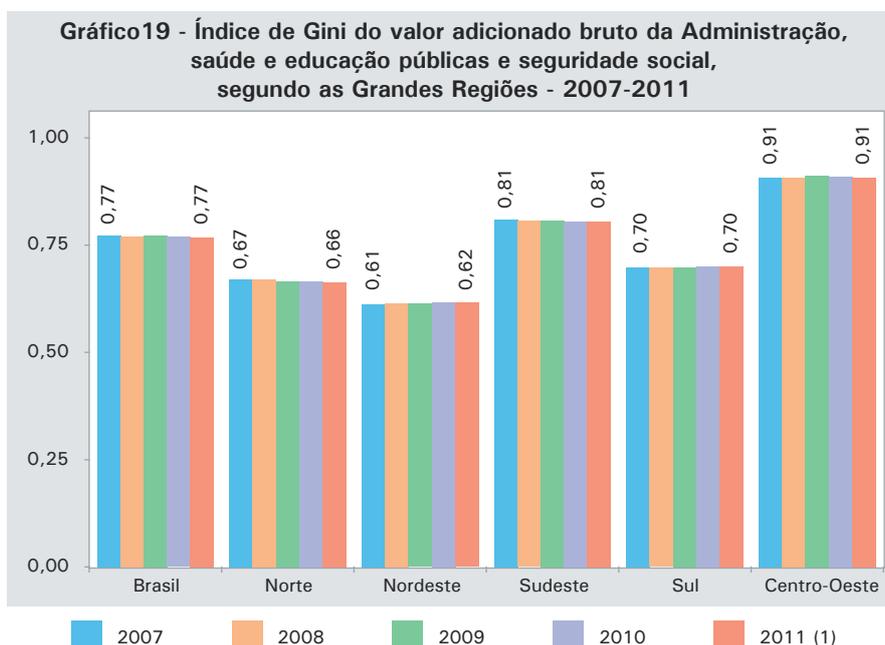
A perda de participação relativa do Município de São Paulo (São Paulo) estava relacionada com o desempenho dos Serviços de intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados e Atividades imobiliárias e aluguéis.

Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Como mencionado anteriormente, a importância da atividade Administração, saúde e educação públicas e seguridade social na economia municipal pode ser aferida pela elevada participação no valor adicionado bruto de grande parte dos municípios. Por esse motivo, apesar do valor adicionado bruto dessa atividade estar inserido no valor adicionado bruto dos Serviços, divulga-se esse segmento em destaque.

O valor adicionado bruto era mais concentrado do que o da Agropecuária, entretanto, quando comparado ao da Indústria e ao do total dos Serviços, era menos concentrado. O índice de Gini, no Brasil, para o valor adicionado bruto desde 2007, foi de 0,77. Os maiores índices, 0,79 e 0,77, pertenceram aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, enquanto os menores, aos Estados do Maranhão e Bahia, 0,53 e 0,55, respectivamente. No Anexo 2 estão calculados os índices de Gini por Unidades da Federação.

O Gráfico 19 apresenta o índice de Gini para o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, para o período de 2007 a 2011.

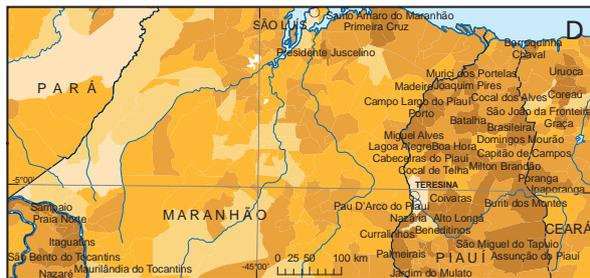
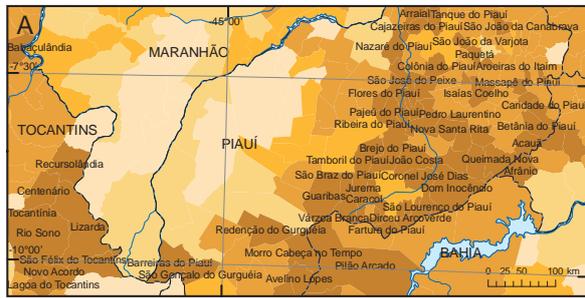
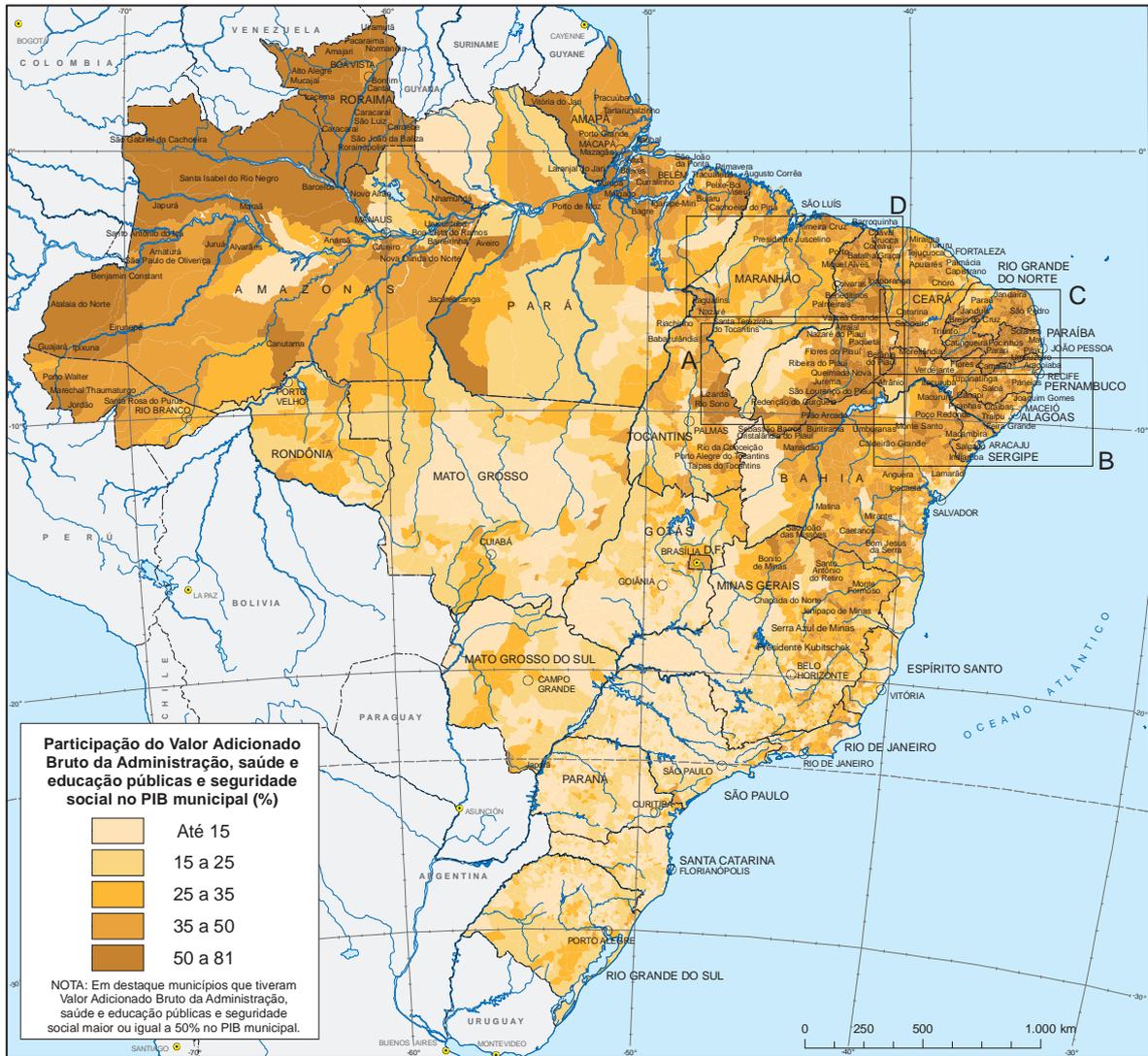


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 7 mostra a distribuição da participação desse segmento nos municípios em relação ao PIB. Ressalta-se a importância da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social nas Regiões Norte e Nordeste do País. Dos 5 565 municípios brasileiros, 1 976 (35,5%) tinham mais do que $\frac{1}{3}$ da sua economia dependente dessa atividade.

Cartograma 7 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto - 2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Em 2007, o peso do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no PIB do Brasil foi de 13,3%; em 2008, 13,4%; em 2009, 14,1%; em 2010, 13,9%; e, em 2011, 13,9%. A Tabela 17 apresenta, por Unidades da Federação, o percentual do número de municípios em que a participação desse segmento era superior a $\frac{1}{3}$ do PIB, em relação ao número de municípios na respectiva Unidade da Federação. Observa-se que os municípios com grande dependência da máquina administrativa na sua economia estavam localizados nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Tabela 17 - Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação, segundo as respectivas Unidades da Federação - 2011

Unidades da Federação	Número total de municípios da Unidade da Federação	Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação (%)
Rondônia	52	23,1
Acre	22	68,2
Amazonas	62	79,0
Roraima	15	100,0
Pará	143	61,5
Amapá	16	93,8
Tocantins	139	65,5
Maranhão	217	49,3
Piauí	224	88,8
Ceará	184	74,5
Rio Grande do Norte	167	83,8
Paraíba	223	93,3
Pernambuco	185	80,0
Alagoas	102	77,5
Sergipe	75	73,3
Bahia	417	63,3
Minas Gerais	853	28,7
Espírito Santo	78	20,5
Rio de Janeiro	92	41,3
São Paulo	645	0,8
Paraná	399	0,0
Santa Catarina	293	0,0
Rio Grande do Sul	496	3,8
Mato Grosso do Sul	78	5,1
Mato Grosso	141	5,0
Goiás	246	7,7
Distrito Federal	1	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Dois municípios apresentaram participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social em relação ao PIB superior a 70,0%, em 2011: Uiramutã (Roraima), 80,4%, e Areia de Baraúnas (Paraíba), 70,9%.

A Administração, saúde e educação públicas e seguridade social registrou peso superior a 50% em todos os municípios de Roraima, com exceção apenas da capital,

Boa Vista, com 39,8%. Seu peso ficou evidente, também, nos municípios do Estado do Amapá que, em 2011, foi superior a 40,1% em quase todos, com exceção de Pedra Branca do Amapari. Neste município, onde a atividade industrial, em 2011, representou 36,7% em relação ao PIB, a participação da administração pública foi de 26,8%. A Tabela de Resultados 6 apresenta a posição ocupada, em 2011, pelos 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto deste segmento.

Considerando-se as capitais, observa-se que o peso da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social foi inferior ao peso nacional em 16 delas, como pode ser notado na Tabela 18. Destacam-se as capitais com os menores pesos deste segmento em suas economias: Vitória (Espírito Santo), 4,4%; São Paulo (São Paulo), 5,9%; e Curitiba (Paraná), 7,4%.

Tabela 18 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social dos Municípios das Capitais em relação ao Produto Interno Bruto, e participação da população em relação ao Brasil e à Unidade da Federação, em ordem decrescente - 2007-2011

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto do município (%)					Participação da população em 2011 (%) (2)	
	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	No Brasil	Na Unidade da Federação
Brasília/DF	48,3	47,3	49,0	48,4	48,0	1,4	100,0
Macapá/AP	38,9	40,4	40,1	42,5	43,0	0,2	59,5
Boa Vista/RR	39,7	38,8	38,9	40,2	39,8	0,2	63,2
Rio Branco/AC	26,7	26,0	26,0	26,8	28,3	0,2	45,9
Palmas/TO	19,3	18,8	18,5	18,6	23,4	0,1	16,8
João Pessoa/PB	16,8	17,8	17,6	19,0	20,2	0,4	19,3
Porto Velho/RO	22,0	22,1	19,6	21,2	19,8	0,2	27,6
Aracaju/SE	16,5	17,0	18,0	18,0	19,2	0,3	27,7
Natal/RN	17,8	18,0	17,5	18,0	18,6	0,4	25,3
Campo Grande/MS	16,9	16,8	16,3	16,3	16,3	0,4	32,1
Teresina/PI	15,4	14,7	14,4	14,4	14,9	0,4	26,2
Maceió/AL	13,4	14,7	14,5	14,5	13,9	0,5	30,0
Rio de Janeiro/RJ	13,1	13,2	13,2	13,7	13,7	3,3	39,4
Cuiabá/MT	12,7	13,1	12,8	13,7	13,3	0,3	18,1
Belém/PA	11,9	12,0	12,2	12,3	12,4	0,7	18,2
Porto Alegre/RS	9,8	10,0	10,1	11,5	11,9	0,7	13,2
Fortaleza/CE	11,9	12,3	12,4	12,0	11,8	1,3	29,0
Recife/PE	11,9	12,5	12,7	12,2	11,8	0,8	17,4
Goiânia/GO	10,6	11,0	10,4	11,3	11,3	0,7	21,7
Florianópolis/SC	10,5	10,7	11,7	10,7	10,9	0,2	6,8
Belo Horizonte/MG	9,9	10,7	10,5	10,4	10,8	1,2	12,1
Salvador/BA	10,0	10,1	10,0	9,7	9,9	1,4	19,1
Manaus/AM	8,8	9,1	9,5	9,3	9,6	1,0	51,8
São Luís/MA	8,3	8,0	9,2	10,0	8,6	0,5	15,5
Curitiba/PR	7,3	7,1	7,5	7,1	7,4	0,9	16,8
São Paulo/SP	5,8	6,0	6,2	5,8	5,9	5,9	27,2
Vitória/ES	4,5	4,1	5,2	4,8	4,4	0,2	9,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1º de julho, série revisada.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	477 005 597	11,51	11,51
Rio de Janeiro/RJ	2º	209 366 429	5,05	16,57
Brasília/DF	3º	164 482 129	3,97	20,54
Curitiba/PR	4º	58 082 416	1,40	21,94
Belo Horizonte/MG	5º	54 996 326	1,33	23,27
Manaus/AM	6º	51 025 146	1,23	24,50
Porto Alegre/RS	7º	45 506 017	1,10	25,60
Guarulhos/SP	8º	43 476 753	1,05	26,65
Fortaleza/CE	9º	42 010 111	1,01	27,66
Campinas/SP	10º	40 525 214	0,98	28,64
Osasco/SP	11º	39 283 027	0,95	29,59
Salvador/BA	12º	38 819 520	0,94	30,52
Campos dos Goytacazes/RJ	13º	37 205 791	0,90	31,42
São Bernardo do Campo/SP	14º	36 337 338	0,88	32,30
Recife/PE	15º	33 149 385	0,80	33,10
Barueri/SP	16º	31 935 455	0,77	33,87
Santos/SP	17º	31 544 843	0,76	34,63
Vitória/ES	18º	28 357 258	0,68	35,32
Betim/MG	19º	28 085 221	0,68	35,99
Goiânia/GO	20º	27 668 222	0,67	36,66
Duque de Caxias/RJ	21º	26 628 610	0,64	37,30
São José dos Campos/SP	22º	25 212 467	0,61	37,91
Jundiaí/SP	23º	21 806 787	0,53	38,44
São Luís/MA	24º	20 798 001	0,50	38,94
Parauapebas/PA	25º	19 897 435	0,48	39,42
Belém/PA	26º	19 666 725	0,47	39,90
Contagem/MG	27º	18 912 326	0,46	40,35
Joinville/SC	28º	18 797 540	0,45	40,81
Uberlândia/MG	29º	18 673 177	0,45	41,26
Itajaí/SC	30º	18 598 456	0,45	41,71
Ribeirão Preto/SP	31º	18 498 185	0,45	42,15
Sorocaba/SP	32º	17 911 985	0,43	42,58
Santo André/SP	33º	17 664 718	0,43	43,01
Caxias do Sul/RS	34º	16 636 859	0,40	43,41
Campo Grande/MS	35º	15 722 330	0,38	43,79
Canoas/RS	36º	15 515 129	0,37	44,17
São José dos Pinhais/PR	37º	14 726 558	0,36	44,52
Niterói/RJ	38º	14 563 396	0,35	44,87
Maceió/AL	39º	13 743 391	0,33	45,20
Serra/ES	40º	13 727 354	0,33	45,54
Araucária/PR	41º	13 209 780	0,32	45,85
Macaé/RJ	42º	12 558 285	0,30	46,16
Cuiabá/MT	43º	12 406 461	0,30	46,46
Camaçari/BA	44º	12 313 916	0,30	46,75
Natal/RN	45º	12 266 519	0,30	47,05
Anápolis/GO	46º	12 119 553	0,29	47,34
Diadema/SP	47º	11 786 624	0,28	47,63
São Caetano do Sul/SP	48º	11 762 744	0,28	47,91
São Gonçalo/RJ	49º	11 580 995	0,28	48,19
Piracicaba/SP	50º	11 564 543	0,28	48,47

Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Florianópolis/SC	51º	11 429 916	0,28	48,75
Teresina/PI	52º	11 403 516	0,28	49,02
Louveira/SP	53º	10 970 825	0,26	49,29
Angra dos Reis/RJ	54º	10 845 430	0,26	49,55
Londrina/PR	55º	10 773 163	0,26	49,81
Nova Iguaçu/RJ	56º	10 245 868	0,25	50,06
Blumenau/SC	57º	10 197 251	0,25	50,30
João Pessoa/PB	58º	10 107 596	0,24	50,55
Taubaté/SP	59º	9 756 817	0,24	50,78
São José do Rio Preto/SP	60º	9 731 331	0,23	51,02
Maringá/PR	61º	9 714 143	0,23	51,25
Mogi das Cruzes/SP	62º	9 646 383	0,23	51,48
Ipojuca/PE	63º	9 560 448	0,23	51,71
Porto Velho/RO	64º	9 492 315	0,23	51,94
Cabo Frio/RJ	65º	9 365 114	0,23	52,17
Juiz de Fora/MG	66º	9 351 250	0,23	52,39
Rio das Ostras/RJ	67º	9 223 728	0,22	52,62
Aracaju/SE	68º	9 222 818	0,22	52,84
Petrópolis/RJ	69º	9 212 328	0,22	53,06
Volta Redonda/RJ	70º	9 098 309	0,22	53,28
Paranaguá/PR	71º	8 952 781	0,22	53,50
Jaboatão dos Guararapes/PE	72º	8 474 650	0,20	53,70
Feira de Santana/BA	73º	8 270 807	0,20	53,90
Rio Grande/RS	74º	8 194 552	0,20	54,10
Paulínia/SP	75º	8 188 942	0,20	54,30
Bauru/SP	76º	7 972 310	0,19	54,49
Uberaba/MG	77º	7 964 277	0,19	54,68
Sumaré/SP	78º	7 853 918	0,19	54,87
Mauá/SP	79º	7 633 782	0,18	55,06
Foz do Iguaçu/PR	80º	7 633 467	0,18	55,24
Limeira/SP	81º	7 462 998	0,18	55,42
Vinhedo/SP	82º	7 308 945	0,18	55,60
Gravataí/RS	83º	7 304 668	0,18	55,77
Vila Velha/ES	84º	7 240 296	0,17	55,95
Ipatinga/MG	85º	7 141 864	0,17	56,12
Cotia/SP	86º	7 024 820	0,17	56,29
Americana/SP	87º	6 857 069	0,17	56,46
Hortolândia/SP	88º	6 701 935	0,16	56,62
Nova Lima/MG	89º	6 497 444	0,16	56,77
Itapevi/SP	90º	6 410 254	0,15	56,93
Ponta Grossa/PR	91º	6 409 652	0,15	57,08
Aparecida de Goiânia/GO	92º	6 296 699	0,15	57,24
Jaraguá do Sul/SC	93º	6 132 169	0,15	57,38
Cariacica/ES	94º	6 120 139	0,15	57,53
Cascavel/PR	95º	6 080 636	0,15	57,68
Sete Lagoas/MG	96º	5 996 592	0,14	57,82
Indaiatuba/SP	97º	5 982 815	0,14	57,97
São João da Barra/RJ	98º	5 961 440	0,14	58,11
Triunfo/RS	99º	5 932 342	0,14	58,25
Cajamar/SP	100º	5 855 961	0,14	58,40

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1) (R\$)	População (2)
Presidente Kennedy/ES	1º	387 136,99	10 373
Louveira/SP	2º	287 646,17	38 140
São Gonçalo do Rio Abaixo/MG	3º	283 298,20	9 878
Confins/MG	4º	256 466,16	6 008
Triunfo/RS	5º	227 536,90	26 072
Porto Real/RJ	6º	217 465,66	16 938
Quissamã/RJ	7º	193 740,96	20 747
São João da Barra/RJ	8º	179 908,25	33 136
Anchieta/ES	9º	178 056,02	24 265
Araporã/MG	10º	167 349,26	6 209
Jambeiro/SP	11º	163 307,86	5 454
Itatiaiuçu/MG	12º	143 603,91	10 037
Barueri/SP	13º	131 290,88	243 242
Parauapebas/PA	14º	124 181,23	160 229
Campos de Júlio/MT	15º	122 457,74	5 327
Ipojuca/PE	16º	116 198,31	82 277
Vinhedo/SP	17º	112 670,65	64 870
Guamaré/RN	18º	110 932,38	12 731
Araucária/PR	19º	109 142,87	121 032
Canaã dos Carajás/PA	20º	107 132,49	27 929
São Francisco do Conde/BA	21º	106 050,84	33 713
São Francisco do Sul/SC	22º	100 410,59	43 305
Itajaí/SC	23º	99 923,47	186 127
Alto Horizonte/GO	24º	99 779,13	4 654
Mariana/MG	25º	99 342,59	54 796
Santa Rita do Trivelato/MT	26º	98 752,00	2 585
Paulínia/SP	27º	96 896,80	84 512
Saudade do Iguaçu/PR	28º	94 897,77	5 061
Itapemirim/ES	29º	94 760,55	31 209
Alto Taquari/MT	30º	90 062,52	8 349
Cajamar/SP	31º	89 899,46	65 139
Pinhal da Serra/RS	32º	87 256,68	2 110
Alumínio/SP	33º	87 162,78	16 961
Estrela d'Oeste/SP	34º	86 699,06	8 205
Chapadão do Céu/GO	35º	85 856,82	7 249
Vitória/ES	36º	85 794,33	330 526
Extrema/MG	37º	85 344,54	29 319
Gavião Peixoto/SP	38º	83 859,53	4 442
São Simão/GO	39º	83 848,62	17 360
Araçari/SP	40º	83 201,91	17 535
Rio das Ostras/RJ	41º	83 102,64	110 992
Sandovalina/SP	42º	82 434,99	3 746
Sapezal/MT	43º	82 238,98	18 880
Campos dos Goytacazes/RJ	44º	79 484,78	468 087
Cordeirópolis/SP	45º	79 254,71	21 348
Nova Lima/MG	46º	78 974,20	82 273
São Caetano do Sul/SP	47º	78 438,17	149 962
Fortaleza de Minas/MG	48º	78 422,20	4 125
Ouroeste/SP	49º	77 214,76	8 568
Água Comprida/MG	50º	76 725,65	2 020

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(conclusão)				
Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1) (R\$)	População (2)	
Catas Altas/MG	51 ^º	75 428,30	4 893	
Santos/SP	52 ^º	75 194,67	419 509	
Casimiro de Abreu/RJ	53 ^º	74 182,22	36 360	
Jaguariúna/SP	54 ^º	74 039,20	45 441	
Itiquira/MT	55 ^º	73 983,67	11 653	
Betim/MG	56 ^º	73 220,40	383 571	
Ouro Preto/MG	57 ^º	72 407,01	70 589	
Queiroz/SP	58 ^º	71 145,34	2 857	
Ipiranga do Norte/MT	59 ^º	70 335,44	5 382	
Tapira/MG	60 ^º	70 295,16	4 173	
Muitos Capões/RS	61 ^º	68 111,02	2 998	
Ariranha/SP	62 ^º	67 856,30	8 630	
Fronteira/MG	63 ^º	67 035,87	14 427	
Treze Tílias/SC	64 ^º	64 892,02	6 457	
Nova Independência/SP	65 ^º	64 646,63	3 146	
Ouro Branco/MG	66 ^º	63 976,42	35 643	
Matão/SP	67 ^º	63 786,64	77 173	
Armação dos Búzios/RJ	68 ^º	63 460,71	28 279	
Paranaguá/PR	69 ^º	63 280,82	141 477	
Cerquinho/SP	70 ^º	63 259,46	40 393	
Santo Antônio do Leste/MT	71 ^º	63 068,72	3 898	
Brasília/DF	72 ^º	63 020,02	2 609 998	
Angra dos Reis/RJ	73 ^º	62 556,55	173 370	
Aratiba/RS	74 ^º	62 278,90	6 523	
Itatiaia/RJ	75 ^º	62 199,83	29 094	
Florínia/SP	76 ^º	61 278,62	2 807	
São José da Barra/MG	77 ^º	60 934,32	6 834	
Indianópolis/MG	78 ^º	60 857,87	6 252	
São João Batista do Glória/MG	79 ^º	60 448,47	6 935	
Alto Araguaia/MT	80 ^º	60 437,68	15 969	
Brumadinho/MG	81 ^º	59 399,15	34 538	
Macaé/RJ	82 ^º	59 116,45	212 433	
Osasco/SP	83 ^º	58 822,25	667 826	
Buritizal/SP	84 ^º	58 781,18	4 083	
Jundiá/SP	85 ^º	58 351,70	373 713	
Pimenteiras do Oeste/RO	86 ^º	58 318,30	2 299	
Carapebus/RJ	87 ^º	58 150,28	13 697	
Porteirão/GO	88 ^º	57 649,51	3 388	
Perolândia/GO	89 ^º	57 260,21	2 963	
Nova Ubiratã/MT	90 ^º	57 168,50	9 492	
Turvelândia/GO	91 ^º	56 685,80	4 467	
Cairu/BA	92 ^º	56 685,35	15 679	
Cabreúva/SP	93 ^º	56 374,84	42 257	
Candeias/BA	94 ^º	56 247,86	83 648	
Taciba/SP	95 ^º	55 924,06	5 752	
Luis Antônio/SP	96 ^º	55 739,11	11 603	
Nova Mutum/MT	97 ^º	55 287,51	33 034	
Catalão/GO	98 ^º	54 913,36	88 354	
São José dos Pinhais/PR	99 ^º	54 784,67	268 808	
Indianópolis/PR	100 ^º	54 158,29	4 306	

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População estimada para 1^º de julho, série revisada.

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Agropecuária (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Desidério/BA	1º	832 783	0,43	0,43
Sorriso/MT	2º	745 597	0,39	0,82
Rio Verde/GO	3º	723 351	0,38	1,19
Campo Verde/MT	4º	664 390	0,34	1,54
Sapezal/MT	5º	631 575	0,33	1,87
Porto Velho/RO	6º	608 856	0,32	2,18
Jataí/GO	7º	592 393	0,31	2,49
Itapetininga/SP	8º	586 915	0,30	2,80
Primavera do Leste/MT	9º	578 774	0,30	3,10
Uberaba/MG	10º	572 186	0,30	3,39
Unai/MG	11º	571 852	0,30	3,69
Cristalina/GO	12º	521 630	0,27	3,96
Campo Novo do Parecis/MT	13º	511 020	0,27	4,23
Brasília/DF	14º	501 199	0,26	4,49
Formosa do Rio Preto/BA	15º	470 078	0,24	4,73
Perdizes/MG	16º	456 496	0,24	4,97
Paracatu/MG	17º	426 087	0,22	5,19
Nova Mutum/MT	18º	425 166	0,22	5,41
Uberlândia/MG	19º	420 279	0,22	5,63
Juara/MT	20º	411 857	0,21	5,84
Barreiras/BA	21º	410 960	0,21	6,05
Lucas do Rio Verde/MT	22º	398 875	0,21	6,26
Manacapuru/AM	23º	387 442	0,20	6,46
Patrocínio/MG	24º	381 202	0,20	6,66
Diamantino/MT	25º	381 090	0,20	6,86
João Pinheiro/MG	26º	370 794	0,19	7,05
Santa Maria de Jetibá/ES	27º	361 716	0,19	7,24
Frutal/MG	28º	361 310	0,19	7,43
Chapadão do Céu/GO	29º	360 002	0,19	7,61
Petrolina/PE	30º	358 210	0,19	7,80
Castro/PR	31º	327 844	0,17	7,97
Nova Ubiratã/MT	32º	327 455	0,17	8,14
Itiquira/MT	33º	326 238	0,17	8,31
Maracaju/MS	34º	322 761	0,17	8,48
Luís Eduardo Magalhães/BA	35º	308 594	0,16	8,64
Itacoatiara/AM	36º	298 739	0,16	8,79
Araguari/MG	37º	292 801	0,15	8,94
Coromandel/MG	38º	289 909	0,15	9,09
Campos de Júlio/MT	39º	281 656	0,15	9,24
Patos de Minas/MG	40º	272 876	0,14	9,38
Linhares/ES	41º	272 730	0,14	9,52
Sacramento/MG	42º	268 601	0,14	9,66
Correntina/BA	43º	268 055	0,14	9,80
Conceição das Alagoas/MG	44º	267 937	0,14	9,94
Mineiros/GO	45º	266 245	0,14	10,08
Rio Brillhante/MS	46º	266 223	0,14	10,22
Açailândia/MA	47º	264 386	0,14	10,35
Ibiá/MG	48º	260 614	0,14	10,49
Barra do Corda/MA	49º	260 115	0,14	10,62
Ipameri/GO	50º	258 575	0,13	10,76

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Agropecuária (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Dourados/MS	51º	258 203	0,13	10,89
Alegrete/RS	52º	256 487	0,13	11,03
Rio Paranaíba/MG	53º	255 150	0,13	11,16
Pimenta Bueno/RO	54º	253 644	0,13	11,29
São Félix do Xingu/PA	55º	252 354	0,13	11,42
Quirinópolis/GO	56º	250 032	0,13	11,55
São Raimundo das Mangabeiras/MA	57º	248 150	0,13	11,68
Telêmaco Borba/PR	58º	246 422	0,13	11,81
Morrinhos/GO	59º	245 165	0,13	11,93
Balsas/MA	60º	245 054	0,13	12,06
Mucugê/BA	61º	241 051	0,13	12,19
Montividiu/GO	62º	240 450	0,12	12,31
Cascavel/PR	63º	237 035	0,12	12,43
Uruguaiana/RS	64º	236 207	0,12	12,56
Costa Rica/MS	65º	235 050	0,12	12,68
Buritit/MS	66º	233 790	0,12	12,80
Bom Jardim/MA	67º	233 296	0,12	12,92
Tefé/AM	68º	232 018	0,12	13,04
São Mateus/ES	69º	229 345	0,12	13,16
Monte Alegre de Minas/MG	70º	229 293	0,12	13,28
Tapurah/MT	71º	227 964	0,12	13,40
Corumbá/MS	72º	227 873	0,12	13,52
Tibagi/PR	73º	227 307	0,12	13,63
Grajaú/MA	74º	224 378	0,12	13,75
Casa Branca/SP	75º	224 206	0,12	13,87
Tangará da Serra/MT	76º	224 057	0,12	13,98
Querência/MT	77º	221 230	0,11	14,10
Iturama/MG	78º	220 198	0,11	14,21
Catalão/GO	79º	218 144	0,11	14,33
Monte Carmelo/MG	80º	217 387	0,11	14,44
Rondonópolis/MT	81º	216 131	0,11	14,55
Santa Helena de Goiás/GO	82º	215 340	0,11	14,66
Ponta Porã/MS	83º	214 970	0,11	14,77
São Miguel Arcanjo/SP	84º	214 535	0,11	14,89
Caravelas/BA	85º	212 846	0,11	15,00
Prata/MG	86º	212 617	0,11	15,11
Poxoréo/MT	87º	211 897	0,11	15,22
Três Pontas/MG	88º	210 370	0,11	15,33
Jaboticabal/SP	89º	210 230	0,11	15,44
Tupanciretã/RS	90º	207 637	0,11	15,54
Cachoeira do Sul/RS	91º	207 140	0,11	15,65
Dom Pedrito/RS	92º	206 664	0,11	15,76
Itaqui/RS	93º	206 587	0,11	15,86
Santa Vitória/MG	94º	204 137	0,11	15,97
Pedra Preta/MT	95º	203 664	0,11	16,08
Tabaporã/MT	96º	202 672	0,11	16,18
Mogi Guaçu/SP	97º	199 412	0,10	16,29
Manicoré/AM	98º	198 603	0,10	16,39
Caxias do Sul/RS	99º	198 254	0,10	16,49
Ituiutaba/MG	100º	197 828	0,10	16,59

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Indústria e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Indústria (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	76 857 507	7,91	7,91
Campos dos Goytacazes/RJ	2º	28 631 330	2,95	10,85
Rio de Janeiro/RJ	3º	23 570 064	2,42	13,28
Manaus/AM	4º	19 725 029	2,03	15,30
Parauapebas/PA	5º	17 159 842	1,77	17,07
São Bernardo do Campo/SP	6º	12 236 573	1,26	18,33
Betim/MG	7º	11 936 428	1,23	19,56
Guarulhos/SP	8º	10 734 100	1,10	20,66
São José dos Campos/SP	9º	10 369 974	1,07	21,73
Brasília/DF	10º	9 177 770	0,94	22,67
Curitiba/PR	11º	9 017 699	0,93	23,60
Belo Horizonte/MG	12º	7 796 245	0,80	24,40
Duque de Caxias/RJ	13º	7 620 563	0,78	25,18
Joinville/SC	14º	7 554 057	0,78	25,96
Campinas/SP	15º	7 533 700	0,77	26,74
Rio das Ostras/RJ	16º	7 059 249	0,73	27,46
Fortaleza/CE	17º	6 973 569	0,72	28,18
Camaçari/BA	18º	6 668 836	0,69	28,87
Jundiaí/SP	19º	6 524 633	0,67	29,54
São José dos Pinhais/PR	20º	6 493 685	0,67	30,21
Caxias do Sul/RS	21º	6 235 754	0,64	30,85
Cabo Frio/RJ	22º	5 951 712	0,61	31,46
Porto Alegre/RS	23º	5 528 116	0,57	32,03
Salvador/BA	24º	5 477 346	0,56	32,59
Sorocaba/SP	25º	5 474 846	0,56	33,15
São João da Barra/RJ	26º	5 261 070	0,54	33,70
Macaé/RJ	27º	5 229 343	0,54	34,23
Contagem/MG	28º	5 150 294	0,53	34,76
Araucária/PR	29º	5 135 440	0,53	35,29
Recife/PE	30º	5 074 350	0,52	35,81
Vitória/ES	31º	5 054 691	0,52	36,33
Barueri/SP	32º	4 878 138	0,50	36,83
Santo André/SP	33º	4 635 199	0,48	37,31
Diadema/SP	34º	4 554 841	0,47	37,78
Serra/ES	35º	4 513 152	0,46	38,24
Foz do Iguaçu/PR	36º	4 431 363	0,46	38,70
Nova Lima/MG	37º	4 425 772	0,46	39,16
Mariana/MG	38º	4 312 828	0,44	39,60
São Luís/MA	39º	4 143 756	0,43	40,03
Goiânia/GO	40º	4 129 417	0,42	40,45
Anápolis/GO	41º	3 970 089	0,41	40,86
Triunfo/RS	42º	3 901 794	0,40	41,26
Taubaté/SP	43º	3 901 354	0,40	41,66
Presidente Kennedy/ES	44º	3 891 288	0,40	42,06
Ouro Preto/MG	45º	3 845 153	0,40	42,46
São Caetano do Sul/SP	46º	3 742 706	0,38	42,84
Uberlândia/MG	47º	3 723 421	0,38	43,22
Blumenau/SC	48º	3 721 391	0,38	43,61
Canoas/RS	49º	3 661 479	0,38	43,98
Petrópolis/RJ	50º	3 631 778	0,37	44,36

Tabela 4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Indústria e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Indústria (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Piracicaba/SP	51º	3 517 820	0,36	44,72
Anchieta/ES	52º	3 406 871	0,35	45,07
Ipatinga/MG	53º	3 381 974	0,35	45,42
Itabira/MG	54º	3 262 635	0,34	45,75
Gravataí/RS	55º	3 258 411	0,34	46,09
Osasco/SP	56º	3 088 623	0,32	46,41
Santos/SP	57º	3 050 145	0,31	46,72
Jaraguá do Sul/SC	58º	3 046 687	0,31	47,03
Volta Redonda/RJ	59º	2 973 953	0,31	47,34
Ribeirão Preto/SP	60º	2 940 919	0,30	47,64
Louveira/SP	61º	2 894 355	0,30	47,94
Campo Grande/MS	62º	2 872 333	0,30	48,24
Maceió/AL	63º	2 836 708	0,29	48,53
Matão/SP	64º	2 782 027	0,29	48,81
Cubatão/SP	65º	2 774 493	0,29	49,10
Niterói/RJ	66º	2 725 773	0,28	49,38
Sumaré/SP	67º	2 722 101	0,28	49,66
Quissamã/RJ	68º	2 691 268	0,28	49,94
Itapemirim/ES	69º	2 688 033	0,28	50,21
Resende/RJ	70º	2 628 917	0,27	50,48
Sete Lagoas/MG	71º	2 621 359	0,27	50,75
Canaã dos Carajás/PA	72º	2 581 738	0,27	51,02
Mauá/SP	73º	2 543 558	0,26	51,28
Paulínia/SP	74º	2 525 993	0,26	51,54
Belém/PA	75º	2 515 427	0,26	51,80
Cabo de Santo Agostinho/PE	76º	2 491 755	0,26	52,05
Vinhedo/SP	77º	2 463 753	0,25	52,31
Limeira/SP	78º	2 410 989	0,25	52,56
Mogi das Cruzes/SP	79º	2 387 252	0,25	52,80
São Gonçalo do Rio Abaixo/MG	80º	2 341 448	0,24	53,04
Suzano/SP	81º	2 289 728	0,24	53,28
Jacareí/SP	82º	2 288 455	0,24	53,51
Uberaba/MG	83º	2 243 958	0,23	53,74
Jaboatão dos Guararapes/PE	84º	2 197 656	0,23	53,97
Hortolândia/SP	85º	2 196 037	0,23	54,20
João Pessoa/PB	86º	2 176 654	0,22	54,42
Americana/SP	87º	2 165 669	0,22	54,64
Indaiatuba/SP	88º	2 136 872	0,22	54,86
Juiz de Fora/MG	89º	2 120 696	0,22	55,08
Catalão/GO	90º	2 082 963	0,21	55,30
Teresina/PI	91º	2 068 184	0,21	55,51
Aracruz/ES	92º	2 063 205	0,21	55,72
Rondonópolis/MT	93º	2 015 757	0,21	55,93
Rio Claro/SP	94º	2 014 087	0,21	56,13
Rio Grande/RS	95º	2 014 043	0,21	56,34
Angra dos Reis/RJ	96º	2 001 793	0,21	56,55
Ponta Grossa/PR	97º	1 986 768	0,20	56,75
Tucuruí/PA	98º	1 970 708	0,20	56,95
Maracanaú/CE	99º	1 944 484	0,20	57,15
Sertãozinho/SP	100º	1 943 199	0,20	57,35

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 5 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto dos Serviços (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	309 794 582	13,09	13,09
Rio de Janeiro/RJ	2º	140 138 244	5,92	19,02
Brasília/DF	3º	134 789 685	5,70	24,71
Belo Horizonte/MG	4º	38 268 538	1,62	26,33
Curitiba/PR	5º	37 253 345	1,57	27,90
Porto Alegre/RS	6º	32 206 461	1,36	29,27
Fortaleza/CE	7º	29 151 789	1,23	30,50
Osasco/SP	8º	27 801 501	1,18	31,67
Salvador/BA	9º	27 022 145	1,14	32,82
Guarulhos/SP	10º	24 502 015	1,04	33,85
Campinas/SP	11º	22 385 539	0,95	34,80
Recife/PE	12º	21 951 726	0,93	35,72
Manaus/AM	13º	20 880 192	0,88	36,61
Barueri/SP	14º	19 426 559	0,82	37,43
Goiânia/GO	15º	19 169 996	0,81	38,24
São Bernardo do Campo/SP	16º	16 390 032	0,69	38,93
Duque de Caxias/RJ	17º	15 805 674	0,67	39,60
Belém/PA	18º	13 956 320	0,59	40,19
Ribeirão Preto/SP	19º	13 189 772	0,56	40,75
Vitória/ES	20º	12 706 200	0,54	41,28
São Luís/MA	21º	12 608 362	0,53	41,82
Jundiaí/SP	22º	11 599 812	0,49	42,31
São José dos Campos/SP	23º	11 063 773	0,47	42,77
Contagem/MG	24º	10 656 157	0,45	43,22
Santo André/SP	25º	10 580 216	0,45	43,67
Uberlândia/MG	26º	10 304 347	0,44	44,11
Campo Grande/MS	27º	10 216 984	0,43	44,54
Betim/MG	28º	10 093 123	0,43	44,97
Niterói/RJ	29º	9 918 503	0,42	45,38
Santos/SP	30º	9 711 421	0,41	45,80
Itajaí/SC	31º	9 607 760	0,41	46,20
Canoas/RS	32º	9 587 706	0,41	46,61
Sorocaba/SP	33º	9 165 969	0,39	46,99
São Gonçalo/RJ	34º	9 144 500	0,39	47,38
Maceió/AL	35º	8 991 254	0,38	47,76
Natal/RN	36º	8 959 710	0,38	48,14
Joinville/SC	37º	8 859 368	0,37	48,51
Cuiabá/MT	38º	8 549 540	0,36	48,87
Florianópolis/SC	39º	8 329 253	0,35	49,23
Nova Iguaçu/RJ	40º	7 952 320	0,34	49,56
Angra dos Reis/RJ	41º	7 621 196	0,32	49,89
Campos dos Goytacazes/RJ	42º	7 613 534	0,32	50,21
Teresina/PI	43º	7 584 213	0,32	50,53
Caxias do Sul/RS	44º	7 476 858	0,32	50,84
Londrina/PR	45º	7 082 278	0,30	51,14
São José do Rio Preto/SP	46º	7 050 767	0,30	51,44
João Pessoa/PB	47º	6 588 636	0,28	51,72
Maringá/PR	48º	6 549 106	0,28	52,00
Serra/ES	49º	6 474 767	0,27	52,27
Aracaju/SE	50º	6 461 207	0,27	52,54

Tabela 5 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto dos Serviços (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Araucária/PR	51º	6 397 152	0,27	52,81
Louveira/SP	52º	6 197 643	0,26	53,08
Piracicaba/SP	53º	6 024 412	0,25	53,33
Macaé/RJ	54º	5 899 893	0,25	53,58
Mogi das Cruzes/SP	55º	5 809 468	0,25	53,82
Juiz de Fora/MG	56º	5 714 259	0,24	54,07
Bauru/SP	57º	5 616 552	0,24	54,30
Porto Velho/RO	58º	5 541 241	0,23	54,54
Diadema/SP	59º	5 365 070	0,23	54,76
São José dos Pinhais/PR	60º	5 358 247	0,23	54,99
Blumenau/SC	61º	5 240 489	0,22	55,21
Feira de Santana/BA	62º	5 189 304	0,22	55,43
São Caetano do Sul/SP	63º	5 026 455	0,21	55,64
Jaboatão dos Guararapes/PE	64º	4 906 229	0,21	55,85
Macapá/AP	65º	4 855 521	0,21	56,06
São João de Meriti/RJ	66º	4 784 657	0,20	56,26
Petrópolis/RJ	67º	4 650 881	0,20	56,46
Volta Redonda/RJ	68º	4 636 393	0,20	56,65
Vila Velha/ES	69º	4 576 809	0,19	56,84
Ipojuca/PE	70º	4 405 395	0,19	57,03
Itapevi/SP	71º	4 386 529	0,19	57,22
Paulínia/SP	72º	4 367 207	0,18	57,40
Anápolis/GO	73º	4 245 482	0,18	57,58
Cascavel/PR	74º	4 146 152	0,18	57,76
Aparecida de Goiânia/GO	75º	4 069 778	0,17	57,93
Boa Vista/RR	76º	4 015 629	0,17	58,10
Mauá/SP	77º	3 986 559	0,17	58,27
Uberaba/MG	78º	3 964 672	0,17	58,43
Taubaté/SP	79º	3 956 199	0,17	58,60
Cariacica/ES	80º	3 932 871	0,17	58,77
Cotia/SP	81º	3 912 008	0,17	58,93
Limeira/SP	82º	3 883 028	0,16	59,10
Franca/SP	83º	3 833 059	0,16	59,26
Americana/SP	84º	3 771 086	0,16	59,42
Pelotas/RS	85º	3 723 606	0,16	59,58
Rio Grande/RS	86º	3 702 081	0,16	59,73
Hortolândia/SP	87º	3 649 687	0,15	59,89
Passo Fundo/RS	88º	3 577 249	0,15	60,04
Ponta Grossa/PR	89º	3 568 083	0,15	60,19
Belford Roxo/RJ	90º	3 563 643	0,15	60,34
Vinhedo/SP	91º	3 538 420	0,15	60,49
São José/SC	92º	3 535 236	0,15	60,64
Araraquara/SP	93º	3 476 513	0,15	60,78
Camaçari/BA	94º	3 458 634	0,15	60,93
Sumaré/SP	95º	3 397 108	0,14	61,07
Campina Grande/PB	96º	3 371 280	0,14	61,22
Santa Maria/RS	97º	3 314 676	0,14	61,36
Novo Hamburgo/RS	98º	3 245 465	0,14	61,49
Praia Grande/SP	99º	3 199 438	0,14	61,63
Presidente Prudente/SP	100º	3 192 981	0,13	61,76

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Tabela 6 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Brasília/DF	1º	79 024 820	13,71	13,71
Rio de Janeiro/RJ	2º	28 598 739	4,96	18,67
São Paulo/SP	3º	27 955 747	4,85	23,52
Belo Horizonte/MG	4º	5 959 902	1,03	24,55
Porto Alegre/RS	5º	5 402 112	0,94	25,49
Fortaleza/CE	6º	4 946 771	0,86	26,34
Manaus/AM	7º	4 888 308	0,85	27,19
Curitiba/PR	8º	4 283 705	0,74	27,94
Recife/PE	9º	3 896 902	0,68	28,61
Salvador/BA	10º	3 845 302	0,67	29,28
Duque de Caxias/RJ	11º	3 841 718	0,67	29,94
São Gonçalo/RJ	12º	3 837 549	0,67	30,61
Nova Iguaçu/RJ	13º	3 173 230	0,55	31,16
Goiânia/GO	14º	3 124 462	0,54	31,70
Guarulhos/SP	15º	3 036 959	0,53	32,23
Campinas/SP	16º	2 846 930	0,49	32,72
Campo Grande/MS	17º	2 569 574	0,45	33,17
Belém/PA	18º	2 433 573	0,42	33,59
Macapá/AP	19º	2 417 472	0,42	34,01
Campos dos Goytacazes/RJ	20º	2 397 647	0,42	34,43
Niterói/RJ	21º	2 341 639	0,41	34,83
Natal/RN	22º	2 280 667	0,40	35,23
João Pessoa/PB	23º	2 037 165	0,35	35,58
Boa Vista/RR	24º	2 030 645	0,35	35,93
São Bernardo do Campo/SP	25º	2 020 323	0,35	36,28
Maceió/AL	26º	1 909 659	0,33	36,62
Porto Velho/RO	27º	1 876 390	0,33	36,94
Belford Roxo/RJ	28º	1 868 235	0,32	37,26
São João de Meriti/RJ	29º	1 805 756	0,31	37,58
São Luís/MA	30º	1 791 032	0,31	37,89
Aracaju/SE	31º	1 770 859	0,31	38,20
Osasco/SP	32º	1 710 742	0,30	38,49
Teresina/PI	33º	1 702 714	0,30	38,79
Cuiabá/MT	34º	1 648 360	0,29	39,07
Santo André/SP	35º	1 607 311	0,28	39,35
Ribeirão Preto/SP	36º	1 546 881	0,27	39,62
Caxias do Sul/RS	37º	1 518 369	0,26	39,88
São José dos Campos/SP	38º	1 459 972	0,25	40,14
Jaboatão dos Guararapes/PE	39º	1 451 590	0,25	40,39
Uberlândia/MG	40º	1 428 966	0,25	40,64
Joinville/SC	41º	1 419 390	0,25	40,88
Contagem/MG	42º	1 387 784	0,24	41,12
Sorocaba/SP	43º	1 386 728	0,24	41,36
Petrópolis/RJ	44º	1 275 811	0,22	41,59
Rio Branco/AC	45º	1 269 493	0,22	41,81
Vitória/ES	46º	1 257 918	0,22	42,02
Santos/SP	47º	1 251 350	0,22	42,24
Serra/ES	48º	1 251 243	0,22	42,46
Florianópolis/SC	49º	1 247 080	0,22	42,67
Juiz de Fora/MG	50º	1 216 703	0,21	42,89

Tabela 6 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Macaé/RJ	51 ^º	1 213 600	0,21	43,10
Volta Redonda/RJ	52 ^º	1 204 997	0,21	43,30
Betim/MG	53 ^º	1 171 062	0,20	43,51
Vila Velha/ES	54 ^º	1 148 959	0,20	43,71
Canoas/RS	55 ^º	1 125 674	0,20	43,90
Londrina/PR	56 ^º	1 116 688	0,19	44,10
Pelotas/RS	57 ^º	1 052 484	0,18	44,28
Campina Grande/PB	58 ^º	999 145	0,17	44,45
Jundiaí/SP	59 ^º	981 920	0,17	44,62
Cabo Frio/RJ	60 ^º	961 721	0,17	44,79
Magé/RJ	61 ^º	959 778	0,17	44,96
Angra dos Reis/RJ	62 ^º	926 641	0,16	45,12
Diadema/SP	63 ^º	917 664	0,16	45,28
Itaboraí/RJ	64 ^º	912 174	0,16	45,43
Barueri/SP	65 ^º	906 686	0,16	45,59
Piracicaba/SP	66 ^º	896 748	0,16	45,75
Cariacica/ES	67 ^º	891 869	0,15	45,90
Palmas/TO	68 ^º	873 124	0,15	46,05
Aparecida de Goiânia/GO	69 ^º	870 675	0,15	46,20
São José do Rio Preto/SP	70 ^º	870 536	0,15	46,35
Blumenau/SC	71 ^º	864 507	0,15	46,50
Gravataí/RS	72 ^º	856 852	0,15	46,65
Mogi das Cruzes/SP	73 ^º	843 240	0,15	46,80
Feira de Santana/BA	74 ^º	838 383	0,15	46,94
Santa Maria/RS	75 ^º	831 856	0,14	47,09
Maringá/PR	76 ^º	831 763	0,14	47,23
Mauá/SP	77 ^º	829 820	0,14	47,38
Olinda/PE	78 ^º	818 509	0,14	47,52
Bauru/SP	79 ^º	818 209	0,14	47,66
Guarujá/SP	80 ^º	808 331	0,14	47,80
São Vicente/SP	81 ^º	794 159	0,14	47,94
Nova Friburgo/RJ	82 ^º	788 952	0,14	48,08
Taubaté/SP	83 ^º	787 441	0,14	48,21
Novo Hamburgo/RS	84 ^º	787 318	0,14	48,35
São Leopoldo/RS	85 ^º	770 587	0,13	48,48
Ananindeua/PA	86 ^º	754 532	0,13	48,61
Barra Mansa/RJ	87 ^º	748 751	0,13	48,74
Montes Claros/MG	88 ^º	748 166	0,13	48,87
Mossoró/RN	89 ^º	734 189	0,13	49,00
Carapicuíba/SP	90 ^º	722 671	0,13	49,13
Anápolis/GO	91 ^º	721 551	0,13	49,25
Caruaru/PE	92 ^º	720 694	0,13	49,38
Várzea Grande/MT	93 ^º	718 522	0,12	49,50
Teresópolis/RJ	94 ^º	717 984	0,12	49,63
Viamão/RS	95 ^º	705 098	0,12	49,75
Ponta Grossa/PR	96 ^º	690 866	0,12	49,87
Petrolina/PE	97 ^º	689 258	0,12	49,99
Praia Grande/SP	98 ^º	688 849	0,12	50,11
Franca/SP	99 ^º	680 600	0,12	50,22
Paulista/PE	100 ^º	668 307	0,12	50,34

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Norte				
Manaus/AM	1º	51 025 146	22,83	22,83
Parauapebas/PA	2º	19 897 435	8,90	31,73
Belém/PA	3º	19 666 725	8,80	40,53
Porto Velho/RO	4º	9 492 315	4,25	44,77
Macapá/AP	5º	5 625 811	2,52	47,29
Boa Vista/RR	6º	5 103 274	2,28	49,57
Rio Branco/AC	7º	4 491 017	2,01	51,58
Ananindeua/PA	8º	3 906 459	1,75	53,33
Marabá/PA	9º	3 742 469	1,67	55,00
Palmas/TO	10º	3 736 563	1,67	56,67
Barcarena/PA	11º	3 659 053	1,64	58,31
Canaã dos Carajás/PA	12º	2 992 103	1,34	59,65
Tucuruí/PA	13º	2 572 461	1,15	60,80
Coari/AM	14º	2 251 222	1,01	61,81
Santarém/PA	15º	2 199 563	0,98	62,79
Araguaína/TO	16º	1 998 034	0,89	63,68
Ji-Paraná/RO	17º	1 966 173	0,88	64,56
Castanhal/PA	18º	1 618 187	0,72	65,29
Ariquemes/RO	19º	1 569 918	0,70	65,99
Vilhena/RO	20º	1 422 949	0,64	66,63
Oriximiná/PA	21º	1 332 624	0,60	67,22
Paragominas/PA	22º	1 315 898	0,59	67,81
Cacoal/RO	23º	1 287 815	0,58	68,39
Santana/AP	24º	1 275 631	0,57	68,96
Gurupi/TO	25º	1 199 425	0,54	69,50
Itacoatiara/AM	26º	1 037 321	0,46	69,96
Jaru/RO	27º	908 745	0,41	70,37
Altamira/PA	28º	890 626	0,40	70,76
Manacapuru/AM	29º	843 972	0,38	71,14
Cruzeiro do Sul/AC	30º	832 696	0,37	71,51

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Nordeste				
Fortaleza/CE	1º	42 010 111	7,56	7,56
Salvador/BA	2º	38 819 520	6,99	14,56
Recife/PE	3º	33 149 385	5,97	20,52
São Luís/MA	4º	20 798 001	3,75	24,27
Maceió/AL	5º	13 743 391	2,47	26,74
Camaçari/BA	6º	12 313 916	2,22	28,96
Natal/RN	7º	12 266 519	2,21	31,17
Teresina/PI	8º	11 403 516	2,05	33,22
João Pessoa/PB	9º	10 107 596	1,82	35,04
Ipojuca/PE	10º	9 560 448	1,72	36,77
Aracaju/SE	11º	9 222 818	1,66	38,43
Jaboatão dos Guararapes/PE	12º	8 474 650	1,53	39,95
Feira de Santana/BA	13º	8 270 807	1,49	41,44
Cabo de Santo Agostinho/PE	14º	5 401 388	0,97	42,42
Campina Grande/PB	15º	5 339 761	0,96	43,38
Maracanaú/CE	16º	4 797 824	0,86	44,24
Candeias/BA	17º	4 705 021	0,85	45,09
Simões Filho/BA	18º	3 943 664	0,71	45,80
Mossoró/RN	19º	3 916 505	0,71	46,50
Vitória da Conquista/BA	20º	3 836 498	0,69	47,19
São Francisco do Conde/BA	21º	3 575 292	0,64	47,84
Lauro de Freitas/BA	22º	3 469 181	0,62	48,46
Olinda/PE	23º	3 412 248	0,61	49,08
Caruaru/PE	24º	3 407 458	0,61	49,69
Petrolina/PE	25º	3 310 559	0,60	50,29
Caucaia/CE	26º	3 239 403	0,58	50,87
Itabuna/BA	27º	2 969 427	0,53	51,40
Cabedelo/PB	28º	2 801 675	0,50	51,91
Luís Eduardo Magalhães/BA	29º	2 773 656	0,50	52,41
Parnamirim/RN	30º	2 709 922	0,49	52,90

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sudeste				
São Paulo/SP	1º	477 005 597	20,78	20,78
Rio de Janeiro/RJ	2º	209 366 429	9,12	29,90
Belo Horizonte/MG	3º	54 996 326	2,40	32,29
Guarulhos/SP	4º	43 476 753	1,89	34,19
Campinas/SP	5º	40 525 214	1,77	35,95
Osasco/SP	6º	39 283 027	1,71	37,66
Campos dos Goytacazes/RJ	7º	37 205 791	1,62	39,28
São Bernardo do Campo/SP	8º	36 337 338	1,58	40,87
Barueri/SP	9º	31 935 455	1,39	42,26
Santos/SP	10º	31 544 843	1,37	43,63
Vitória/ES	11º	28 357 258	1,24	44,87
Betim/MG	12º	28 085 221	1,22	46,09
Duque de Caxias/RJ	13º	26 628 610	1,16	47,25
São José dos Campos/SP	14º	25 212 467	1,10	48,35
Jundiaí/SP	15º	21 806 787	0,95	49,30
Contagem/MG	16º	18 912 326	0,82	50,12
Uberlândia/MG	17º	18 673 177	0,81	50,94
Ribeirão Preto/SP	18º	18 498 185	0,81	51,74
Sorocaba/SP	19º	17 911 985	0,78	52,52
Santo André/SP	20º	17 664 718	0,77	53,29
Niterói/RJ	21º	14 563 396	0,63	53,93
Serra/ES	22º	13 727 354	0,60	54,52
Macaé/RJ	23º	12 558 285	0,55	55,07
Diadema/SP	24º	11 786 624	0,51	55,59
São Caetano do Sul/SP	25º	11 762 744	0,51	56,10
São Gonçalo/RJ	26º	11 580 995	0,50	56,60
Piracicaba/SP	27º	11 564 543	0,50	57,11
Louveira/SP	28º	10 970 825	0,48	57,58
Angra dos Reis/RJ	29º	10 845 430	0,47	58,06
Nova Iguaçu/RJ	30º	10 245 868	0,45	58,50

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sul				
Curitiba/PR	1º	58 082 416	8,64	8,64
Porto Alegre/RS	2º	45 506 017	6,77	15,41
Joinville/SC	3º	18 797 540	2,80	18,21
Itajaí/SC	4º	18 598 456	2,77	20,98
Caxias do Sul/RS	5º	16 636 859	2,48	23,45
Canoas/RS	6º	15 515 129	2,31	25,76
São José dos Pinhais/PR	7º	14 726 558	2,19	27,95
Araucária/PR	8º	13 209 780	1,97	29,92
Florianópolis/SC	9º	11 429 916	1,70	31,62
Londrina/PR	10º	10 773 163	1,60	33,22
Blumenau/SC	11º	10 197 251	1,52	34,74
Maringá/PR	12º	9 714 143	1,45	36,19
Paranaguá/PR	13º	8 952 781	1,33	37,52
Rio Grande/RS	14º	8 194 552	1,22	38,74
Foz do Iguaçu/PR	15º	7 633 467	1,14	39,87
Gravataí/RS	16º	7 304 668	1,09	40,96
Ponta Grossa/PR	17º	6 409 652	0,95	41,91
Jaraguá do Sul/SC	18º	6 132 169	0,91	42,83
Cascavel/PR	19º	6 080 636	0,90	43,73
Triunfo/RS	20º	5 932 342	0,88	44,61
Novo Hamburgo/RS	21º	5 502 785	0,82	45,43
Pelotas/RS	22º	5 422 372	0,81	46,24
São José/SC	23º	5 238 211	0,78	47,02
Passo Fundo/RS	24º	4 989 677	0,74	47,76
Santa Cruz do Sul/RS	25º	4 943 635	0,74	48,50
Chapecó/SC	26º	4 505 579	0,67	49,17
Santa Maria/RS	27º	4 424 627	0,66	49,83
São Francisco do Sul/SC	28º	4 348 280	0,65	50,47
Cachoeirinha/RS	29º	4 309 481	0,64	51,11
São Leopoldo/RS	30º	4 193 003	0,62	51,74

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Centro-Oeste				
Brasília/DF	1º	164 482 129	41,49	41,49
Goiânia/GO	2º	27 668 222	6,98	48,47
Campo Grande/MS	3º	15 722 330	3,97	52,44
Cuiabá/MT	4º	12 406 461	3,13	55,57
Anápolis/GO	5º	12 119 553	3,06	58,63
Aparecida de Goiânia/GO	6º	6 296 699	1,59	60,21
Rondonópolis/MT	7º	5 771 258	1,46	61,67
Rio Verde/GO	8º	5 526 024	1,39	63,06
Catalão/GO	9º	4 851 815	1,22	64,29
Dourados/MS	10º	4 337 947	1,09	65,38
Várzea Grande/MT	11º	4 047 847	1,02	66,40
Senador Canedo/GO	12º	3 720 499	0,94	67,34
Corumbá/MS	13º	3 602 830	0,91	68,25
Três Lagoas/MS	14º	3 118 722	0,79	69,04
Sorriso/MT	15º	2 934 743	0,74	69,78
Primavera do Leste/MT	16º	2 605 748	0,66	70,44
Itumbiara/GO	17º	2 575 943	0,65	71,09
Sinop/MT	18º	2 476 087	0,62	71,71
Jataí/GO	19º	2 416 424	0,61	72,32
Lucas do Rio Verde/MT	20º	2 138 100	0,54	72,86
Luziânia/GO	21º	2 112 327	0,53	73,39
Nova Mutum/MT	22º	1 826 367	0,46	73,85
Tangará da Serra/MT	23º	1 581 025	0,40	74,25
Sapezal/MT	24º	1 552 672	0,39	74,64
Campo Novo do Parecis/MT	25º	1 513 693	0,38	75,02
Campo Verde/MT	26º	1 496 043	0,38	75,40
São Simão/GO	27º	1 455 612	0,37	75,77
Ponta Porã/MS	28º	1 176 540	0,30	76,07
Mineiros/GO	29º	1 163 204	0,29	76,36
Valparaíso de Goiás/GO	30º	1 155 261	0,29	76,65

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Norte				
São Félix do Tocantins/TO	1º	9 985	0,00	0,00
Oliveira de Fátima/TO	2º	11 955	0,01	0,01
Rio da Conceição/TO	3º	12 486	0,01	0,02
Chapada de Areia/TO	4º	13 340	0,01	0,02
Cachoeirinha/TO	5º	13 652	0,01	0,03
Lavandeira/TO	6º	14 214	0,01	0,03
Taipas do Tocantins/TO	7º	14 298	0,01	0,04
Santa Terezinha do Tocantins/TO	8º	16 056	0,01	0,05
Novo Alegre/TO	9º	17 637	0,01	0,06
Juarina/TO	10º	18 410	0,01	0,06
Tupiratins/TO	11º	18 606	0,01	0,07
Centenário/TO	12º	18 862	0,01	0,08
Porto Alegre do Tocantins/TO	13º	19 498	0,01	0,09
Santa Tereza do Tocantins/TO	14º	20 311	0,01	0,10
Luzinópolis/TO	15º	20 326	0,01	0,11
Maurilândia do Tocantins/TO	16º	20 510	0,01	0,12
Abreulândia/TO	17º	20 648	0,01	0,13
São João da Ponta/PA	18º	20 863	0,01	0,13
Lizarda/TO	19º	21 123	0,01	0,14
Monte Santo do Tocantins/TO	20º	21 953	0,01	0,15
Carrasco Bonito/TO	21º	21 954	0,01	0,16
Sampaio/TO	22º	22 090	0,01	0,17
Lagoa do Tocantins/TO	23º	22 511	0,01	0,18
Crixás do Tocantins/TO	24º	23 053	0,01	0,19
Santa Maria do Tocantins/TO	25º	23 617	0,01	0,20
Ipueiras/TO	26º	24 071	0,01	0,22
São Salvador do Tocantins/TO	27º	24 248	0,01	0,23
Angico/TO	28º	24 363	0,01	0,24
Santarém Novo/PA	29º	24 927	0,01	0,25
Brasilândia do Tocantins/TO	30º	25 129	0,01	0,26

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Nordeste				
Miguel Leão/PI	1º	9 742	0,00	0,00
São Miguel da Baixa Grande/PI	2º	10 268	0,00	0,00
Viçosa/RN	3º	10 452	0,00	0,01
Parari/PB	4º	10 482	0,00	0,01
Quixabá/PB	5º	10 507	0,00	0,01
Areia de Baraúnas/PB	6º	10 640	0,00	0,01
Santo Antônio dos Milagres/PI	7º	10 891	0,00	0,01
Amparo/PB	8º	10 929	0,00	0,02
Coxixola/PB	9º	10 942	0,00	0,02
São Luis do Piauí/PI	10º	11 048	0,00	0,02
Aroeiras do Itaim/PI	11º	11 120	0,00	0,02
Lagoinha do Piauí/PI	12º	11 262	0,00	0,02
Riacho de Santo Antônio/PB	13º	11 554	0,00	0,03
Zabelê/PB	14º	11 620	0,00	0,03
São José do Brejo do Cruz/PB	15º	11 636	0,00	0,03
Pedro Laurentino/PI	16º	11 836	0,00	0,03
Floresta do Piauí/PI	17º	12 001	0,00	0,03
Tamboril do Piauí/PI	18º	12 011	0,00	0,04
Barreiras do Piauí/PI	19º	12 031	0,00	0,04
Francisco Macedo/PI	20º	12 226	0,00	0,04
Olho D'Água do Piauí/PI	21º	12 236	0,00	0,04
Bom Jesus/PB	22º	12 385	0,00	0,04
Prata do Piauí/PI	23º	12 782	0,00	0,05
Curral Velho/PB	24º	12 862	0,00	0,05
Tanque do Piauí/PI	25º	12 882	0,00	0,05
São Domingos do Cariri/PB	26º	13 048	0,00	0,05
Belém do Piauí/PI	27º	13 155	0,00	0,06
Mato Grosso/PB	28º	13 252	0,00	0,06
Monte das Gameleiras/RN	29º	13 272	0,00	0,06
São Miguel do Fidalgo/PI	30º	13 462	0,00	0,06

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sudeste				
Serra da Saudade/MG	1º	11 831	0,00	0,00
Cedro do Abaeté/MG	2º	12 196	0,00	0,00
São Sebastião do Rio Preto/MG	3º	12 796	0,00	0,00
Consolação/MG	4º	12 936	0,00	0,00
Passabém/MG	5º	12 998	0,00	0,00
Paiva/MG	6º	13 418	0,00	0,00
Pedro Teixeira/MG	7º	13 760	0,00	0,00
Itambé do Mato Dentro/MG	8º	13 998	0,00	0,00
Santo Antônio do Rio Abaixo/MG	9º	14 234	0,00	0,01
Antônio Prado de Minas/MG	10º	15 138	0,00	0,01
Passa-Vinte/MG	11º	15 595	0,00	0,01
Olaria/MG	12º	16 137	0,00	0,01
Senador Cortes/MG	13º	16 664	0,00	0,01
Presidente Kubitschek/MG	14º	16 717	0,00	0,01
Carmésia/MG	15º	16 796	0,00	0,01
Seritinga/MG	16º	17 148	0,00	0,01
Santana do Garambéu/MG	17º	17 274	0,00	0,01
Silveirânia/MG	18º	17 381	0,00	0,01
Aracitaba/MG	19º	17 544	0,00	0,01
Serranos/MG	20º	17 753	0,00	0,01
Oliveira Fortes/MG	21º	17 818	0,00	0,01
Grupiara/MG	22º	17 841	0,00	0,01
São Sebastião do Rio Verde/MG	23º	17 869	0,00	0,02
Catas Altas da Noruega/MG	24º	18 459	0,00	0,02
Rio Doce/MG	25º	18 611	0,00	0,02
Queluzito/MG	26º	18 830	0,00	0,02
Rochedo de Minas/MG	27º	18 963	0,00	0,02
Arantina/MG	28º	19 274	0,00	0,02
Frei Lagonegro/MG	29º	19 278	0,00	0,02
Wenceslau Braz/MG	30º	19 311	0,00	0,02

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sul				
Flor do Sertão/SC	1ª	21 494	0,00	0,00
Miraselva/PR	2ª	21 559	0,00	0,01
Itati/RS	3ª	21 931	0,00	0,01
Esperança Nova/PR	4ª	22 373	0,00	0,01
Benjamin Constant do Sul/RS	5ª	23 728	0,00	0,02
Jardim Olinda/PR	6ª	23 992	0,00	0,02
São Miguel da Boa Vista/SC	7ª	24 422	0,00	0,02
Carlos Gomes/RS	8ª	24 488	0,00	0,03
Tigrinhos/SC	9ª	24 494	0,00	0,03
Santiago do Sul/SC	10ª	24 841	0,00	0,03
Barra Bonita/SC	11ª	25 334	0,00	0,04
Porto Vera Cruz/RS	12ª	25 854	0,00	0,04
Linha Nova/RS	13ª	25 932	0,00	0,05
Macieira/SC	14ª	26 534	0,00	0,05
Paial/SC	15ª	26 636	0,00	0,05
São Manoel do Paraná/PR	16ª	26 957	0,00	0,06
Cunhataí/SC	17ª	27 303	0,00	0,06
Santo Antônio do Caiuá/PR	18ª	27 677	0,00	0,07
Pinhal de São Bento/PR	19ª	27 726	0,00	0,07
Novo Xingu/RS	20ª	28 012	0,00	0,07
Nova Aliança do Ivaí/PR	21ª	28 017	0,00	0,08
Barra do Guarita/RS	22ª	28 304	0,00	0,08
Tupanci do Sul/RS	23ª	28 339	0,00	0,09
Santa Inês/PR	24ª	28 658	0,00	0,09
Matos Costa/SC	25ª	28 894	0,00	0,10
Três Forquilhas/RS	26ª	29 015	0,00	0,10
Lajeado Grande/SC	27ª	29 188	0,00	0,10
Presidente Castello Branco/SC	28ª	29 236	0,00	0,11
Godoy Moreira/PR	29ª	29 287	0,00	0,11
Dom Pedro de Alcântara/RS	30ª	29 385	0,00	0,12

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2011

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Centro-Oeste				
Anhanguera/GO	1º	10 437	0,00	0,00
Araguainha/MT	2º	13 903	0,00	0,01
Cachoeira de Goiás/GO	3º	16 716	0,00	0,01
Jesópolis/GO	4º	16 903	0,00	0,01
Teresina de Goiás/GO	5º	17 000	0,00	0,02
Guarinos/GO	6º	18 465	0,00	0,02
Guaraíta/GO	7º	18 841	0,00	0,03
Buritinópolis/GO	8º	18 957	0,00	0,03
Lagoa Santa/GO	9º	19 365	0,00	0,04
Palmelo/GO	10º	19 792	0,00	0,04
Aloândia/GO	11º	20 259	0,01	0,05
Serra Nova Dourada/MT	12º	20 281	0,01	0,05
Damianópolis/GO	13º	20 325	0,01	0,06
Moiporá/GO	14º	20 632	0,01	0,06
Morro Agudo de Goiás/GO	15º	21 134	0,01	0,07
Nova América/GO	16º	21 617	0,01	0,07
São João da Paraúna/GO	17º	21 865	0,01	0,08
Luciara/MT	18º	22 297	0,01	0,09
São Patrício/GO	19º	22 964	0,01	0,09
Novo Santo Antônio/MT	20º	23 053	0,01	0,10
Buriti de Goiás/GO	21º	23 240	0,01	0,10
Sítio d'Abadia/GO	22º	23 950	0,01	0,11
Adelândia/GO	23º	24 885	0,01	0,12
Nova Iguaçu de Goiás/GO	24º	24 998	0,01	0,12
Ponte Branca/MT	25º	25 811	0,01	0,13
Damolândia/GO	26º	25 820	0,01	0,13
Marzagão/GO	27º	26 009	0,01	0,14
Colinas do Sul/GO	28º	26 668	0,01	0,15
Israelândia/GO	29º	27 321	0,01	0,15
Nova Aurora/GO	30º	27 379	0,01	0,16

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Referências

ÁREA territorial oficial. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial>. Acesso em: dez. 2013.

CONTAS nacionais trimestrais. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.

CONTAS regionais do Brasil 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. 54 p. (Contas nacionais, n. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.

EUROPE brent spot price FOB (dollars per barrel). Washington, DC: U.S. Energy Information Administration - EIA, 2011. Disponível em: <<http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RBRTE&f=M>>. Acesso em: out. 2013.

INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes abr./jun. 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE>. Acesso em: dez. 2013.

NOTAS metodológicas da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) referência 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtm>. Acesso em: dez. 2013.

NOVA série do produto interno bruto dos municípios referência 2002 (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/PIBMun_novaserie.pdf>. Acesso em: dez. 2013.

PRINCÍPIOS fundamentais das estatísticas oficiais. Rio de Janeiro: IBGE, [2012]. Recomendações adotadas pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, New York, 1994. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm>. Acesso em: dez. 2013.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: culturas temporárias e permanentes 2011. Rio de Janeiro: IBGE, v. 38, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2013.

PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 2011. Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 2012. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2011/default.shtm>>. Acesso em: dez. 2013

PRODUTO interno bruto dos municípios. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 58 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/srmpibmunicipios.pdf>. Acesso em: dez. 2013.

SÉRIES temporais. Setor externo. Taxas de câmbio. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS: sistema gerenciador de séries temporais. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>>. Acesso em: out. 2013.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 172 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/SRM_contasnacionais.pdf>. Acesso em: dez. 2013.

Anexos

1 Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

2 Índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2011

Anexo 1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

(continua)

Setores/subsetores de atividades	Indicadores	Fontes
Agropecuária		
Agricultura, Silvicultura e Exploração florestal	Valor da produção	PAM, PEVS e Censo Agropecuário 1995-1996
Pecuária e Pesca	Efetivo dos rebanhos, produção por produto e pessoal ocupado	PPM, Censo Agropecuário 1995-1996 e Censo Demográfico 2000
Indústria		
Indústria extrativa	Petróleo: Quantidade produzida de petróleo	ANP
	Restante dos produtos: Valor das saídas de mercadorias da extrativa mineral	SEFAZ
Indústria de transformação	Valor das saídas de mercadorias da indústria de transformação	SEFAZ
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	Quantidade gerada e consumida de energia elétrica	ELETRÓBRÁS - ANEEL
Construção civil	Obras públicas: Pessoal ocupado na atividade	RAIS
	Demais obras: Soma do valor adicionado municipal das atividades: produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (exceto geração de energia elétrica); atividades imobiliárias e aluguéis; comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; educação e saúde mercantis	PIB dos Municípios
	Informal: População residente	Estimativa populacional - IBGE
Serviços		
Comércio e serviços de manutenção e reparação	Valor das saídas de mercadorias das empresas de comércio	SEFAZ
Serviços de alojamento e alimentação	Valor das saídas de mercadorias das empresas de comércio e de alojamento e alimentação	SEFAZ
Transportes, armazenagem e correio	Transporte terrestre (rodoviário e ferroviário): Soma do valor da produção municipal das atividades: agropecuária, indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural), indústrias de transformação, comércio e serviços de manutenção e reparação, serviços de alojamento e alimentação, outros dos transportes e serviços de informação (somente a parcela referente à telefonia fixa)	PIB dos Municípios
	Transporte aéreo: Receita de carga e passageiros embarcados	INFRAERO - ANAC
	Transporte aquaviário: Receita de carga embarcada	ANTAQ
	Outros dos transportes: Receita operacional dos correios	CORREIOS
Serviços de informação	Telefonia fixa: Número de terminais de telefonia fixa	ANATEL
	Telefonia móvel: Soma do valor adicionado municipal do setor de serviços, exclusive as parcelas da telefonia fixa e móvel dos serviços de informação, os serviços prestados às empresas e os serviços prestados às famílias e associativos e serviços domésticos	PIB dos Municípios
	Outros serviços: Pessoal ocupado	RAIS
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	Operações ativas e passivas selecionadas: aplicações, depósitos do governo, depósitos do setor privado, depósitos de poupança e depósitos a prazo	BACEN
Atividades imobiliárias e aluguéis	Consumo de energia elétrica residencial	ELETRÓBRÁS - ANEEL

Anexo 1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado estadual pelos municípios

(conclusão)

Setores/subsetores de atividades	Indicadores	Fontes
Serviços		
Serviços prestados às empresas	Soma do valor adicionado municipal das atividades econômicas: Agropecuária; indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural); indústrias de transformação; construção civil; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (exceto geração de energia elétrica); comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação (exceto telefonia móvel); intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; educação mercantil e saúde mercantis	PIB dos Municípios
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Esferas federal e estadual: População residente	Estimativa populacional - IBGE
	Esfera municipal: Despesa realizada com pessoal pelas prefeituras	FINBRA - TCE - STN - TCM
Educação e Saúde mercantis	Empresas instaladas em apenas um município: Valor da produção	IRPJ
	Empresas instaladas em mais de um município: Educação: Número de matrículas por segmento educacional ponderado pela massa salarial	INEP - RAIS
	Saúde: pessoal ocupado na saúde	RAIS
Serviços prestados às famílias e associativos	Soma do valor adicionado municipal das atividades econômicas: Agropecuária; indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural); indústrias de transformação; construção civil; comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação (exceto telefonia móvel); intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e Seguridade social; educação e saúde mercantis	PIB dos Municípios
Serviços domésticos	Soma do valor adicionado municipal das atividades econômicas: Agropecuária; indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural); indústrias de transformação; construção civil; comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação (exceto telefonia móvel); intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e Seguridade social; educação mercantil e saúde mercantis	PIB dos Municípios

**Anexo 2 - Índice de Gini, por atividade econômica,
segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2011**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini, por atividade econômica				Produto Interno Bruto
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	Administração Pública	
Brasil	0,59	0,90	0,86	0,77	0,86
Norte	0,54	0,92	0,79	0,66	0,81
Rondônia	0,36	0,76	0,70	0,59	0,65
Acre	0,34	0,76	0,68	0,59	0,64
Amazonas	0,55	0,95	0,84	0,66	0,88
Roraima	0,33	0,78	0,73	0,65	0,73
Pará	0,44	0,91	0,74	0,56	0,78
Amapá	0,30	0,74	0,77	0,73	0,75
Tocantins	0,54	0,80	0,70	0,58	0,69
Nordeste	0,61	0,87	0,79	0,62	0,80
Maranhão	0,47	0,82	0,73	0,53	0,71
Piauí	0,55	0,84	0,76	0,59	0,76
Ceará	0,43	0,86	0,79	0,60	0,80
Rio Grande do Norte	0,55	0,86	0,79	0,65	0,79
Paraíba	0,56	0,86	0,76	0,61	0,78
Pernambuco	0,48	0,84	0,78	0,60	0,79
Alagoas	0,53	0,84	0,76	0,57	0,77
Sergipe	0,45	0,79	0,73	0,60	0,73
Bahia	0,65	0,86	0,76	0,55	0,78
Sudeste	0,58	0,90	0,89	0,81	0,88
Minas Gerais	0,63	0,89	0,81	0,67	0,81
Espírito Santo	0,45	0,85	0,79	0,62	0,79
Rio de Janeiro	0,55	0,84	0,83	0,77	0,83
São Paulo	0,51	0,87	0,88	0,79	0,87
Sul	0,42	0,85	0,81	0,70	0,79
Paraná	0,39	0,87	0,81	0,68	0,80
Santa Catarina	0,41	0,79	0,79	0,67	0,77
Rio Grande do Sul	0,44	0,86	0,81	0,72	0,79
Centro-Oeste	0,59	0,85	0,90	0,91	0,85
Mato Grosso do Sul	0,44	0,77	0,73	0,62	0,69
Mato Grosso	0,53	0,78	0,74	0,62	0,69
Goiás	0,61	0,86	0,83	0,72	0,80

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto a preços CIF (incluindo despesas com fretes e seguros).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzidas as despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

coeficiente de assimetria de Bowley Relação, na sua formulação clássica, definida entre a soma do primeiro quartil com o terceiro quartil menos duas vezes a mediana e a diferença entre o terceiro e o primeiro quartis.

consumo final efetivo das administrações públicas Despesas efetuadas com serviços coletivos.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelas administrações públicas diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

curva de Lorenz Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

despesas de consumo final das administrações públicas Despesas com serviços individuais e coletivos prestados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. São valorados ao custo de sua produção.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (*Censo Demográfico 2000*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à

despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo tangível não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção enviados (recebidos) ao (do) resto do mundo.

rendimento misto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas (autônomos), que não pode ser identificada separadamente entre capital e trabalho.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida das administrações públicas destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

território econômico Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Roberto Luis Olinto Ramos

Projeto PIB dos Municípios

Coordenação

Sheila Cristina Zani

Comitê Técnico

Roberto Olinto

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Alex Ribeiro

Dinamar Maria Ferreira Marques

Eliandres Pereira Saldanha

João Paulo Caetano Santos

Juarez Meneghetti

Maria Aparecida Sales Souza Santos

Maria Glaucia Pacheco Moreira

Martinho Roberto Lazzari

Suryane Nabhem Kalluf

Wilson Grimald

Planejamento e análise

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Informática²²

Raquel Callegario Gomes

Organização e elaboração do texto

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Revisão do texto

Valdilson Batista de Moraes

Técnicos participantes da Coordenação de Contas Nacionais

Alessandra Soares da Poça

Amanda Mergulhão Santos Barros

Amanda Rodrigues Tavares

André Artur Pompéia Cavalcanti

Andréa Bastos da Silva Guimarães

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Carmen Maria Gadea de Souza

Cláudia Coelho Reis

Claudia Dionisio Esterminio

Cláudio Ananias Ferraz

Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte

Cristiano de Almeida Martins

Douglas Moura Guanabara

Eduardo Studzinski Estima de Castro

Ernani Santiago Filho

Evaldo Gomes Rangel

Fabrcio Marques Santos

Felipe de Oliveira Sampaio

Fernando José Benedito

Filipe Keuper Rodrigues Pereira

Frederico Sérgio Gonçalves Cunha

Gustavo Chalhoub Garcez

Humberto Lopes

João Hallak Neto

Jonas de Oliveira Lima

José Luiz de Moraes Ferreira Louzada

Julia Gontijo Vale

Katia Namir Machado Barros

Luciene Rodrigues Kozovits

Márcia França Ribeiro Fernandes dos Santos

Marcio Resende Ferrari Alves

Marcus José de Oliveira Campos

Marinalva Naus da Silva Muglia Lima

Michel Vieira Lapip

Nelma de Fátima Mendonça Barcellos

²²A compilação dos dados para a publicação foi realizada utilizando os algoritmos desenvolvidos por Carlos Alberto Mendonça dos Santos - IBGE/DPE/GCC

Patrícia Schmitt Fontenelle
Paulo Henrique Polly Montoya
Paulo Maurício Ferreira Madeira
Raimundo Tavares Guedes
Raquel Callegario Gomes
Rebeca de La Rocque Palis
Ricardo Montes Moraes
Ricardo Ramos Zarur
Roberto Luís Olinto Ramos
Rodrigo Vieira Ventura
Sheila Cristina Zani
Tássia Gazé Holguin
Teresa Cristina Bastos
Valdilson Batista de Moraes
Vera Lúcia Duarte Magalhães

Colaboradores

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Cláudio Stenner

Elaboração dos mapas

Cleber de Azevedo Fernandes

Órgãos Estaduais de Estatística²³

Rondônia

Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN/RO

Teresa Cristina Simoni

Telma Regina Silva de Albuquerque

Acre

Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN/AC

Arlene de Nazaré Silva Pessoa

Roney Wellington da Silva Caldera

Shirley Brana Vilela

Valdenir Cardoso Gomes de Melo Júnior

Amazonas

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN/AM

Francisco Alves de Freitas

Casemiro Rodrigues de Souza

Ezio Lacerda Lopes

José Sandro da Mota Ribeiro

Julio Afonso da Silva Filho

²³ Os resultados dos municípios paulistas referentes ao ano de 2011 foram elaborados com a colaboração da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

Roraima**Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de****Roraima - SEPLAN/RR**

Milton Antonio do Nascimento

Fábio Rodrigues Martinez

Natalino Araújo Paiva

Pará**Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP**

Ana Cláudia Oliveira Andrade

José Dias de Carvalho Zurutuza

Maria Glaucia Pacheco Moreira

Nanety Cristina Alves dos Santos

Sérgio Castro Gomes

Amapá**Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro - SEPLAN/AP**

Leila Silvia Sacramento da Silva

Carlos José Gonçalves Neves

Regina Celis Martins Ferreira

Tocantins**Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SEPLAN/TO**

Kézia Araújo

Grazielle Azevedo Evangelista

Maranhão**Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC**

Sadick Nahuz Neto

Dionatan Silva Carvalho

Piauí**Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO**

Joana D'Arc Fortes Portela Barbosa

Evaristo Alves dos Reis Júnior

Maria de Fátima Facchinetti de Almendra Freitas

Ceará**Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE**

Nicolino Trompieri Neto

Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia Souza

Cleyber Nascimento de Medeiros

Klinger Aragão Magalhães

Margarida Maria Sérgio do Nascimento

Witalo de Lima Paiva

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA

José Leônidas Galvão Neto
Wagner Rodrigues

Paraíba

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual - IDEME

Leilah Silva Barros
Geraldo Lopes de Oliveira
Rosimélia Lima Santos de Araújo
Simone Ana Olímpio

Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM

Wilson Grimaldi
Carlos Henrique Loyo Carneiro da Cunha
Claudia Baptista Ferreira Pereira
Mariana Haack Meira Lins

Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE

Roberson Leite Silva Junior
Christiane Louise Lima Silva
Gilvandro Freitas
Ilmo Wanderley Gallindo
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG

José Carlos Pereira
Josefa Maria Góis de Mello

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Simone Borges Medeiros Pereira
Denis Veloso da Silva
Gustavo Casseb Pessoti
João Paulo Caetano Santos
Karina Carneiro da Silva

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações - FJP/CEI

Maria Aparecida Sales Souza Santos
Carla Cristina Aguilar de Souza
Joana de Oliveira Neuenschwander (estagiária)
Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Espírito Santo**Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN**

Edna Moraes Tresinari
Adriano do Carmo Santos
Victor Nunes Toscano
Vitor Januário Oliveira

Rio de Janeiro**Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ**

Seráfita Azeredo Ávila
Ana Cristina Xavier Andrade
Armando de Souza Filho
Rodrigo Santos Martins

Paraná**Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES**

Suryane Nabhem Kalluf
Ricardo Kureski

Santa Catarina**Secretaria de Estado do Planejamento - SPG/SC**

Alex Ribeiro
Carlos Mestre Crespo Luz
Paulo Zoldan

Rio Grande do Sul**Fundação de Economia e Estatística - FEE**

Juarez Meneghetti (supervisor)
Martinho Roberto Lazzari (coordenador)
Carlos Bertolli de Gouveia
Carolina Agranonik
Eliana Figueiredo da Silva
Jéfferson Augusto Colombo
Rodrigo de Sá da Silva
Sérgio Fischer
Vinícius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul**Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - SEMAC/MS**

Eliandres Pereira Saldanha
Giorgia dos Santos Cara Vilela
Loraine Osterberg Benites Pereira
Sebastião Carvalho de Oliveira

Mato Grosso**Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN/MT**

Eduardo Matsubara
Breno Augusto de Barros Antunes
Marilde Brito Lima

Goiás

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB/SEGPLAN/GO

Dinamar Maria Ferreira Marques
Alex Felipe Rodrigues Lima
Luciano Ferreira da Silva
Millades de Carvalho Castro

Distrito Federal

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira
Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Claudia de Azevedo Monteiro
Ana Maria Oliveira de Souza
Patry Marques Boscá
Renato Mendes Freitas

Elaboração de tabulações especiais para o PIB dos Municípios

Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

Thelma Faria Wall Barbosa de Carvalho

Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Herbert Koehne de Castro

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

<http://www.anp.gov.br>

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Gilmar Santos

Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

<http://www.infraero.gov.br/>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

<http://www.inep.gov.br/>

Receita Federal do Brasil

Jorge Darcy Osório

Secretarias Estaduais da Fazenda - SEFAZ

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Katia Vaz Cavalcanti
Leonardo Martins
Sônia Rocha

Diagramação tabular e de gráficos

LGonzaga

Sônia Rocha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Sebastião Monsores

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Tratamento de arquivos e mapas

Evlmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

Alberto Guedes da Fontoura Neto

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva

Carla de Castro Palmieri (Estagiária)

Elizabeth de Carvalho Faria

Lioara Mandoju

Maria Beatriz Machado Santos Soares (Estagiária)

Maria Socorro da Silva Araújo

Solange de Oliveira Santos

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte

Contas nacionais

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Matriz de insumo-produto: Brasil 2002/2005. (Contas nacionais, n. 23).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2 v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).

Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n. 19).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2005. (Contas nacionais, n. 20).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2002-2006. (Contas nacionais, n. 24).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 27).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 31).

Sistema de contas nacionais: Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 34).

Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).

Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).

Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).

Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).

Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11).

Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13).

Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15).

Contas regionais do Brasil 2004. (Contas nacionais, n. 17).

Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n. 21).

Contas regionais do Brasil 2003-2006. (Contas nacionais, n. 25).

Contas regionais do Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 28).

Contas regionais do Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 32).

Contas regionais do Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 35).

Contas regionais do Brasil 2010. (Contas nacionais, n. 38).

Contas regionais do Brasil 2011. (Contas nacionais, n. 40).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).

Produto interno bruto dos municípios 1999-2003. (Contas nacionais, n. 16).

Produto interno bruto dos municípios 2000-2004. (Contas nacionais, n. 18).

Produto interno bruto dos municípios 2002-2005. (Contas nacionais, n. 22).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 26).

Produto interno bruto dos municípios 2003-2007. (Contas nacionais, n. 30).

Produto interno bruto dos municípios 2004-2008. (Contas nacionais, n. 33).

Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. (Contas nacionais, n. 36).

Produto interno bruto dos municípios 2010. (Contas nacionais, n. 39).

Produto interno bruto dos municípios 2011. (Contas nacionais, n. 41).

Conta-satélite de saúde: Brasil 2005-2007. (Contas nacionais, n. 29).

Conta-satélite de saúde: Brasil 2007-2009. (Contas nacionais, n. 37).